

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

**IDENTIDADE ETÁRIA, ENVELHECIMENTO E TERCEIRA IDADE:
criação e redefinição do curso de vida contemporâneo**

Luna Rodrigues Freitas Silva

Orientador: Prof. Jurandir Freire Costa

Rio de Janeiro

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

**IDENTIDADE ETÁRIA, ENVELHECIMENTO E TERCEIRA IDADE:
criação e redefinição do curso de vida contemporâneo**

Luna Rodrigues Freitas Silva

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – área de concentração: Ciências Humanas em Saúde - , do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Jurandir Freire Costa

Rio de Janeiro

2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CBC

S586 Silva, Luna Rodrigues Freitas.
Identidade etária, envelhecimento e terceira idade:
criação e redefinição do curso de vida contemporânea /
Luna Rodrigues Freitas Silva. – 2006.
120f.

Orientador: Jurandir Freire Costa.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Envelhecimento – Teses. 2. Velhice– Teses. 3
Idosos – Teses. I. Costa, Jurandir Freire. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina
Social. III.Título.

CDU 612.67

FOLHA DE APROVAÇÃO

Luna Rodrigues Freitas Silva

“Identidade Etária, Envelhecimento e Terceira Idade: criação e redefinição do curso de vida contemporâneo”

Aprovada em 03 de abril de 2006.

Prof. Jurandir Freire Costa (orientador)
IMS / UERJ

Prof. Benilton Bezerra Jr.
IMS / UERJ

Prof. Francisco Javier Ortega
IMS / UERJ

Prof. Arthur Arruda Leal Ferreira
Instituto de Psicologia / UFRJ

AGRADECIMENTOS

A Jurandir, inicialmente, pela oportunidade que me conferiu de estudar sob sua orientação, e, ao longo do percurso do mestrado, pela forma precisa, inteligente e extremamente gentil com a qual orientou esse estudo.

A Benilton e Francisco, pela enorme contribuição que, ao longo desses dois anos, somaram à minha formação.

A Arthur, pela atenção, amizade e companheirismo nos mais diversos momentos, desde a graduação. Especialmente, pelo apoio e incentivo decisivos no momento da seleção.

À Mariana, querida amiga, pela revisão atenta e pelos comentários inteligentes que certamente enriqueceram esse estudo.

À Gabi, pela compreensão nos momentos finais da dissertação, e por me oferecer a oportunidade de começar a ensinar um pouco de tudo que venho aprendendo.

A Catarina, Camilo, Fabiana, Fernanda, Gustavo, Iná, Laura e Mariana, amigos companheiros de mestrado, pela possibilidade de compartilhar, desde a graduação, as dores e delícias da vida acadêmica. Em especial, à Bianca, pela cumplicidade e atenção indiscutíveis, nos mais variados momentos.

À minha mãe e ao meu pai Léo, pelo amor e apoio incondicional desde sempre, mais do que nunca no último ano. Ao meu pai Alexandre, pela confiança orgulhosa que deposita nas minhas idéias.

À Carol e Fernanda, por insistirem incansavelmente em me apresentar outras “idéias”.

Aos meus alunos, por confirmarem que o estudo e a reflexão farão sempre parte da minha vida.

A todos os colegas, professores e funcionários do IMS.

Ao CNPq, por financiar esse estudo.

RESUMO

Este estudo trata do surgimento de inovações no que se refere ao campo das identidades pessoais atreladas ao processo de envelhecimento. Identificamos, na contemporaneidade, o surgimento de condutas, imagens, hábitos e crenças que alteram significativamente as concepções tradicionalmente associadas ao envelhecimento. Adotamos como hipótese o entendimento da terceira idade – termo que vem sendo utilizado para identificar esta inovação - como uma nova identidade etária que vem se somar à infância, adolescência, idade adulta e velhice na composição do curso de vida contemporâneo. A compreensão desta nova identidade etária inclui a delimitação de seu percurso histórico, a sua diferenciação em relação à identidade da velhice, a análise de suas conexões com o contexto mais amplo de construção das identidades pessoais vigente na contemporaneidade e a delimitação de suas características específicas. A partir dos indícios oferecidos pelo caso específico da terceira idade, refletimos acerca das tendências de indefinição e fragmentação que, paradoxalmente, atingem o curso de vida contemporâneo e provocam a redefinição e a reorganização das diferentes idades.

Palavras-chave: identidade etária; envelhecimento; terceira idade; contemporaneidade

This study deals with the appearance of innovations in the field of personal identities related to the aging process. We identify, in the contemporary world, the appearance of behaviors, images, habits and beliefs that modify the conceptions traditionally associated to the aging process. We adopt as hypothesis the consideration of the third age – the term that has been used to identify this innovation - as a new age identity that adds itself to infancy, adolescence, adult age and oldness in the composition of the contemporary life course. The understanding of this new age identity comprises the delimitation of its historical path, its differentiation from the identity of the oldness, the analysis of its connections to the context of personal identities construction in force in the contemporary world and the delimitation of its specific characteristics. From the indications offered by the specific case of the third age, we reflect concerning the trends of undefinition and fragmentation that, paradoxically, reach the contemporary life course and provoke a redefinition and a reorganization of the different ages.

SUMÁRIO

Introdução.....	5
Capítulo 1 - O cenário contemporâneo e a construção de identidade.....	13
1.1 O mal-estar contemporâneo.....	16
1.2 A impossibilidade lógica de “construir a si mesmo”.....	24
1.3 O projeto de vida reflexivo.....	29
Capítulo 2 - Categorias e identidades etárias: velhice e terceira idade.....	37
2.1 O surgimento da categoria “velhice”.....	39
2.2 O surgimento da categoria “terceira idade”.....	48
2.3 Terceira Idade: nova identidade, reinvenção da velhice ou experiência geracional?.....	62
Capítulo 3 - Terceira idade e curso de vida contemporâneo.....	75
3.1 Descrevendo a experiência da terceira idade.....	76
3.2 Terceira idade, geração e contemporaneidade.....	87
3.3 Fragmentação ou indefinição: o impacto da terceira idade sobre o curso da vida e o destino das idades na contemporaneidade.....	99
Conclusão.....	111
Referências Bibliográficas.....	117

Introdução

O envelhecimento da população é um tema que vem recebendo destaque em diversas áreas, impressiona pelos números que o acompanham e é alvo de sentimentos ambíguos. A extensão da expectativa de vida dos sujeitos é tema privilegiado de debates tanto nos campos político e econômico, quanto no interior de disciplinas especializadas como a medicina, a psicologia e a sociologia. Em parte, o interesse crescente pelo envelhecimento pode ser explicado pelos dados estatísticos que revelam a sua magnitude: a expectativa de vida dos brasileiros não pára de crescer; se aproxima dos setenta anos; deve, em poucos anos, passar de setenta e cinco¹; e permite que suponhamos a ocorrência de uma reorganização da vida coletiva a partir do envelhecimento da população.

Este processo vem sendo acompanhado de discussão, gera inquietação e ambigüidade. De um lado, louvam-se os anos de vida conquistados com a extensão da expectativa de vida como o resultado triunfante da civilização ocidental e, mais especificamente, do acentuado progresso da tecnologia e da medicina nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, surgem preocupações acerca do impacto desta extensão da vida nos mais diversos campos da cultura, desde a organização econômica da sociedade, passando pela garantia da saúde e da produtividade dos corpos, até o campo das identidades pessoais², dos projetos de vida e da satisfação dos sujeitos.

No que se refere aos três últimos aspectos, o envelhecimento trouxe desafios significativos para os sujeitos e para a experiência coletiva. Os anos a mais adquiridos com o

¹ Estes dados se referem à população total do país. No caso dos grandes centros urbanos, supõe-se que a expectativa de vida seja ainda mais elevada, aproximando-se daquela dos países mais ricos. A percepção comum de que o Brasil é um país de jovens não se sustenta mais, visto que a faixa da população acima dos sessenta anos é a que mais cresce no país, representando 9,1% de sua população (Peixoto, 2004).

² Adotaremos o termo “identidade pessoal” como forma abrangente e simples de fazer referência aos conteúdos utilizados pelos sujeitos para descrever a sua experiência e caracterizar a si mesmos. Deste modo, pretendemos evitar possíveis discussões conceituais em torno da definição de “identidade”, e abordar a experiência subjetiva por meio da descrição dos sujeitos acerca de sua experiência.

processo de envelhecimento não possuíam qualquer representação na cultura, roteiro que indicasse a melhor forma de vivê-los, ou espaço delimitado no imaginário cultural³. O tempo que passou a existir entre a aposentadoria, por volta dos sessenta e cinco anos, até a morte ou o início de limitações corporais mais severas, ainda que não possa ser medido precisamente e varie para cada sujeito, representou um desafio e, simultaneamente, uma possibilidade de criação no que se refere às identidades pessoais, aos projetos de vida e às formas de satisfação. Desafio, na medida em que não haveria, de antemão, qualquer indicação que sugerisse como vivenciá-los, e possibilidade de criação, na medida em que a ausência de roteiro tornava possível e, de certo modo, exigia a elaboração de imagens, hábitos, crenças e de uma identidade que se compatibilizassem para que, em conjunto, pudessem conferir sentido aos anos a mais de vida.

Ao observarmos as manifestações dos sujeitos que envelhecem na contemporaneidade, que vivenciam estes anos a mais de vida gozando de boa saúde e do status social típico das camadas médias dos grandes centros urbanos, identificamos uma inovação no que se refere às identidades pessoais. No lugar das antigas representações que atrelavam os momentos mais tardios da vida apenas ao descanso, à quietude e à inatividade, surgem hábitos, imagens e práticas que articulam o processo de envelhecimento à atividade, aprendizagem, flexibilidade, satisfação pessoal e vínculos amorosos e afetivos inéditos. O processo de envelhecimento não se define prioritariamente por meio de características negativas e imagens estigmatizadas de declínio, incapacidade e solidão, mas comporta em sua descrição uma tendência a proporcionar experiências inovadoras e enriquecedoras aos sujeitos de modo que os mesmos atinjam maior satisfação pessoal nesta fase da vida.

“Terceira idade” é a etiqueta que vem identificar esta nova sensibilidade que passa a compor o processo de envelhecimento a partir da segunda metade do século XX. Segundo

³ O termo “imaginário cultural” se refere aos sentidos disponíveis na cultura, englobando imagens, ideais, percepções, preconceitos, crenças, etc., que são compartilhados pelos sujeitos e delimitam, em grande parte, as condições de sua experiência.

Peter Laslett (1989), o termo “terceira idade” possui origem francesa e aparece por volta de 1970, com a institucionalização de universidades destinadas a esse emergente grupo da população. A partir de sua aparição no título das universidades francesas - *Universités du Troisième Age* -, o termo é transportado para o cenário inglês, onde compõe o título da British Universities of the Third Age, fundada em 1981, e então se dissemina pelo mundo, consolidando-se como indicativo de uma nova forma de envelhecer.

No Brasil, o termo transita por diversos campos, desde a literatura especializada das disciplinas médica e gerontológica, passando pelos estudos críticos da sociologia e da antropologia, até a mídia e os meios de comunicação de massa. De fato, é neste campo que a terceira idade ganha cada vez mais destaque, ocupa espaço considerável e recebe atenção destacada se comparada a outras etapas da vida. Nas revistas semanais, nos cadernos de comportamento e saúde dos grandes jornais, nas numerosas reportagens de programas televisivos, a terceira idade é retratada, revelada, “descoberta” e questionada com insistência e elevado interesse. De um lado, a sua presença na mídia expressa as transformações ocorridas nas condutas, nos hábitos e nas imagens que compõem a experiência dos sujeitos e, deste modo, retrata inovações que são oriundas do cotidiano; de outro, esta mesma difusão propiciada pela mídia permite a este novo modo de envelhecer se irradiar pelo imaginário coletivo, se consolidar como categoria e identidade etária e, finalmente, atingir um número cada vez maior de sujeitos.

O surgimento da terceira idade no imaginário cultural é tributário da confluência de determinados fatores históricos que entraram em cena na segunda metade do século XX. São discursos políticos, práticas sociais, interesses econômicos e disciplinas científicas especializadas que, em conjunto, contribuíram para a formação, estabilização e difusão da terceira idade. A sua consolidação como categoria etária se fez acompanhar da formação de uma identidade correlata, que responde pelas características ideais que compõem a

experiência de habitar esta fase da vida. Ao nos voltarmos para o surgimento histórico da categoria terceira idade e para a experiência dos sujeitos que vivenciam o processo de envelhecimento identificados com esta identidade etária, adotamos como hipótese a suposição de independência da terceira idade como categoria, identidade pessoal e etapa da vida. Neste sentido, entendemos que as suas características, a sua legitimidade como identidade e a sua crescente difusão no imaginário cultural vêm favorecendo a sua adoção pelos sujeitos como critério preferencial para a construção de suas identidades no processo de envelhecimento.

A hipótese de entendimento da terceira idade como nova e distinta categoria e identidade etária implica a sua compreensão como uma etapa da vida, que vem se unir à infância, à adolescência, à idade adulta e à velhice na composição do curso de vida contemporâneo. Esta suposição não é unânime no campo de estudos sobre o envelhecimento, ainda que seja adotada por certos autores. Por vezes, a terceira idade é interpretada como uma experiência que resulta na reinvenção da velhice, na reformulação das características estereotipadas e estigmatizantes que compunham aquela identidade e na conseqüente formulação de uma nova velhice, mais positiva e satisfatória para os sujeitos. Nossa suposição, no entanto, concederá maior autonomia à identidade que surge, caracterizando-a de forma exclusiva, diferenciando-a da velhice tradicional e refletindo acerca de suas conexões com aspectos mais amplos da cultura.

Cabe, então, refletirmos acerca desta nova identidade etária no contexto de crise das identidades pessoais que assola a contemporaneidade. As transformações que se desenrolaram na sociedade nas últimas quatro décadas produziram alterações severas em diversos campos da cultura, desde as atividades econômica e política, passando pela organização das instituições, até atingir as esferas de intimidade e as identidades pessoais. No que se refere aos processos de filiação, a contemporaneidade se caracteriza por uma crise generalizada, que expõe de forma evidente a contingência das identidades pessoais e impõe dificuldades à sua

formação. As instituições modernas que atuavam como fonte para a construção das identidades entraram em declínio e, privadas da autoridade que as caracterizava, perderam sua força normativa. Sem recursos, referências ou discursos sólidos, estáveis e consistentes a que possam recorrer para garantir a sua filiação, os sujeitos acabam experimentando sentimentos de incerteza e solidão.

Ao mesmo tempo em que se esvaem as fontes tradicionais para a formação das identidades pessoais, novos recursos entram em cena e passam a constituir, em grande parte, o referencial ao qual os sujeitos se reportam. O discurso da mídia e as práticas consumistas vêm, de forma articulada, aumentando acentuadamente sua participação nos processos de filiação identitária, ao oferecerem aos sujeitos fragmentos de discursos, imagens e práticas com os quais os mesmos podem e devem se identificar. Como resultado deste processo, as identidades pessoais permanentes e consistentes que foram constitutivas da moralidade moderna vêm cedendo espaço para identidades fragmentadas, voláteis e superficiais, estreitamente vinculadas aos estilos de vida e às práticas de consumo divulgados pela mídia. Estas identidades se diversificam e multiplicam em abundância e com grande rapidez, constituindo nichos extremamente específicos por meio dos quais os sujeitos descrevem a sua experiência.

Neste cenário, ao mesmo tempo incerto – não há suporte moral tradicional, confiável ou validado de forma unânime - e recheado de possibilidades - no que se refere à quantidade de filiações disponíveis -, de que forma se posiciona uma nova identidade etária como a terceira idade? Quais são as características que a definem? De que forma a mesma se difere da tradicional identidade da velhice? Que conseqüências o seu surgimento estabelece para a definição das outras idades? Qual seria o seu impacto sobre a totalidade do curso de vida contemporâneo?

Com o intuito de refletir e, na medida do possível, responder a estas questões, este trabalho se divide em três capítulos. No primeiro, apresentaremos o cenário contemporâneo e as principais questões que incidem sobre o processo de formação das identidades pessoais. A partir de autores como Zygmunt Bauman, Anthony Giddens e Dany-Robert Dufour, trataremos das transformações que se desenrolaram nas últimas quatro décadas e que respondem pelo que comumente vem sendo chamado de condição pós-moderna da cultura. Enfatizaremos as conseqüências destas transformações para o processo de filiação identitária dos sujeitos, visto que, com o declínio dos suportes tradicionais de pertencimento, o processo de formação das identidades pessoais vem sendo atingido por diversas dificuldades e empecilhos.

Além de carregar de incerteza o processo, a ausência de referências morais sólidas e indiscutíveis favorece o florescimento de formas descontínuas e voláteis de identidade, cujas características definem, em grande parte, a identidade contemporânea. Uma de suas principais características é a responsabilização única e solitária do sujeito, que deve garantir por meios próprios sua existência, seu sucesso e satisfação pessoal. Posteriormente, serão estas características que nos ajudarão a compreender de forma particular e, ao mesmo tempo, articular a condições culturais mais amplas, a identidade da terceira idade.

O segundo capítulo tratará do surgimento das categorias e identidades etárias da velhice e da terceira idade no espaço social, quando adquirem legitimidade e passam a habitar o imaginário cultural. As categorias e identidades etárias são tributárias da especialização de funções e da institucionalização da vida social, e surgem no bojo de transformações que caracterizam o ordenamento moderno. Acompanharemos o surgimento da categoria velhice na virada do século XIX para o século XX, traçando o percurso histórico de sua formação e identificando os principais fatores que contribuíram para que o mesmo se desse.

Em seguida, analisaremos o percurso da categoria terceira idade, buscando identificar as suas condições históricas de possibilidade e os fatores que porventura influenciaram, favoreceram ou acompanharam o seu surgimento. Diferentemente da velhice, a história da noção de terceira idade não possui conteúdo coerente e completo, visto não se encontrar bem documentada na literatura especializada. De todo modo, a partir do material existente, construiremos o percurso histórico da categoria, desde o seu surgimento nos cenários francês e inglês por volta de 1950, até a sua consolidação nas décadas de 80 e 90. Ainda no segundo capítulo, passaremos à análise comparativa das duas categorias e ao questionamento do estatuto da terceira idade. Para que possamos definir de forma consistente o caráter da nova idade, parece-nos necessário, primeiramente, diferenciá-la da identidade da velhice e, em seguida, buscar compreender a forma pela qual as duas identidades se articulam no imaginário cultural.

O terceiro capítulo será dedicado à caracterização e análise mais abrangentes da identidade da terceira idade. Inicialmente, descreveremos a experiência de habitar esta determinada etapa da vida - com suas vantagens e desvantagens, satisfações e queixas, diferenças e continuidades em relação às outras idades - a partir de relatos dos próprios sujeitos envolvidos no processo. Os relatos em primeira pessoa permitem que acompanemos a participação da terceira idade como critério privilegiado por meio do qual os sujeitos constroem suas identidades no processo de envelhecimento. Além da importância do critério etário, os relatos em primeira pessoa permitem que identifiquemos as principais características que compõem a identidade e, deste modo, oferecem um retrato do que vem sendo a experiência contemporânea de envelhecer sob o signo da terceira idade.

Em seguida, passaremos à análise propriamente dita da identidade, tanto no que se refere aos seus aspectos mais particulares, como no que a aproxima dos padrões culturais mais gerais para a formação das identidades pessoais. Neste ponto, retomaremos as regras da

identidade contemporânea apresentadas no primeiro capítulo para identificarmos o quê, na experiência da terceira idade, a iguala às outras idades; e de que modo podemos compreender aquilo que lhe é próprio. Por fim, trataremos do possível impacto que o surgimento da terceira idade provocou no curso de vida e na definição das diferentes idades, bem como do destino das idades na contemporaneidade. Pretendemos refletir sobre a acomodação da terceira idade no interior do curso de vida contemporâneo e as possíveis redefinições e reorganizações das outras idades que porventura a mesma tenha provocado. Além de focalizar a etapa da vida que é nosso tema específico de interesse, buscaremos refletir sobre a totalidade do curso de vida contemporâneo e o destino do critério etário para a definição das identidades pessoais. Alguns indícios sugerem que está em curso uma completa reorganização das idades que pode alterar a participação do critério etário nos processos de filiação identitária e, deste modo, desafiar a própria permanência no imaginário cultural de identidades etárias como a infância, a adolescência, a terceira idade e a velhice.

Capítulo 1 - O cenário contemporâneo e a construção de identidade

O mundo em que vivemos vem se transformando muito rapidamente nas últimas décadas, de modo que a organização social e a dinâmica de construção das identidades pessoais anteriormente vigentes se alteraram significativamente. Trata-se de um processo acelerado, amplo, e de difícil apreensão, cujos indícios sugerem um declínio da ordem social moderna e a sua substituição por um novo arranjo social que se convencionou denominar como pós-modernidade. A pós-modernidade seria a condição cultural dominante da contemporaneidade, um momento histórico marcado pela incerteza, pela fragmentação e por uma espécie de crise das identidades pessoais. De fato, a destituição da organização social que caracterizou a modernidade incidiu especialmente sobre o estatuto do sujeito e sobre as suas condições de existência, gerando conseqüências para a construção das identidades e dos parâmetros de bem-estar e satisfação dos sujeitos⁴.

Os autores que, em suas análises, se debruçam sobre a condição contemporânea podem discordar em diversos aspectos, mas parecem convergir no que diz respeito ao diagnóstico mais amplo do momento histórico atual. Segundo tais análises, as principais características da contemporaneidade seriam a desregulamentação e a privatização do espaço social, o achatamento da moralidade, a exacerbação do individualismo, o enfraquecimento das instituições e dos discursos que constituíam os pilares da sociedade moderna, a consolidação do modo de vida consumista como prática universal e, finalmente, uma crise generalizada das identidades pessoais.

O declínio das principais figuras institucionais da modernidade é um dos principais fatores que evidenciam estas transformações, cujas conseqüências estão intimamente relacionadas à proclamada crise das identidades. Este declínio corresponde à perda de força

⁴ Neste capítulo, utilizaremos o termo sujeito em seu sentido corriqueiro, similar a indivíduo e a pessoa, não fazendo referência estrita às suas concepções na psicanálise ou na filosofia, salvo quando explicitado o contrário.

normativa de instituições tradicionais como o Estado, a família, a religião e o trabalho. Ainda que permaneçam atuando como nichos para a ancoragem das identidades e influenciem consideravelmente a rotina e o curso da vida dos sujeitos, o fato é que estes domínios foram enfraquecidos e perderam muito de sua legitimidade, não possuindo mais o *status* de autoridade, e, portanto, não atuando mais como fontes seguras doadoras de identidade.

O enfraquecimento das instituições modernas pode ser entendido como tributário das mudanças que o sistema capitalista empreendeu no mundo, mudanças essas que reconfiguraram não só as relações econômicas, como também todas as formas de interação social, e trouxeram sérias conseqüências para o estabelecimento do laço social. Esta forma econômica que denominamos de neoliberalismo teria deliberadamente rompido com as formas anteriores de organização social em prol de seu próprio desenvolvimento, ou seja, da livre circulação de mercadorias e do estímulo ao consumismo desenfreado. Esta é a perspectiva adotada por Bauman (1998, 2000, 2005) e Dufour (2005), que enfatizam os aspectos de descontinuidade entre a época moderna e a contemporaneidade.

Esta perspectiva, adotada por diversos outros autores, é contraposta pela interpretação de Ulrich Beck (1997, 2003) e Giddens (1991, 2002), que entendem a época contemporânea como resultante da própria dinâmica moderna, que se intensificou de tal forma que acabou por liquidar as suas próprias instituições. Este dinamismo, inerente ao projeto moderno, consiste na destituição e na seqüente restituição de valores, instituições e práticas tradicionais, que não são propriamente descartadas, mas continuamente ressignificadas e reinscritas em diferentes contextos. Deste modo, questiona-se o caráter de ruptura das análises citadas, visto que a contemporaneidade poderia ser caracterizada como um momento histórico no qual as características da modernidade são acentuadas e mesmo radicalizadas.

De acordo com Bauman (2005), o questionamento acerca da identidade surge a partir do momento em que há a possibilidade de filiação a comunidades cuja fundamentação –

aquilo que une os participantes – baseia-se em critérios, princípios ou idéias específicas. Estas comunidades, nomeadas por Kracauer (*apud* Bauman, 2005) de “comunidades de destino”, se contrapõem às “comunidades de vida”, nas quais a filiação é uma obrigatoriedade que agrega os sujeitos por meio de uma ligação considerada absoluta e indissolúvel. O contexto contemporâneo se caracteriza pela multiplicação das “comunidades de destino”, cuja proliferação induz à fragmentação e à especificação crescentes das possibilidades de filiação identitária. A multiplicação das “comunidades de destino” aumenta a variedade de opções, favorece a difusão do sentimento de insegurança e torna a tarefa de construção da identidade um processo incessante de comparação, avaliação e escolha.

“Quando a identidade perde as âncoras *sociais* que a faziam parecer “natural”, predeterminada, e inegociável, a “identificação” se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós” a que possam pedir acesso” (Bauman, 2005, p.30).

A transformação das condições pelas quais a identidade é construída acaba por alterar concomitantemente os “problemas de identidade”. Se, no contexto moderno, estes problemas diziam respeito à solidez rigorosa - e por vezes excessiva – das categorias identitárias e às restrições a que os sujeitos estavam submetidos devido à força do princípio de autoridade; atualmente, os “problemas de identidade” têm origem exatamente na ausência de solidez das identidades propiciadas pelas “comunidades de destino” e na fragmentação do princípio de autoridade, ambas características da contemporaneidade que tornam a tarefa de construir a identidade árdua e geram uma série de ambigüidades com as quais o sujeito tem de lidar.

O cenário contemporâneo será apresentado neste capítulo a partir das obras de Bauman (1998, 2000, 2005), Dufour (2005) e Giddens (1991, 2002), com contribuições de Beck (1997, 2003). Ainda que tais autores enfoquem aspectos distintos do contexto atual e,

como explicitado acima, discordem em vários pontos, pode-se dizer que compartilham um diagnóstico comum acerca dos desafios que se impõe ao sujeito em seu processo de filiação identitária. Deste modo, apresentados em conjunto, constituem um panorama das principais questões que incidem sobre este processo na contemporaneidade. De todo modo, sempre que necessário ao esclarecimento do tema, explicitaremos os pontos de debate ou discordância entre os referidos autores⁵. A caracterização da identidade moderna não será apresentada em profundidade, mas apenas como referência comparativa para o entendimento da identidade contemporânea. Consideramos suficiente aos nossos propósitos enfatizar as questões atuais que incidem sobre o processo de construção de identidade dos sujeitos, bem como os impasses e mal-estares provenientes destas condições.

1.1 O mal-estar contemporâneo

Bauman (2005) considera que o problema da identidade surge juntamente com o nascimento do Estado moderno, quando a ordem social deixou de se reportar às vizinhanças e famílias tradicionais e passou a ser tarefa “em construção” do Estado. A identidade é incorporada ao processo de estabelecimento da nova ordem social, tornando-se alicerce para o fundamento e a legitimidade estatais, e devendo ser garantida pelas novas instituições. Com o declínio do pertencimento tradicional, a identidade surgiria como “problema” e como “tarefa”: problema, visto não estar mais garantida pelos laços familiares e comunitários tradicionais, e tarefa, posto que deve ser “conquistada” por cada um que almeje fazer parte da nova organização social.

⁵ No que se refere ao termo utilizado para identificar a conjuntura atual, encontramos divergências. Enquanto Bauman e Dufour utilizam o termo “pós-modernidade” e, no caso de Bauman, posteriormente, “modernidade líquida”, Giddens sugere os termos “modernidade tardia” ou “alta modernidade”, e Beck o termo “modernidade reflexiva”. Utilizaremos preferencialmente o termo “contemporaneidade” de modo a fazer referência direta ao momento histórico atual, independente das nuances de interpretação de cada autor.

O surgimento da noção de identidade não decorre de forma espontânea das transformações que produziram a época moderna, mas estava incluída em uma estratégia estatal que a produziu e “forçou” a fazer parte da experiência subjetiva. A estratégia de consolidação do Estado-Nação possuía como um de seus principais meios de efetivação, a naturalização das noções de identidade e, especialmente, de identidade nacional. A lógica de funcionamento desta estratégia incluía tornar a ficção da identidade, realidade, a sua obrigação, uma necessidade natural e, deste modo, nublar o seu caráter contingente.

Atualmente, tornamo-nos conscientes de que tanto o pertencimento quanto a identidade não possuem a estabilidade e a solidez de que pareciam gozar quando as instituições modernas ainda não haviam declinado. A tarefa de construir a identidade é, nas palavras de Bauman, sempre “algo a ser inventado, e não descoberto”, “um esforço”, “um objetivo” (2005, p.21). No entanto, ainda que a contingência da identidade remeta ao início da época moderna, as condições atuais da cultura tornam a tarefa especialmente árdua, explicitam a sua indeterminação e desestabilizam os meios pelos quais a mesma se dava.

Ao analisar as condições da cultura, com o intuito de identificar as conseqüências psíquicas das transformações que caracterizam a contemporaneidade, Bauman (1998) reconhece o predomínio do sentimento de incerteza e o reporta à falta de fontes seguras e estáveis para a construção da identidade. A prevalência de tal sentimento deve-se a quatro fatores: a desordem do mundo, a desregulamentação universal, o enfraquecimento das redes de proteção e a indeterminação do mundo como mensagem difundida pela mídia.

A desordem do mundo é fruto da ausência de uma estrutura organizada, visível e facilmente identificável, que permita aos indivíduos se localizarem rapidamente em relação ao todo social. Esta falta de estrutura evidencia, por sua vez, a ausência de lógica subjacente aos fenômenos sociais e políticos que até então conferiam sentido e determinavam a direção em que a experiência coletiva se dirigia. Tal lógica, típica da racionalidade de uma sociedade

marcada pela noção de progresso, orientada em direção ascendente, não é nem esboçada no contexto atual. O equilíbrio político-social do mundo em que vivemos é momentâneo e não possui coerência suficiente para que adquira visibilidade; pelo contrário, sua falta de visibilidade torna possível e factível o surgimento de todo tipo de análise, previsão e proposta de futuro.

A desregulamentação universal resulta da ascensão da lógica do mercado, que passa a colonizar todos os campos da vida coletiva, regulando e determinando a circulação e a existência tanto de pessoas quanto de objetos. Na lógica do mercado, nada pode ser estável ou severamente determinado sem que constitua empecilho ao desenvolvimento das finanças, dos mercados de consumo e dos lucros. A partir do momento em que o mercado adquire *status* de valor máximo na hierarquia de prioridades coletivas, a sua liberdade passa a se sobrepor e a ser garantida em detrimento de todas as outras liberdades, sejam elas institucionais, nacionais ou individuais. Deste modo, tudo o que vier a representar um entrave ao fluxo livre do mercado pode, e deve, ser alterado, descartado ou excluído do cenário social.

Os efeitos de tal desregulamentação são nítidos quando nos voltamos para o mundo do trabalho, no qual imperam a instabilidade dos cargos e das funções e a volatilidade da formação e das habilidades. A segurança outrora oferecida por uma formação, escolha profissional ou posto de trabalho, desapareceram, gerando não só o sentimento de insegurança que predomina entre os trabalhadores, como também novas demandas que se dirigem a esses sujeitos: para que sejam flexíveis e dinâmicos, possuam novas e numerosas habilidades, adquiram novas experiências mudando constantemente de função. As conseqüências psicológicas de tal desregulamentação são devastadoras para os sentimentos de pertencimento, utilidade e contribuição coletiva, assim como para a auto-estima do sujeito, conforme analisado por Sennett (2002) em seu estudo sobre as transformações na esfera do trabalho.

O enfraquecimento das redes de proteção pessoal, como a vizinhança, a comunidade e a família, é outro fator que contribui para o crescimento do sentimento de incerteza. Estas redes são entendidas por Bauman como um segundo nicho que atua fornecendo segurança para o sujeito, paralelo às instituições consagradas como fontes de moralidade e doadoras de identidade. Se estas redes de proteção ainda desempenham papel primordial na existência dos sujeitos, não podem, entretanto, garantir segurança suficiente para aplacar o sentimento de incerteza. Os laços afetivos que compunham estas redes foram absorvidos pela dinâmica do consumismo e se transformaram em função de sua lógica: o outro deve ser consumido como fonte para o prazer e somente como tal, não havendo a consolidação de laços afetivos mais duradouros.

Giddens (2002) entende tais laços como “relações puras”, um modo de relação que não remete a qualquer contrato ou moralidade extrínseca à própria relação, cujo valor e durabilidade dependem exclusivamente de sua própria capacidade de se auto-alimentar e de satisfazer os sujeitos. Ainda que possa significar a construção de relações mais “autênticas” e provavelmente menos assimétricas, o funcionamento da “relação pura” torna o vínculo afetivo estabelecido extremamente instável e frágil, não podendo, portanto, caracterizar-se como fonte de estabilidade ou segurança para o sujeito⁶.

A mensagem difundida pelos meios de comunicação enfatiza o caráter maleável e indeterminado da sociedade atual, na qual todas as escolhas são possíveis, plausíveis e instáveis. Não existe continuidade necessária ou lógica compreensível que subjaza aos acontecimentos; eles simplesmente se sucedem como intensidades separadas pelo tempo e desconectadas de qualquer sentido unificador. A mensagem difundida nos meios de comunicação desenha um cenário no qual tanto as identidades como os acontecimentos

⁶ Retornaremos a esta questão mais adiante.

coletivos são possibilidades infinitas disponíveis ao sujeito, mas não certezas ou modelos que possam ser seguidos com razoável nível de segurança.

Bauman (2000) define, então, as duas principais características da contemporaneidade: o colapso da confiança no progresso e a privatização da tarefa modernizante. A confiança no progresso foi um dos principais fatores estruturantes da modernidade, caracterizando uma sociedade orientada para o futuro, crente de que o desenvolvimento da sociedade e da experiência humana se daria necessariamente por um movimento ascendente. Tal crença não possui plausibilidade no momento atual: a ausência de projeto político coletivo, o fracasso dos ideais de justiça e equidade social, o surgimento de novas formas de violência e barbárie são apenas alguns dos acontecimentos que contribuíram para extinguir a crença de que o futuro será melhor do que o presente, fazendo da incerteza não um estado provisório a ser superado, mas uma condição intrínseca à contemporaneidade.

A descrença no futuro é o fator preponderante para o investimento dos sujeitos no presente, que se torna o referente temporal privilegiado para a vivência subjetiva e para a busca do prazer. O sujeito contemporâneo não projeta seus ideais de existência e satisfação no futuro, mas, ao invés, busca realizá-los no presente instantâneo, através do acúmulo de experiências prazerosas, diversificadas e inéditas. Este é o sujeito “coleccionador de sensações”, orientado pela busca do prazer, não pela construção paulatina de si, cuja identidade Bauman denomina como “identidade de palimpsesto”, uma verdadeira coletânea de episódios de vida desconectados entre si e sem densidade moral, que privilegia as novas experiências em detrimento do saber acumulado.

O projeto de vida moderno, ascendente e aditivo, no qual a vida é vivida como desenvolvimento e auto-aperfeiçoamento é, por definição, incompatível com a temporalidade de um presente contínuo. Este projeto só pode se afirmar como ideal possível para os sujeitos na medida em que o tempo pode ser decomposto entre passado, presente e futuro, sendo o

primeiro, referência para a ação, o segundo, palco privilegiado de investimento e construção, e o terceiro, ponto de desenvolvimento a ser atingido. Com a temporalidade centrada no presente, o caminho a ser percorrido pelo sujeito e os sinais que identificam o ponto de chegada passam a ser redefinidos e mesmo invertidos a todo instante, deslocando o futuro como aspiração e depositário de ideais de vida.

Ainda como conseqüência do colapso da crença no progresso e da temporalidade vivida como presente contínuo, impõe-se a necessidade de movimento ao sujeito. Já que as fontes para a construção de identidade e os parâmetros para o estabelecimento de uma vida satisfatória mudam a todo instante, o sujeito deve estar motivado para também se movimentar incessantemente em busca de experiências originais e intensas, sempre pronto a recomeçar, abandonando o adquirido e partindo em busca do inédito.

A segunda característica da contemporaneidade, como definida por Bauman, é a desregulamentação e a privatização da tarefa de modernização. Por tarefa de modernização pode-se entender a exigência contínua de revisão e aperfeiçoamento que marcou todo o funcionamento moderno, tanto no que se refere às instituições quanto às identidades pessoais, e cuja responsabilidade era partilhada pelo coletivo humano, sob o signo da razão instrumental. A tarefa de modernização deixou de ser um empreendimento coletivo para materializar-se na auto-afirmação do sujeito, deixando, conseqüentemente, de ser responsabilidade partilhada, para tornar-se tarefa administrativa de cada um de nós.

Os instrumentos e métodos que pretendem responder pela sobrevivência, pelo auto-aperfeiçoamento e pelo bem-estar humano, ao serem privatizados, deixam de ser socialmente patrocinados e passam a ser responsabilidade do sujeito, o que traz conseqüências diretas para a construção de identidade. Sem outros recursos, o sujeito depende apenas de si para cumprir a tarefa de dar sentido à sua existência e de construir um lugar no mundo social. Desempenho, sagacidade, fôlego e capacidade de auto-afirmação são habilidades necessárias ao sujeito que

possui a tarefa solitária de construir a si mesmo. Este individualismo exacerbado difere do que Bauman denomina como “individualismo orientado” do sujeito moderno, cuja tarefa de construir a si mesmo era amparada, orientada e mesmo comandada pelos discursos e instituições de referência. Lançado à sua própria sorte, o sujeito contemporâneo parece ter adquirido liberdade e direito à auto-afirmação, mas não os meios capazes de fazê-lo alcançá-las.

Liberdade combinada com ausência de recursos torna-se um fardo de difícil sustentação, e a tão proclamada autonomia do sujeito contemporâneo não parece vir acompanhada de aumento de satisfação ou bem-estar psíquico. Ao invés, cresce o sentimento de incerteza, que passa a dominar o cenário social e a ser um sentimento corriqueiro na vida dos sujeitos. O resultado do aumento da liberdade e da incerteza é um estado de impotência generalizada, cujas características não permitem que seja ultrapassado ou resolvido⁷. Além de solitária, a tarefa de construir sua identidade é, ainda, paradoxal: se por um lado, o trabalho individual de construção da identidade é valorizado e necessário, por outro, a aquisição de uma identidade estável e consistente pode rapidamente tornar-se empecilho para o sujeito, impedindo-o de transitar com fluidez e flexibilidade por todas as transformações inevitáveis do mundo atual.

Este parece ser um dos principais pontos de tensão da identidade contemporânea: a oscilação entre o desejo e a responsabilidade de construir uma identidade única, verdadeira e consistente, e o imperativo ao movimento, à flexibilidade e à abertura necessários para transitar com facilidade no mundo contemporâneo.

Frente à tamanha inquietação, cresce a necessidade de segurança, e os sujeitos recorrem ao consumismo e às novas formas de comunitarismo em busca de estabilidade e

⁷ Bauman toma emprestado de Beck a expressão “solução biográfica das contradições sistêmicas” para identificar esta tentativa do sujeito de construir solitariamente sentido para a sua experiência. Deste modo, a impotência que predomina no contexto atual é entendida como resultado do impasse entre as ambigüidades próprias da cultura contemporânea e a busca solitária de soluções empreendida pelo sujeito, impasse este que seria, por definição, intransponível.

compartilhamento de experiências. O consumismo como prática privilegiada do capitalismo neoliberal expandiu-se para todos os domínios da vida, passando a regular todas as formas de interação social, e adquirindo o *status* de medida relativa para uma vida bem-sucedida, feliz e harmoniosa. De fato, a atividade de consumir - esquadrihar as possibilidades, examinar, comparar, escolher e, se necessário, devolver sem maiores prejuízos - passa a ser exemplar e a constituir-se como parâmetro para todas as outras; mas o impulso ao consumo não é motivado apenas pela possibilidade de acumular sensações, mas também pela necessidade de encontrar sentido, ainda que momentâneo, para a experiência e signos para a construção de identidade. Os objetos - e poderíamos incluir os serviços, as imagens, e as práticas também postas à venda - trazem consigo a promessa de aplacar, ainda que momentaneamente, a incerteza e a insegurança que assolam o sujeito contemporâneo. O consumidor se dirige em busca da coleção de sensações e da evitação da incerteza.

O comunitarismo é a tendência de retorno a práticas ou crenças tipicamente modernas que possam restabelecer a ordem e os lugares sociais definidos, acomodando os sujeitos “desacomodados” pela pós-modernidade. No entanto, na análise de Bauman, esta tentativa de restauração de uma experiência coletiva estável e determinante da identidade não passa de uma coleção de individualidades sem possibilidade de sentido suprapessoal. A junção destes indivíduos não produz critérios globais ou a construção de uma causa comum, “não é maior do que a soma de suas partes”, pelo contrário, “não é nada além do que a junção de várias partes”. Deste modo, a vivência comunitária pode atuar como nicho para a ancoragem das identidades, mas apenas como junção de semelhantes que compartilham a mesma tarefa solitária de responder e de se responsabilizar por si mesmos.

1.2 A impossibilidade lógica de “construir a si mesmo”

A conjuntura contemporânea e os problemas que ela traz para a construção das identidades pessoais também é alvo dos estudos de Dufour (2005), que busca analisá-los nos registros filosófico e psicanalítico. De acordo com o autor, as transformações na dinâmica social empreendidas pelo neoliberalismo trouxeram conseqüências severas para a condição subjetiva, alterando o estatuto do sujeito que vigorava até o seu surgimento. Este estatuto era constituído por duas figuras ideais que povoaram a modernidade, o sujeito kantiano e o sujeito freudiano. Ambos encontram-se em declínio, gerando um processo de destituição simbólica e cedendo lugar a uma nova forma de ser sujeito, o “sujeito psicotizante”⁸.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o sujeito kantiano surge por volta de 1800 como uma estrutura transcendental que torna possível o conhecimento, organizando a experiência a partir das categorias do espírito. Esta síntese entre a experiência do mundo e o entendimento do espírito só é possível através do uso crítico da razão, que passa a ser tarefa ética, ou imperativo moral do sujeito. Além de tarefa ética, o “imperativo do esclarecimento”, no qual o sujeito faz uso de sua liberdade para pensar, é também condição para que haja justiça no mundo, esta igualmente conseqüência do trabalho crítico. Este sujeito crítico, como forma ideal que torna possível o Pensamento e como sujeito ideal que é condição para a existência dos indivíduos, não encontra lugar na contemporaneidade.

De acordo com Dufour, Kant considera que a dignidade é incompatível com o preço: “Tudo *ou bem* tem um preço, *ou bem* uma dignidade. Podemos substituir o que tem um preço por seu equivalente; em contrapartida, o que não tem preço e, pois, não tem equivalente é o que possui uma dignidade” (*apud* Dufour, 2005). A partir do momento em que tudo adquire um determinado preço, a dignidade torna-se qualidade inexistente, a tarefa ética perde o seu sentido, e as possibilidades de crítica desaparecem. Deste modo, Dufour decreta a morte do

⁸ Dufour utiliza o termo sujeito em seu sentido filosófico, e não em sua acepção sociológica, empírica ou cotidiana, tomando-o como forma ideal e condição de possibilidade para o indivíduo.

sujeito kantiano, desnecessário e incompatível com o mundo do neoliberalismo, no qual tanto objetos como sujeitos possuem sempre algum preço e no qual a única atividade relevante é a troca de mercadorias.

O sujeito freudiano, surgido por volta de 1900, também exercia o papel de forma ideal que constituía o sujeito moderno. O sujeito da neurose, cujo funcionamento está baseado no recalque do desejo, preso em suas fixações compulsivas e repetições, é, de certo modo, um sujeito estático, rígido e repetitivo, que não oferece atrativos para a dinâmica do neoliberalismo. Este funcionamento psíquico se organiza a partir da relação do sujeito com uma alteridade que, socialmente reconhecida e com valor de autoridade, estrutura as relações simbólicas. Ora, é exatamente esta função simbólica que vem sendo esvaziada pela dinâmica neoliberal, de tal modo que se encontra praticamente ausente na cultura contemporânea.

A origem deste esvaziamento da função simbólica reside na dinâmica social imposta pela ascensão do neoliberalismo. Este novo estado do capitalismo produz, como uma de suas principais conseqüências, o achatamento dos valores que regulavam as trocas entre os homens, fazendo com que a livre circulação de mercadorias não encontre freios para se desenvolver. Os sujeitos são, então, estimulados a se livrar de todo o aparato de ordem transcendental ou moral, para entrar no jogo das trocas sem qualquer sobrecarga simbólica. Despidos de simbologia, todos os objetos passam a ser valorados e podem circular sem maiores impedimentos.

O resultado desta varredura do sentido é uma dessimbolização generalizada do mundo, que atinge, evidentemente, a condição subjetiva e gera a “fabricação de um novo sujeito”. Este novo sujeito é comumente proclamado como o triunfo da liberdade e da autonomia, uma afirmação do princípio do individualismo moderno. Entretanto, de modo similar a Bauman, Dufour questiona as benesses desta autonomia, e radicaliza ainda mais a crítica a partir da recuperação do sentido da palavra sujeito - *subjectus*, em latim, que tem o

sentido de quem está submetido. O sujeito é, por definição, aquele que está submetido a um Outro⁹ que o transcende e a quem ele deve a sua existência, assujeitado e submisso.

O Outro adquiriu diferentes contornos ao longo da história humana, desde Deus, até a Natureza ou a Política, mas nunca deixou de estar presente como referência fundante para o sujeito. De acordo com a sua “encarnação” nestas diferentes figuras, mudam as condições de existência, as relações sociais, as obrigações morais e as formas de luta pela autonomia, mas permanecem garantidas as possibilidades de organização, sentido e pertencimento social. São exatamente estas garantias que são ameaçadas no momento em que nenhuma figura do Outro é capaz de inspirar autoridade suficiente para estabelecer-se como referência para o mundo social e para a existência dos sujeitos.

A hegemonia do neoliberalismo, assim como a sua pretensão de rearticular a seu favor todo o vínculo social e as identidades pessoais, pode sugerir que o mercado esteja assumindo o lugar do Outro na pós-modernidade, tornando-se referência organizadora do social e fonte para a constituição do sujeito. Mas trata-se, de fato, de uma impossibilidade lógica. O mercado não tem valor de autoridade e seu funcionamento se dá através do mecanismo da rede: horizontal, sem centro de controle ou de irradiação de normas. Não há espaço possível para transcendência ou para qualquer regra moral estável. Deste modo, a tarefa por excelência do Outro - assegurar a origem e a fundação do sujeito - não pode ficar sob responsabilidade do mercado, que apenas a remete ao próprio sujeito.

Dufour questiona a tão proclamada autonomia do sujeito contemporâneo, que, segundo algumas avaliações, teria se beneficiado da desregulamentação e da fragmentação do mundo, para escolher livremente entre diversas identidades, estilos de vida e formas de satisfação. No entanto, a autonomia parece ter trazido mais prejuízos do que ganhos para a existência dos sujeitos. Com a caracterização do sujeito como *subjectus*, Dufour chama a

⁹ “Outro” aqui tem o sentido de alteridade radical e estruturante, e Dufour o utiliza com a letra “o” maiúscula em referência direta ao “Outro” em Lacan, para que, deste modo, esteja incluída em sua análise não somente a dimensão filosófica, mas também as dimensões simbólica e clínica do problema da alteridade.

atenção para o fato de que esta definição de sujeito tem importantes conseqüências para a definição do que é a liberdade. Neste contexto, a liberdade é entendida como tarefa de libertação, posterior ao estado de submissão, no qual o sujeito está subjugado às determinações do princípio de autoridade, ou princípio organizador. É a este princípio que o sujeito deve se opor para conquistar a sua independência e se libertar. Portanto, a autonomia é, por definição, relacional.

Em um mundo no qual a figura do Outro parece estar ausente, como é possível o exercício da liberdade? Como é possível constituir a si mesmo? A partir destes questionamentos, Dufour busca enfatizar não somente as dificuldades encontradas pelo sujeito no processo de constituir a si mesmo, mas efetivamente caracterizar as tarefas de “fazer a si mesmo” ou de “ser livre” como verdadeiras impossibilidades lógicas. Deste modo, a combinação entre o estímulo à constituição autônoma de si e a ausência de referências, endossada pelo neoliberalismo que domina a condição contemporânea, não é somente produtora de mal-estar, mas traz conseqüências mais severas para o domínio da subjetividade, produzindo uma condição subjetiva “psicotizante”.

Por condição subjetiva “psicotizante”, o autor entende a construção de um sujeito frágil, destituído de capacidade de crítica, aberto a todas as possibilidades identitárias e às flutuações do mercado. A forma sujeito dominante na contemporaneidade seria esse sujeito vazio, sem densidade, verdadeiramente sujeito –*subjects* - às oscilações do mercado¹⁰. Este sujeito aberto e, de certo modo, vazio, é a forma sujeito que tende a tomar corpo na contemporaneidade, suplantando a forma sujeito tipicamente moderna. No entanto, tal avaliação não equivale a considerar que a humanidade estaria vivendo em um estado de

¹⁰ Os psicanalistas Charles Melman e Jean-Pierre Lebrun sugerem um diagnóstico semelhante ao de Dufour em “O Homem sem gravidade – gozar a qualquer preço” (2003). Nesta obra, os autores propõem que a economia psíquica dos sujeitos vem sendo transformada pela crise de referências que assola a cultura, favorecendo um funcionamento psíquico marcado pela exibição do gozo, que promove a perversão, e não pelo recalque do desejo, que promovia a neurose.

psicotização generalizada, visto que ainda é possível verificar focos de resistência da neurose e da atividade crítica na contemporaneidade.

Ainda assim, Dufour não deixa de sinalizar que a sua proposição a respeito da mutação da condição subjetiva não é somente uma hipótese teórica, mas uma tendência identificável por meio de determinados acontecimentos e de sua alta incidência na contemporaneidade:

“domínio do mercado, dificuldades de subjetivação e socialização, toxicomania, multiplicação das passagens ao ato, aparecimento do que se chama, corretamente ou não, “os novos sintomas”, explosão da delinquência em porções não negligenciáveis da população jovem, nova violência e novas formas sacrificiais...” (p.23).

Estes seriam os indícios do surgimento do sujeito psicotizado, conseqüência subjetiva da ausência de autoridade que assola a cultura e que não permite aos sujeitos construir identidades estáveis, íntegras e consistentes.

1.3 O projeto de vida reflexivo

Giddens (1991, 2000), autor que também discute as transformações da cultura atual e as suas implicações para a construção das identidades pessoais, mas oferece uma grade teórica distinta dos autores precedentes, bem como uma análise que, em certos aspectos, revela nuances no que se refere às condições e aos problemas que incidem sobre as identidades pessoais. Ainda que concorde que o contexto contemporâneo apresenta profundos desafios para a construção das identidades pessoais, o autor sugere que tais desafios não inviabilizam por completo a possibilidade dos sujeitos criarem para si identidades

razoavelmente estáveis e coerentes no tempo, mas também abertas e continuamente reformuladas.

Giddens propõe que entendamos o momento atual como uma intensificação da modernidade, com o acirramento dos conflitos e a radicalização das características que foram constitutivas da época moderna, denominando-o de “alta modernidade”, ou “modernidade tardia”. A reflexividade social, os mecanismos de desencaixe e reencaixe e o tênue equilíbrio entre segurança e risco são as principais características da modernidade que vêm se acentuando na cultura atual, e cujas conseqüências para o processo de construção das identidades pessoais são de amplo alcance.

De modo bastante genérico, pode-se estabelecer a distinção entre as sociedades modernas e as sociedades pré-modernas como tributária, principalmente, da velocidade das mudanças sociais, que se aceleraram consideravelmente; do escopo das mudanças, ou seja, da profundidade acentuada e da abrangência global que estas adquiriram; e da natureza intrínseca das novas instituições, característica que corresponde à mudança constante e à referencialidade interna dos sistemas sociais. Estas características se conjugam no que Giddens chama de reflexividade social.

A reflexividade social é uma das principais características da modernidade e consiste no processo de abertura e constante revisão da vida social, comum tanto às instituições quanto ao eu e à auto-identidade. Despida de referentes transcendentais, as instituições e os sistemas abstratos¹¹ da modernidade baseiam-se exclusivamente em padrões internos para regularem o constante processo de mudança, distanciando-se cada vez mais de valores extrínsecos ao seu próprio funcionamento. Enquanto nas sociedades tradicionais o escopo da mudança era extremamente reduzido, e as regras de funcionamento social eram baseadas na tradição e,

¹¹ Sistemas de conhecimento técnico e/ou especializado, que passam a ter gerência sobre a vida cotidiana dos sujeitos, sendo, em grande parte, responsáveis pelo estímulo à reflexividade.

portanto, retiradas do passado, nas sociedades modernas o escopo da mudança é elevado, e a tradição, continuamente revisada, refeita e superada pela atividade reflexiva.

A reflexividade tem curso mediante os mecanismos de desencaixe e reencaixe, que representam, respectivamente, o deslocamento das relações sociais de seu contexto de origem, e, posteriormente, a sua reinserção e reorganização em formas distanciadas de tempo-espço¹². Beck (1997) sugere a adoção do termo “modernização reflexiva” para caracterizar este fenômeno, atentando para o fato de que o significado da palavra reflexão deve ser entendido precisamente: “Este conceito não implica (como pode sugerir o adjetivo “reflexivo”) *reflexão*, mas (antes) *autoconfrontação*” (idem, p. 16). Trata-se de um processo no qual a sociedade torna-se um tema e um problema para ela própria, sendo as suas regras de funcionamento revisadas, debatidas e confrontadas entre si a partir do próprio conhecimento formulado em seu interior. Ainda que o processo de reflexividade tenha a sua origem e, em alguns momentos, articule-se à noção moderna de progresso, a reflexividade que predomina na sociedade contemporânea não equivale diretamente a esta noção, representando muito mais abertura ao risco e à insegurança do que a crença no desenvolvimento ascendente que fundamenta a noção de progresso.

A prática constante de examinar e reformar a partir de informações provenientes de seu próprio funcionamento não é característica exclusiva das instituições, mas estende-se às identidades pessoais, ou, no vocabulário utilizado por Giddens, ao eu. A intenção se volta para a criação e a manutenção de uma narrativa biográfica que seja, ao mesmo tempo, coerente e continuamente revisada. A responsabilidade sobre a criação e a manutenção desta

¹² A reorganização das relações sociais em formas distanciadas de espaço-tempo é parte integrante do processo de transformação das dimensões espaciais e temporais que surge na modernidade. Harvey (1992) explica com clareza o sentido do conceito “compressão do tempo-espço”: “Pretendo indicar com essa expressão processos que revolucionaram as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra “compressão” por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós” (p.219).

narrativa é inteiramente do sujeito, que deve envolver-se ativamente no processo de construção e reconstrução de sua história de vida.

O planejamento da vida adquire importância fundamental para a construção da narrativa biográfica, devendo o sujeito considerar os riscos e as possibilidades de crescimento, consultar o conhecimento dos especialistas e, então, fazer escolhas acerca do estilo de vida. Neste processo de monitoramento da trajetória de vida, o sujeito não exclui outras dimensões temporais em favor do presente, mas inclui uma apropriação do passado que filtra o que lhe interessa, e o estabelecimento de projeções que possam antecipar o futuro. Este modo específico de manejo do tempo, interpretando o passado e preparando-se para o futuro, é fundamental para o planejamento de vida dos sujeitos.

A satisfação e o bem-estar dos sujeitos se inserem no projeto reflexivo do eu através de um equilíbrio entre oportunidade e risco. A auto-realização na contemporaneidade pressupõe o abandono de antigos hábitos e comportamentos que não apresentam mais vantagens, seguido pelo investimento do sujeito em novos modos de ser e agir que lhe pareçam mais satisfatórios. Este constante recomeço envolve uma parcela de risco considerável, mas, de acordo com Giddens, o que torna a tarefa árdua não é necessariamente o aumento dos acontecimentos arriscados, mas a consciência secular do risco, ou seja, o reconhecimento de sua existência e a obrigação de manejá-lo.

O equilíbrio entre oportunidade e risco é fundamental para o que o autor entende por “colonização do futuro”: as práticas atuais moldam os estados futuros e, na medida em que as antigas concepções de sina e fortuna¹³ encontram-se ausentes, a aferição do risco e o planejamento da vida passam a responder em grande parte pelo futuro dos sujeitos. Trata-se de uma interpretação acerca da temporalidade diversa da de Bauman, visto que a colonização

¹³ De acordo com Giddens, a noção de sina corresponde a um ordenamento prévio do mundo, acrescido de uma concepção moral de destino e de um significado cósmico da causalidade dos eventos. A noção de fortuna é mais controversa e, apesar de combatida pelo cristianismo, esteve presente nas concepções pré-modernas de destino como uma espécie de graça alcançada sem o devido esforço. A noção de fortuna sinalizava o início do declínio da tradicional noção de sina; na contemporaneidade, ambas foram suplantadas pela noção de risco.

do futuro é, para Giddens, tarefa por excelência do eu reflexivo, e um aspecto fundamental para a definição de sua identidade.

Evidentemente, a diversidade de opções oferecida aos sujeitos não é organizada por nenhuma espécie de hierarquia, ainda que algumas influências padronizadoras possam ser produzidas principalmente a partir do discurso da mídia, atrelado à lógica consumista. Deste modo, o conceito de estilo de vida¹⁴ adquire importância fundamental na vida cotidiana, visto ser este o definidor da auto-identidade do sujeito, que o escolhe valendo-se somente dos padrões expostos e estimulados pela mídia, do conhecimento reflexivo dos especialistas, e das avaliações em torno do risco que eles mesmos têm de realizar.

A reflexividade atinge não somente o projeto de vida, mas se dirige também ao corpo, que se torna alvo de atenção, controle e intervenção por parte dos sujeitos, perfeitamente integrado ao processo de reflexividade. A mesma lógica que permeia o cultivo da narrativa biográfica pode ser deslocada para o cultivo da aparência física, de hábitos corporais, e cuidados estéticos que, articulados, sinalizam a importância que o corpo adquire na construção das identidades. De fato, este se torna domínio por excelência de identificação do sujeito, que deposita muitas de suas aspirações e desejos na materialidade corporal¹⁵.

A “relação pura” surge como protótipo da vida pessoal do sujeito contemporâneo, englobando não só relacionamentos amorosos, mas todo o universo de intimidade do sujeito. A relação pura se define como uma relação de reciprocidade entre sujeitos livres, cujo valor depende apenas de si mesma, não se reportando a nenhum critério externo. A intimidade requerida na relação pura é reflexivamente organizada, ou seja, continuamente monitorada

¹⁴ Giddens comenta que a noção de estilo de vida é comumente entendida apenas como uma prática mercadológica, um consumismo superficial. No entanto, a sua origem é também exemplar da reflexividade e da relação do eu com os sistemas especializados na contemporaneidade: “O termo “estilo de vida” é um exemplo interessante de reflexividade. O colunista do *New York Times* William Safire sugere que ele deriva dos escritos de Alfred Adler, de onde foi retomado pelos radicais nos anos 1960 e, mais ou menos ao mesmo tempo, pelos redatores de publicidade. Segundo Dennis Wrong, entretanto, a principal influência foi realmente Max Weber: “estilo de vida”, tal como associado aos estamentos no uso weberiano, se tornou termo da linguagem cotidiana”. (2002, p.79).

¹⁵ Sobre este tema há vasta bibliografia. Ver, entre outros, Costa (2004), Ortega (2002), Rabinow (2002), Sfez (1996) e Turner (1995).

para que cumpra o papel de oferecer mais recompensas do que prejuízos à satisfação dos sujeitos e, quando necessário, revisada e reformulada para que atinja este objetivo. O “compromisso” é uma das principais características deste tipo de vínculo, exatamente aquilo que substitui os suportes externos que costumavam alicerçar as relações pré-modernas e, neste contexto, deve ser assumido espontaneamente e assegurado por cada um dos parceiros, podendo, evidentemente, ser desfeito a qualquer momento.

Devido a sua dinâmica reflexiva, a relação pura pode gerar um alto nível de tensão, exigindo do sujeito a criação de um vínculo no qual haja equilíbrio entre a contribuição de cada parceiro, os seus diferentes anseios e o que deriva da própria relação. Ainda que a insatisfação e a angústia resultante deste estado de coisas possam, de fato, ser entendidas como constituintes do seu próprio modo de funcionamento, a relação pura pode trazer considerável satisfação, e é um espaço propício para a exploração e o auto-desenvolvimento do sujeito, exercícios necessários à construção reflexiva da identidade.

Giddens confere à noção de risco papel primordial no desenvolvimento do projeto reflexivo do eu. No que se refere à expectativa de vida, à sobrevivência a doenças graves e ao sofrimento físico, a vida nas sociedades modernas é definitivamente menos arriscada do que o foi nas sociedades pré-modernas. No entanto, em um contexto no qual os modos tradicionais de gerir a vida são reformulados ou descartados, a noção de risco passa a ser fundamental, e o seu exercício constante, parte constituinte de todos os níveis da vida dos sujeitos. A relação entre risco e confiança¹⁶ é delicada: ainda que em certos aspectos haja mais confiança, proporcionada pela especialização dos sistemas abstratos da modernidade, estes não são

¹⁶ Giddens confere atenção especial à noção de confiança. Apoiado nos estudos psicanalíticos de Winnicott, Giddens entende-a como uma necessidade primordial dos sujeitos e característica de um desenvolvimento psíquico satisfatório. O adequado desenvolvimento da confiança é essencial para o estabelecimento da “segurança ontológica”, a atitude natural que resulta da consciência prática dos sujeitos, que os permite “pôr entre parêntese” os questionamentos acerca dos fundamentos do mundo e de si, e agir de modo espontâneo e satisfatório na vida cotidiana. Sobre a relação entre confiança, segurança ontológica e desenvolvimento psíquico, ver Giddens (2002), cap.2 “O eu: segurança ontológica e ansiedade existencial”.

capazes de oferecer ao sujeito a recompensa moral que provém da confiança em pessoas ou nos quadros morais amplos da tradição.

A relação entre a confiança nos sistemas especializados e o risco e a instabilidade próprios ao mundo contemporâneo é uma das ambigüidades identificadas por Giddens como inerentes ao projeto reflexivo do eu. O autor identifica quatro principais dilemas que afetariam esse projeto: unificação x fragmentação; impotência e apropriação; autoridade x incerteza; e experiência personalizada x experiência mercantilizada.

O primeiro dilema diz respeito à discutida hipótese de que a fragmentação do contexto social e das condutas humanas gera ansiedade e traz efeitos nocivos ao sujeito, impossibilitando a construção de uma identidade estável no tempo e dotada de sentido. Giddens reconhece esta tendência, mas, em contraposição, sugere que a pluralidade de opções também pode ser utilizada como meio para a unificação do eu na medida em que o sujeito pode valer-se da diversidade para criar uma auto-identidade específica, que incorpore de forma criativa aspectos de diferentes contextos, integrando-os em uma identidade satisfatória e coerente.

O dilema entre impotência e apropriação diz respeito aos sistemas especializados e à produção de efeitos de alienação do sujeito, que cada vez mais se distancia do conhecimento responsável pela administração da vida cotidiana. Este processo seria responsável pelo predomínio do sentimento de impotência na contemporaneidade, diagnóstico partilhado por diversos autores. No entanto, os sistemas especializados também foram responsáveis pelo fim da inacessibilidade de que o conhecimento gozava nos contextos tradicionais, sistematizando-o e tornando-o acessível a todos aqueles que se dedicarem à sua aquisição. A disponibilidade de adquirir variados conhecimentos especializados torna possível o empoderamento do sujeito, que pode se reapropriar do conhecimento acerca de certos domínios da vida cotidiana e, conseqüentemente, diminuir o sentimento de impotência em relação à sua vida.

O dilema autoridade x incerteza resulta do declínio das referências tradicionais e da reformulação intensa por que passam as instituições modernas. Este processo, que Giddens e Beck preferem interpretar como uma tendência à destradicionalização¹⁷, é amortecido pela aparente segurança oferecida pelas tecnologias e pelo prestígio com que o discurso científico circula na cultura. No cotidiano, uma combinação entre a confiança nos sistemas especializados, a rotinização e a fidelidade a determinado estilo de vida, parece resolver satisfatoriamente o dilema da falta de autoridade. No entanto, nos diversos momentos de crise pelos quais a sociedade ou cada sujeito passa, a incerteza aumenta, a ausência de autoridade torna-se um fardo, e novas formas de autoritarismo são perseguidas em nome da segurança.

Finalmente, o dilema experiência personalizada x experiência mercantilizada diz respeito à difusão do consumismo para todas as esferas da vida dos sujeitos. O projeto do eu passa a ser traduzido através do consumo, com a criação de narrativas biográficas que se pautam pela posse de mercadorias e pela adoção de estilos de vida mercadologicamente produzidos. No entanto, esta mercantilização da experiência não é absorvida pelos sujeitos de maneira direta ou sem reservas, visto que a maioria reage criativa e interpretativamente, até para que estes discursos possam ser integrados à sua própria narrativa biográfica. A constante negociação entre a padronização oferecida pelo consumismo e as possibilidades concretas de existência de cada um parece ser a conduta mais comum do sujeito contemporâneo.

¹⁷ Sobre este conceito, ver “Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna”, Beck, Giddens e Lasch (1997).

Capítulo 2 - Categorias e identidades etárias: velhice e terceira idade

O surgimento das identidades da “velhice” e da “terceira idade” pode ser entendido como tributário de transformações na dinâmica cultural e como resultante de um processo complexo que envolve a convergência de discursos políticos, práticas sociais, interesses econômicos e disciplinas especializadas. Estas identidades etárias¹⁸ aparecem no imaginário cultural a partir do momento em que as categorias “velhice” e “terceira idade” são designadas como indicativas de um determinado período da vida, adquirindo legitimidade e visibilidade social. Deste modo, fica claro o entrelaçamento entre a dinâmica social, as transformações históricas e o surgimento destas identidades, cujo caráter se aproxima mais de uma classificação qualificada da vivência dos sujeitos do que de especificidades e características estritamente biológicas.

O surgimento de categorias etárias relaciona-se intimamente com o processo de ordenamento social que teve curso nas sociedades ocidentais durante a época moderna. De acordo com Tamara Hareven (1995), até o início do século XIX, fatores demográficos, sociais e culturais combinavam-se de tal modo que as sociedades pré-industriais não procediam à separação nítida ou a especializações funcionais para cada idade. A diversidade de idades entre as crianças de uma mesma família, a ausência da regulamentação de um tempo específico para o trabalho e a coabitação em famílias extensas são apenas alguns dos fatores que não favoreciam a fragmentação do curso da vida em etapas determinadas.

A partir do século XIX, surgem, gradativamente, as diferenciações entre as idades e uma especialização de funções, hábitos e espaços relacionados a cada grupo etário. Tem início

¹⁸ Utilizaremos os termos “identidade etária” ou “identidade geracional” para nos referirmos especificamente às principais características ideais que compõe as experiências da velhice e da terceira idade, enquanto os termos “categoria” e “noção” farão referência ao surgimento histórico destas entidades no espaço social, quando adquirirem legitimidade e passam a habitar o imaginário cultural.

a segmentação do curso da vida em estágios mais formais, as transições rígidas e uniformes de um estágio a outro, e a separação espacial dos vários grupos etários. Deste modo, o reconhecimento da velhice como um estágio único da vida dos sujeitos é parte de um processo histórico amplo, que envolve a emergência de novos estágios da vida, como a infância e a adolescência, e parte de uma tendência contínua em direção à segregação das idades na família e no espaço social.

Segue na mesma direção a obra do historiador Philippe Ariès (1978) acerca do surgimento histórico da categoria “infância”. Este trabalho é considerado paradigmático no campo dos estudos sobre envelhecimento, visto ser um dos mais difundidos exemplos de estudo histórico sobre a construção social de uma etapa da vida. Segundo Ariès, a delimitação do surgimento da infância como período da vida distinto da idade adulta, com suas particularidades, espaços, hábitos e comportamentos determinados, resulta de transformações na esfera familiar e da distinção entre os espaços público e privado, que culminaram no estabelecimento de novas relações de intimidade e de privacidade na família. Esta perspectiva, que atrela o surgimento da categoria infância ao surgimento da família moderna, inspira os estudos históricos sobre as categorias geracionais, sendo estendida ao estudo da velhice.

A estabilização das categorias geracionais se deu ao longo do século XIX, de modo que, no século XX, pode-se observar uma maior uniformidade no interior dos grupos etários, a marcação razoavelmente precisa da transição entre diferentes idades, e a institucionalização de ritos de passagem, como o ingresso na escola, na universidade e a aposentadoria (Hareven, 1995). A estabilização das categorias favorece o estabelecimento de identidades geracionais, que irão definir por meio de características de conduta, crenças, hábitos corporais, ideais de satisfação e toda uma série de especificações, a experiência de “habitar” cada uma destas etapas da vida. De fato, ser criança, adolescente ou adulto constituía grande parte da

identidade dos sujeitos modernos. A crescente institucionalização das etapas da vida e o processo de identificação dos sujeitos com as categorias geracionais parece ter atingido praticamente todas as esferas da vida social, fazendo-se presente no espaço familiar, no domínio do trabalho, nas instituições do Estado, no mercado de consumo e nas esferas de intimidade.

2.1 – O surgimento da categoria “velhice”

Os primeiros a realizar uma tentativa de historiografar a velhice foram os autores da gerontologia social, que divulgaram o que se convencionou chamar de a “tese da Idade de Ouro” (Blaikie, 1999; Debert, 1999; Laslett, 1989). Segundo tais estudos, a história da velhice deveria ser construída a partir da análise de sua relação com o processo de industrialização, por meio da contraposição entre as suas características na época moderna e nas sociedades tradicionais. O processo de industrialização teria corrompido a harmonia e a afetividade das relações familiares, bem como a segurança econômica dos indivíduos, que não seria mais garantida pelo pertencimento familiar. Os velhos passam a representar um peso tanto para as famílias como para o Estado, perdendo o status social de que gozavam antes da industrialização, quando eram respeitados e admirados em toda a comunidade por sua sabedoria e experiência.

É interessante notar o quanto esta imagem difundiu-se no imaginário cultural, tornando-se uma percepção comum e praticamente óbvia a respeito da posição da velhice e de sua desvalorização nas sociedades ocidentais. No entanto, autores contemporâneos como Andrew Blaikie, Guita Debert e Peter Laslett, entre outros, são unânimes ao nos informar que a tese da Idade de Ouro não se sustenta nas pesquisas mais recentes do campo da antropologia. Estas pesquisas apontam uma grande variabilidade entre as experiências de

envelhecimento nas sociedades ditas tradicionais, compreendendo desde uma velhice valorizada e mesmo sacralizada até aquela marcada pelo isolamento afetivo. O reconhecimento e a valorização de que gozavam os velhos nas sociedades tradicionais, quando o faziam, parecem remeter muito mais à posição do sujeito na hierarquia social do que à sua posição nas diferentes etapas da vida.

Do mesmo modo, haveria um consenso atual entre os historiadores sobre a consideração de que os dados disponíveis a respeito da velhice em outros momentos históricos são insuficientes, não podendo ser inferida uma tese como a da Idade de Ouro. Mais do que improvável, a tese da Idade de Ouro não parece logicamente plausível quando nos voltamos para os estudos que articulam o surgimento da velhice ao processo de modernização das sociedades ocidentais. Tais estudos indicam que as transformações históricas inerentes ao processo de modernização atingiram não só a forma como a vida é periodizada, a diferenciação entre as suas etapas e a sensibilidade que passou a caracterizar cada uma delas, mas, fundamentalmente, provocaram a própria compreensão do curso da vida como uma instituição social relevante (Debert, 1999).

Como dito anteriormente, parece ter havido uma transição de uma cultura cuja forma de organização social não designava à idade cronológica nenhuma função social relevante, para outra, onde a idade é um fator fundamental para a distinção social, se destaca como categoria e como modelo de identidade para os sujeitos. Similarmente, Stephen Katz (1995, 1996), autor cujos estudos baseiam-se na conceituação foucaultina acerca da sociedade disciplinar, supõe que a história da velhice se relaciona intimamente à história do curso de vida moderno. Para este autor, a velhice surge como produção discursiva a partir da inserção dos sujeitos na série moderna de disciplinamento, sendo, principalmente, resultado do investimento do discurso médico sobre o corpo envelhecido.

O período de transição entre os séculos XIX e XX pode ser identificado como o momento histórico no qual surge a noção de velhice como etapa diferenciada da vida. Uma série de mudanças específicas e a convergência de diferentes discursos acabaram reordenando o curso da vida e gerando condições para o surgimento da velhice. Dois fatores se destacam como fundamentais e determinantes para o surgimento da noção de velhice: a formação de novos saberes médicos que investiam sobre o corpo envelhecido e a institucionalização das aposentadorias¹⁹.

A geriatria e a gerontologia foram os saberes emergentes que se debruçaram, respectivamente, sobre o corpo velho e sobre os aspectos sociais da velhice, determinando em grande parte o seu estabelecimento como categoria social. A geriatria só viria a se estabelecer como saber científico e especialidade médica no século XX, mas Katz (1995) identifica um saber pré-geriátrico que ele classifica como “discurso sobre a senescência”. Remontando às transformações na medicina ocorridas nos séculos XVIII e XIX, descritas por Michel Foucault²⁰, Katz identifica o surgimento de uma forma de compreender a doença, tomando o corpo como alvo do olhar médico e sede das transformações que caracterizam a patologia, que resultaria na determinação do corpo envelhecido. A partir de então, a medicina moderna reconstrói o corpo em função da anatomia patológica, buscando o micro-nível dos tecidos e das células para explicar o processo de degeneração do corpo. Gradualmente, a velhice passa a ser entendida como um estado fisiológico específico, cujas principais características se agrupam sob o signo da senescência. Os trabalhos de Charcot, Broussais e, especialmente, Bichat, seriam representativos deste discurso, que determinou o reconhecimento do corpo

¹⁹ Katz (1996) sugere denominar tais transformações como tecnologias de diferenciação, um conjunto de mecanismos que introduzem discontinuidades em relação ao período histórico anterior e, em conjunto, procedem à separação da velhice das outras etapas da vida. Além do surgimento dos saberes médicos sobre a velhice e da institucionalização das aposentadorias, Katz identifica uma terceira tecnologia de diferenciação: o surgimento do asilo de velhos. Devido à restrição de nosso tema, nos deteremos apenas nas duas primeiras tecnologias de diferenciação.

²⁰ Foucault, “O Nascimento da Clínica” (1998).

envelhecido, a sua identificação como um corpo em decomposição, e a definição e o reconhecimento destas características como tarefa própria do olhar e do saber médico.

O discurso sobre a senescência desbancou as concepções renascentistas acerca da morte, dos limites da longevidade e da velhice. Nestas concepções, a morte era entendida como um obstáculo a ser superado e a longevidade, principalmente os casos excepcionais de centenários, era entendida como um evento tanto fantástico e mágico, quanto revelador da racionalidade própria do corpo humano. A velhice, a longevidade e a morte eram estudadas a partir de questionamentos médico-filosóficos. A partir do surgimento da medicina moderna, a tendência passa a ser estudar a velhice e o processo de envelhecimento como problemas clínicos, certezas biológicas e processos invariáveis. A morte é então resultado de doenças específicas da velhice, a longevidade possui limites biológicos insuperáveis e a velhice é a etapa necessária da vida na qual o corpo se degenera.

Tal discurso sobre a senescência daria origem à geriatria, o saber médico que tem o corpo velho como objeto específico de estudo. Esta disciplina surge no início do século XX, por volta de 1910, com o trabalho do médico norte-americano Ignatz Nascher. Nascher foi o primeiro fisiologista a estabelecer as bases clínicas para a identificação da velhice. Por meio da observação do corpo dos velhos, este fisiologista formulou as características biológicas da velhice – a degeneração do corpo -, conceitualizou o tratamento médico a ser dispensado aos velhos e introduziu na literatura médica o termo geriatria (Hareven, 1995). A diferenciação científica entre a velhice e as outras etapas da vida estava então realizada, tornando possível identificá-la através do saber médico.

A geriatria não só distingue a velhice das outras etapas da vida, mas a define como decadência física. Laslett (1989) destaca a importância e a pregnância em termos de imaginário cultural adquirida pela metáfora médica da velhice, cuja principal consequência foi produzir a identificação entre velhice e doença. O discurso geriátrico atual teria

empreendido uma tentativa de desfazer a associação definitiva entre velhice e doença, mas Laslett sugere que este processo é controverso, e acaba encontrando resistências no próprio modo de funcionamento do saber médico. Citando o caso específico da doença de Alzheimer, o autor sugere que permanece em debate a sua definição, já que para alguns autores o Alzheimer seria uma doença degenerativa que acomete o cérebro de velhos, enquanto, para outros, seria o próprio processo de degeneração – e, portanto, de envelhecimento do cérebro.

Desde o seu surgimento, a metáfora médica da velhice passou a exercer acentuada influência social, definindo não somente a concretude física do envelhecimento, como também as imagens do que seria a experiência de envelhecer. A aceitação e a justificação de tal metáfora incidiram sobre a percepção dos sujeitos, que passaram a se utilizar do repertório de características originário do discurso médico para definir a si mesmos e descrever a sua experiência. De fato, a definição médica da velhice se disseminou para outros campos de saber, determinando amplamente o seu espectro no imaginário cultural, alimentando os discursos do Estado, a formulação de políticas assistenciais e a formação de outras disciplinas, como a gerontologia.

O surgimento da gerontologia como disciplina especializada é mais complexo e difuso do que o surgimento da geriatria²¹. Segundo Katz, o termo teria sido cunhado em 1913 por Metchnikoff, um médico discípulo de Charcot, mas a sua concepção se limitava ao campo das intervenções médicas que prolongassem a vida. Ao longo do século XX, diferentes campos, como os saberes populares, a demografia e outras áreas, contribuiriam para estabelecer a gerontologia como disciplina científica e para configurá-la como área de saber multidisciplinar. A sociologia e a psicologia contribuíram enormemente para a sua formação,

²¹ Debert (1999) adota uma perspectiva diversa acerca do surgimento da geriatria e da gerontologia. Utilizando-se do trabalho de Benoit-Lapierre, a autora supõe que a geriatria surge no interior da gerontologia e gradualmente adquire legitimidade, destacando-se como disciplina especializada apenas a partir dos nos 60. No entanto, consideramos a análise de Katz sobre a articulação entre geriatria, medicina moderna e “discurso sobre a senescência” suficientemente clara para identificar o início do século XX como o período de surgimento da geriatria, a sua independência como disciplina e mesmo a sua ascendência sobre a formação da gerontologia.

direcionando o olhar especializado das necessidades médicas, para os aspectos chamados “biopsicossociais” da velhice. Além do corpo envelhecido, objeto da geriatria, agora os hábitos, as práticas, as necessidades sociais e psicológicas dos velhos seriam alvo de um saber especializado, incluindo novos aspectos em sua definição e, portanto, tornando mais complexa a categoria velhice.

A ampliação do olhar das disciplinas especializadas sobre a velhice se relaciona com o processo de institucionalização da aposentadoria, o segundo fator que destacaremos como fundamental para o surgimento da categoria velhice. A institucionalização das pensões e aposentadorias é fruto do processo de industrialização, tendo se estabelecido ao longo dos séculos XIX e XX como resposta às modificações e aos problemas surgidos neste processo.

Rémi Lenoir (1979) realiza uma minuciosa análise do impacto gerado no cenário francês pela institucionalização das aposentadorias, e pelo conseqüente aparecimento de agentes de gestão, na definição da velhice como categoria etária diferenciada e, posteriormente, na definição da terceira idade. No decorrer da segunda metade do século XIX, a velhice começou a ser objeto do discurso dos legisladores sociais, dando ensejo à criação de instituições específicas, como as caixas de aposentadoria para a velhice, e à especialização progressiva de determinados hospícios como asilo de velhos.

Ainda que os primeiros sistemas de aposentadoria tenham sido criados a partir do século XVIII – especificamente o dos funcionários civis e militares -, a questão das aposentadorias não constituía tema de interesse coletivo até o momento em que as primeiras gerações de operários começam a envelhecer. As primeiras discussões políticas em torno da criação da *Caisse nationale* francesa datam de 1850, quando surge a questão de como lidar com os trabalhadores incapazes de servir ao trabalho e de garantir o seu próprio sustento. A velhice dos trabalhadores é assimilada à invalidez, ou seja, à incapacidade de produzir. Desde este ponto de vista, a velhice passa a ser confundida com todas as formas de invalidez que

atingem a classe trabalhadora, passando a ser utilizada para identificar todos aqueles que, ao fim de sua vida, não estão mais aptos para o trabalho. Esta lógica, que atrela velhice e invalidez, inspira a criação dos sistemas de aposentadoria pelos chefes de empresa. Trata-se do estabelecimento de estratégias que visem a assegurar aos patrões a manutenção da disciplina e da rentabilidade dos trabalhadores.

Os sistemas de aposentadoria surgem como parte de um espectro mais amplo de preocupações que tomava conta do cenário francês desde a segunda metade do século XIX e que dizia respeito à contenção do “perigo social” representado pela massa de trabalhadores. As instituições de proteção social, como as caixas de aposentadoria e os sistemas de seguro, estão incluídos na estratégia formulada pela política social francesa com o propósito de responder ao que era percebido como o grande problema social da época. Ainda assim, Lenoir destaca que o nascimento dos sistemas de proteção social não deve ser atribuído somente aos interesses capitalistas dos patrões, visto que a movimentação política de certos setores dos trabalhadores e disputas de legitimidade entre as classes dominantes – a burguesia industrial e a aristocracia conservadora – também influenciaram o debate.

As conseqüências da institucionalização dos sistemas de aposentadoria são a criação de agentes especializados na gestão da velhice, a transferência da responsabilidade pela gestão da velhice das famílias para o intermédio destes novos agentes especializados e o aprofundamento da autonomia da velhice como categoria etária. Além destas, outra conseqüência se destaca como fundamental para a definição da emergente identidade etária da velhice: a associação inequívoca entre velhice e invalidez. De fato, em um momento no qual a capacidade e a posição do indivíduo no trabalho delimitam muito de sua identidade, ser aposentado é ser efetivamente inválido, incapaz e ocioso. Tem início então uma identificação entre velhice e incapacidade que só recentemente vem sendo desfeita.

Laslett (1989) destaca a proximidade entre as imagens relacionadas à velhice que surgiam em diferentes campos no início do século XX e atribui tal proximidade à captura da metáfora médica pelos legisladores e formuladores de políticas assistenciais. As campanhas pelos direitos à aposentadoria utilizaram intensamente as definições depreciativas da velhice oriundas do discurso geriátrico, tomando-as como estratégia para reivindicar a instalação de políticas de atenção à velhice. O discurso gerontológico também estava implicado com o processo de institucionalização das aposentadorias, contribuindo para a ampliação do debate em torno dos direitos dos aposentados por meio da inclusão de aspectos sociais, psicológicos e culturais no rol das reivindicações políticas.

Ainda que a identidade entre velhice e invalidez seja a consequência da institucionalização das aposentadorias que mais se solidificou no imaginário cultural, o seu estabelecimento contribuiu para a caracterização da velhice como categoria política. O aposentado não é somente o sujeito incapaz para o trabalho, mas também o sujeito de direito, detentor de privilégios sociais legítimos, cujo reconhecimento lhe permite reivindicar benefícios em nome de uma categoria. A invalidez pode ser uma característica pejorativa e estigmatizante, mas, ao mesmo tempo, dá ensejo a um novo posicionamento subjetivo para a velhice. Katz aponta claramente esta duplicidade trazida pela aposentadoria:

“Se o movimento em torno das pensões/aposentadorias diferenciou o velho como especial, carente, dependente e improdutivo, ele também politizou essa parcela da população, criando uma posição de subjetividade radical, desde a qual uma pessoa pode exigir seus direitos sob o status do idoso” (1996, p.67)²².

À estabilização da velhice como categoria social, marcada pelos signos da degeneração física e da invalidez, como também pela legitimidade conferida por direitos específicos, segue-se um período no qual a sua importância social cresce consideravelmente.

²² Esta e as demais traduções são de minha autoria.

Daniel Groisman (1999) e Debert (1999) destacam as décadas de 60 e 70 como o segundo período marcante para a história da velhice, no qual esta passa a constituir-se como problema coletivo, adquirindo visibilidade social e atenção de diferentes setores da sociedade. Tal fato é explicado pelo discurso gerontológico como sendo resultado direto do aumento demográfico da população de velhos, e ainda que tal aumento seja inegavelmente um dado importantíssimo na história da velhice, este não explica a totalidade da caracterização da velhice como problema socialmente relevante.

Debert denomina esse processo como socialização do envelhecimento e considera a contribuição de outros fatores para a construção da velhice como problema social. A generalização da institucionalização das aposentadorias, e, principalmente, as conseqüências econômicas que se seguiram a ela são entendidas como um dos principais fatores que contribuíram para a transformação da velhice em um problema coletivo. A universalização dos sistemas de aposentadoria, fazendo com que o número de aposentados aumentasse significativamente, incidiu sobre a estrutura das empresas privadas, das famílias, e, principalmente, do Estado, que passou a se responsabilizar por todo um contingente de sujeitos²³.

Lenoir (1979) identifica a generalização dos sistemas de aposentadoria como responsáveis pela modificação que os regimes de cuidado da velhice sofrem na França entre 1945 e 1960. Neste período, novas instituições aparecem no cenário francês, promovendo a distinção entre instituições especializadas na gestão da velhice e instituições dirigidas ao cuidado da indigência. O sistema hospitalar, a seguridade social e a assistência passam a adotar regulamentos e serviços específicos na atenção à velhice, separando-os espacial e legalmente do cuidado destinado à miséria e à indigência. Este processo de separação entre velhice e indigência aprofunda a autonomia da categoria velhice, que começava a se

²³ Clarice Peixoto (1998) destaca que a tomada de responsabilidade do Estado no cuidado à velhice é parte do processo de organização da França pós-revolução, no qual o Estado assume diversas funções que até então estavam sob responsabilidade e proteção do grupo familiar.

estabelecer, mas até então de forma fragmentada. A organização e a unificação dos discursos especializados se confundem com a aparição, por volta da década de 60, da noção de “terceira idade”.

2.2 – O surgimento da categoria “terceira idade”

O surgimento da categoria “terceira idade” é discutido na literatura especializada como uma das maiores transformações pelas quais a história da velhice passou. De fato, a transformação da sensibilidade investida sobre a velhice acabou gerando uma profunda inversão dos valores atribuídos à mesma: se antes era entendida como decadência física e invalidez, um momento de descanso e quietude, no qual imperavam a solidão e o isolamento afetivo, agora passa a significar o momento do lazer, propício à realização pessoal que ficou incompleta na juventude, à criação de novos hábitos, *hobbies* e habilidades, e ao cultivo de laços afetivos e amorosos alternativos à família.

Sobre a recapitulação histórica do surgimento da categoria terceira idade encontra-se pouco material, especialmente se contraposto à bibliografia existente acerca da história da categoria velhice. O surgimento recente desta noção, que aparece nos cenários francês e inglês por volta de 1950, mas parece estabelecer-se com mais legitimidade somente na década de 80, pode justificar a ausência de estudos mais sistemáticos sobre a sua formação e as suas condições históricas de possibilidade. Ainda assim, é possível identificar alguns fatores que se relacionam com o surgimento da categoria terceira idade, representando influências, favorecimentos ou tendências que acompanham a sua formação.

Laslett (1989) considera o aumento da longevidade e da qualidade de vida - resultantes do avanço das tecnologias médicas - e o surgimento das aposentadorias como os dois principais fatores que, em conjunto, garantem o ingresso dos sujeitos na terceira idade.

No entanto, se a nossa intenção se dirige ao entendimento da terceira idade como uma categoria social, historicamente construída, cujo surgimento no espaço público dá ensejo a novas formações identitárias, parece-nos necessário buscar identificar os fatores que permitiram, influenciaram ou favoreceram o seu surgimento e a aquisição de legitimidade no imaginário cultural. Destacaremos como possíveis fatores que contribuíram para o surgimento da terceira idade a generalização e a reorganização dos sistemas de aposentadoria, a substituição dos termos de tratamento da velhice, o discurso da gerontologia social, os interesses da cultura do consumo, e o movimento das “políticas de identidade”.

Analisando especificamente o cenário francês, Lenoir (1979) tributa à nova organização dos agentes de gestão da velhice o surgimento da noção de terceira idade. Como dito anteriormente, até a metade do século XX, as instituições e os discursos destinados ao cuidado da velhice encontravam-se fragmentados e desorganizados. No período que tem início por volta de 1945 e culmina na década de 60, os discursos e as práticas que tomam a velhice como objeto passam por processos de aperfeiçoamento, unificação e elaboração. Podem-se perceber os indícios destes processos por meio da formulação de uma “política da velhice”, do desenvolvimento da gerontologia e da aparição da noção de terceira idade.

Neste período, os sistemas de aposentadoria se estendem para todas as classes de trabalhadores, reorganizando os agentes de gestão da velhice. Esta ampliação corresponde à generalização da questão da velhice como problema social e à substituição gradativa da assistência social e do asilo pelas caixas de aposentadoria e pelos centros de geriatria. A associação entre velhice e indigência é desfeita, e surge uma nova categoria, a “terceira idade”. Para Lenoir, a terceira idade é antes uma nova categoria etária que vem se interpor entre a maturidade e a velhice, do que uma negação da velhice. A autonomia desta nova categoria torna-se visível por meio dos pares de opostos que surgem no espaço social contemporaneamente à reorganização dos agentes especializados: terceira idade em

contraposição à velhice; aposentadoria ativa em contraposição à aposentadoria passiva; casa de repouso em contraposição a asilo; gerontologia em contraposição à assistência social.

No entanto, esta nova representação de uma etapa da vida não haveria se difundido como identidade etária se a sua capacidade descritiva não encontrasse correspondência nos anseios e demandas que surgiam no cotidiano dos sujeitos. Também durante as décadas de 60 e 70, as camadas médias urbanas começaram a adentrar no universo da aposentadoria, visto que a sua inserção nas cadeias produtivas teria se realizado em momento posterior à inserção dos trabalhadores menos qualificados. Este grupo social continha hábitos sociais e culturais diferenciados, e aspirações e necessidades de consumo mais sofisticadas, que passaram a ser atendidas por novas agências especializadas. Com o objetivo de se diferenciar e arregimentar clientela, as caixas de aposentadoria passam a oferecer, além de vantagens financeiras, serviços diferenciados e novas atividades, como clubes, férias programadas, alojamentos especiais, atividades de lazer, grupos de convivência e etc.

Para que houvesse consonância entre as demandas crescentes desses sujeitos e as ofertas dos serviços especializados, foi requisitado o conhecimento de especialistas do campo das ciências humanas, que poderiam identificar e descrever com mais precisão as condições de vida e os desejos destes sujeitos. As necessidades psicológicas e culturais passam a ganhar destaque, estimulando o surgimento das universidades²⁴ e dos espaços de convivência específicos para a terceira idade. A inserção destes especialistas contribui para a consolidação de um estilo de vida específico, baseado em um repertório de condutas e em uma linguagem inéditos, contribuindo para a formação da nova identidade etária.

A relação entre o surgimento da noção de terceira idade e as classes médias é especificamente analisada por Lenoir, para quem existe uma identidade entre as principais

²⁴ A primeira universidade da terceira idade francesa foi inaugurada em Toulouse, em 1973. Em 1979, data de publicação do referido estudo, contabilizam-se mais de trinta universidades deste tipo. Segundo Lenoir, as universidades da terceira idade se propõem a combinar atividades acadêmicas e atividades de lazer e convivência, situando-se de forma ambígua entre a “formação” e o “entretenimento”.

características deste grupo e as imagens que compõe a identidade da terceira idade. As classes médias acumulam os fatores que aceleram o envelhecimento de seus membros; estão, mais do que qualquer outro grupo social, predispostas a recorrer ao conhecimento e à intervenção de especialistas; cultivam o individualismo e a intimidade psicológicos que favorecem o investimento dos sujeitos em identidades específicas. Estas características fazem das classes médias o grupo da população mais “interessado” na invenção da terceira idade, visto acumularem os fatores que predispoem os sujeitos à nela se engajarem²⁵.

A designação de velho não é mais adequada para nomear estes “jovens senhores” e seu novo estilo de vida, surgindo a denominação de idoso, mais respeitosa e distintiva das camadas médias. Clarice Peixoto (1998) analisa a passagem do uso dos termos velho e idoso, tanto na França como no Brasil, mostrando a trajetória de transformação que atingiu a formulação pública dos termos relacionados ao envelhecimento. O termo “velho” estava fortemente associado aos sinais de decadência física e incapacidade produtiva, sendo utilizado para designar, emblematicamente, os velhos pobres, e possuindo pesada carga pejorativa. A partir da década de 60, o termo começa a desaparecer da redação dos documentos oficiais franceses, que passam a substituí-lo por “idoso”, um termo menos estereotipado. Ao mesmo tempo em que os documentos oficiais introduzem esse novo termo, o estilo de vida das camadas médias começa a se disseminar para todas as classes de aposentados, que passam a assimilar as imagens de uma velhice associada à arte do bem viver. Surge o termo “terceira idade”, que torna pública, estabiliza e confere legitimidade à nova sensibilidade investida sobre os jovens e respeitados aposentados. Parece claro o quanto esta nova denominação,

²⁵ Lenoir ainda acrescenta uma nova predisposição das classes médias a se engajarem nas atividades da terceira idade: a preparação e o planejamento da aposentadoria seria, segundo o autor, a melhor forma de conjugar a tendência das classes médias para o ascetismo – “não se pode ficar sem fazer nada” – a sua pretensão de se fazer perdurar como grupo social – “se nos mantivermos em movimento, não passaremos ao largo”.

“terceira idade”, está articulada com, ao mesmo tempo em que contribui decisivamente para, a criação e a difusão de uma nova e positiva imagem da velhice²⁶.

Comentando o cenário brasileiro, Peixoto argumenta que a introdução da noção de terceira idade representa uma importação das denominações adotadas pelas políticas públicas francesas, sendo o termo velho gradativamente substituído pelo termo idoso nos documentos oficiais. Entretanto, as ambigüidades próprias à nossa realidade fazem com que certas imagens ganhem sentidos mais sutis. Deste modo, o termo velho parece se manter e é comumente utilizado para designar pessoas velhas de classes populares, enquanto o termo idoso, mais respeitoso, parece ser utilizado para designar as camadas médias e superiores.

Além da generalização das aposentadorias e da substituição dos termos de tratamento da velhice, dois outros fatores se destacam como fundamentais para o surgimento da categoria terceira idade: o discurso engajado da gerontologia social e a cultura do consumo, cuja interconexão é analisada por Mike Featherstone e Mike Hepworth (1995). Ao examinar as imagens da velhice que aparecem nos meios de comunicação ingleses, os autores identificam os mesmos temas que compõem o discurso especializado e acadêmico da gerontologia social, sendo notável a proximidade entre as suposições sobre o “envelhecimento positivo”²⁷ da mídia e as reivindicações oficiais da gerontologia.

Como dito anteriormente, a gerontologia cresce em importância a partir das exigências de complexidade das políticas e das instituições de aposentadoria e fundamenta os seus principais pressupostos na metáfora médica da velhice, fornecida pela geriatria. As primeiras teorias sociais sobre o envelhecimento, formuladas nos momentos iniciais da gerontologia, tinham como objetivo oferecer explicações e analisar a percepção negativa da

²⁶ Laslett (1991) acredita que o termo “*troisième âge*” já adquiriu conotação pejorativa no cenário francês, substituindo diretamente o termo “velho” e assumindo as antigas imagens depreciativas que a ele estavam atreladas. Segundo o autor, este seria o futuro mais provável do termo “*third age*”. No entanto, não encontramos tal suposição no trabalho de outros autores.

²⁷ Featherstone e Hepworth (1995) preferem utilizar o termo “envelhecimento positivo” para fazer referência às imagens positivas da velhice que surgem no Reino Unido por volta dos anos 60. Não faremos distinção entre envelhecimento positivo e terceira idade, visto serem exatamente estas imagens positivas da velhice o que parece constituir a identidade da terceira idade.

velhice. A teoria do desengajamento consistia na suposição de que a incapacidade para o trabalho retira da velhice qualquer possibilidade de desempenhar papéis sociais relevantes, o que conduziria os sujeitos a estados de solidão e exclusão social. A teoria da atividade, por sua vez, supunha que um envelhecimento positivo poderia ser atingido se os sujeitos se mantivessem ativos, conservassem os mesmos hábitos da vida adulta, e desempenhassem papéis sociais relevantes (Blaikie, 1999).

Ambas as teorias foram posteriormente criticadas, mas interessa apontar o desenvolvimento da teoria da atividade, que, com muitas modificações, daria ensejo às formulações mais recentes da gerontologia social²⁸. Featherstone e Hepworth, (1995) sugerem que o argumento central da gerontologia social está fundamentado no entendimento do envelhecimento como uma construção social particularmente atrelada a uma imagem negativa, cuja alteração pode ceder espaço para a construção de uma imagem positiva do mesmo processo. Seguindo a teoria do construtivismo social, os gerontólogos passaram a advogar a desconstrução radical e o deslocamento das imagens negativas do envelhecimento, e a subsequente elaboração de um imaginário positivo para a velhice. Para tanto, seria necessário formular um novo discurso suficientemente consistente de modo que pudesse desfazer a associação entre velhice e doença, desabilidade, desengajamento e declínio.

Dois temas foram considerados fundamentais no processo de construção do envelhecimento positivo, constituindo-se como objetivos evidentes da literatura especializada: o ataque crítico à crença de que a velhice é essencialmente uma doença e a criação de uma nova identidade para a velhice.

O primeiro destes objetivos significava, de fato, a desconstrução da metáfora médica formulada pelo saber geriátrico. Para a gerontologia social, o envelhecimento normal compreenderia uma série de processos biológicos que não resultam, necessariamente, em

²⁸ Sobre as teorias do desengajamento e da atividade, e sobre as críticas que ambas sofreram, ver Blaikie (1999), Debert (1999) e Laslett (1991).

sérios prejuízos físicos ou mentais para os sujeitos. A partir desta lógica, os problemas que aparecem na velhice podem ser atribuídos a patologias clínicas específicas, para as quais há ou haverá tratamento médico, como a doença de Alzheimer, ou aos efeitos do próprio estigma da velhice, efeitos esses que poderiam ser superados por meio de políticas e programas de reinserção social, de educação e de sensibilização popular.

O segundo objetivo da gerontologia social foi a criação de uma nova e positiva identidade para a velhice, cuja elaboração compreenderia formas de comportamento associadas às idades e ritos de passagem inovadores, ambos distantes da noção tradicional e estática de uma velhice homogênea e indiferenciada. Tal estratégia se compatibilizava com o principal argumento das teorias da construção social: se a identidade negativa da velhice é resultado de determinadas condições culturais, a partir do momento em que se desfaz a antiga imagem da velhice, pode-se ativamente construir uma nova e positiva identidade. Esta identidade seria fruto da articulação entre diferentes práticas, hábitos, linguagens e, principalmente, do ponto de vista utilizado para interpretá-las. A gerontologia não só corrobora como passa a estimular a adoção do novo estilo de vida da terceira idade, divulgando os benefícios que seriam decorrentes do engajamento dos sujeitos neste “novo modo de envelhecer”.

Esta suposição acerca da relação entre o discurso gerontológico e a noção de terceira idade poderia contrapor-se a toda uma série de estudos que indicam a adoção, por parte da gerontologia, das metáforas depreciativas da velhice como argumento para reivindicações políticas. Debert (1999) entende esta ambigüidade como um duplo movimento que estaria em curso no interior do discurso gerontológico: se, por um lado, a gerontologia denuncia a “conspiração do silêncio”, como Simone de Beauvoir classificava a resposta social dada à velhice nas sociedades modernas, pretendendo mobilizar a sociedade para a situação de abandono e estimular o cuidado à velhice, por outro, passa a divulgar a possibilidade concreta

de se “inventar” uma nova identidade, bastando, para isso, que o novo estilo de vida seja adotado pelos sujeitos.

Diversos processos de troca, interconexão e fertilização tiveram curso entre as imagens do envelhecimento reivindicadas pela gerontologia social e aquelas que circulavam na mídia devido a interesses econômicos. Featherstone e Hepworth (1995) observam uma semelhança nada casual entre as imagens positivas da velhice veiculadas pela cultura do consumo e as imagens arduamente difundidas pela gerontologia. A tarefa de construção da terceira idade, ou envelhecimento positivo, se disseminou para além do discurso profissional e acadêmico de uma disciplina especializada, tornando-se um tema de grande relevância nos meios de comunicação e na cultura do consumo.

Para Featherstone e Hepworth, a “indústria do envelhecimento”, como Thomas Cole (*apud* Featherstone e Hepworth, 1995) identifica a sensibilidade crescente por parte dos agentes de marketing para o potencial dos novos mercados de meia-idade e idade avançada, é uma força importante por trás da emergência da noção de terceira idade. Até então, este grupo não dispunha de recursos financeiros suficientes para que parecessem atraentes aos interesses dos planejadores de estratégias de consumo. Deste modo, o grupo de sujeitos acima dos cinqüenta anos era percebido como financeiramente incapaz e a ele não se tributava o desejo de se engajar na construção de um estilo de vida baseado em práticas de consumo, intenção essa restrita aos mais jovens²⁹. Este quadro começa a se alterar com o surgimento das primeiras gerações de aposentados da classe média, cujo potencial de consumo é rapidamente percebido pelos estrategistas de marketing. O grupo de sujeitos acima dos cinqüenta anos passa a ser reconhecido como o único grupo nas sociedades ocidentais com recursos

²⁹ Para os autores, a sociedade contemporânea encoraja os sujeitos a desenvolver interesse pelo que está na moda, pela contínua construção e reconstrução de um estilo de vida individualista, e pela expressão de si por meio de práticas de consumo. Idealmente, os jovens seriam os sujeitos mais predispostos a se engajar nestas práticas, mas também os mais velhos começam a ser alvo do mesmo discurso e a adotar esses hábitos, exatamente com a noção de terceira idade.

financeiros disponíveis e ainda inexplorados, ou seja, não vinculados a hábitos específicos de consumo.

Esses desenvolvimentos estão intimamente relacionados à institucionalização do planejamento das aposentadorias, que gradualmente se desenvolvia no Reino Unido desde 1950. Os interesses comerciais privados, especialmente a partir de 1980, se aproveitaram do vácuo deixado pelas políticas públicas no planejamento da aposentadoria, e exerceram uma notável influência na reconstrução de imagens positivas sobre o período de saída do trabalho. O reconhecimento e o investimento dos agentes comerciais e financeiros no planejamento da aposentadoria ajudaram a delinear o novo contorno do que é a velhice, consolidando a conexão entre o planejamento da aposentadoria, a noção de terceira idade e a cultura do consumo.

Esta conexão fica clara na estratégia de Jeff Ostroff, um *expert* norte-americano em marketing para sujeitos acima dos cinquenta anos. Ostroff (*apud* Featherstone e Hepworth, 1995) define a sua estratégia como “*soft sell*”, uma combinação de recomendações para o consumo de bens e serviços, atrelada a informações e a aconselhamento sobre o enriquecimento e o “empoderamento” da nova velhice. Featherstone e Hepworth chamam atenção para a ambigüidade subjacente aos interesses econômicos e às estratégias de marketing que tomam como alvo os sujeitos da terceira idade:

“Ainda que, em certo sentido, a lógica do ‘*soft sell*’ explore as esperanças e aspirações das pessoas mais velhas – particularmente, o “sonho” de uma aposentadoria idílica, que é um legado persistente de nosso passado vitoriano; ao mesmo tempo, essas imagens comercializadas promovem uma perspectiva anti-envelhecimento, colaborando com a causa da terceira idade em um mundo que se torna velho” (1995, p.33).

Finalmente, trataremos do último fator que parece ter influenciado o surgimento da categoria terceira idade: o movimento das “políticas de identidade”. Este movimento, também conhecido como “política da diferença”, surge por volta da década de 60, ganha força na

década de 80, e continua a exercer forte influência nos cenários acadêmico e político dos dias atuais. O termo “política de identidade” refere-se a discursos, manifestos e reivindicações que tomam a diferença como principal categoria política e falam em nome de um setor específico da sociedade, não fazendo alusão a um projeto universal de democracia. Os movimentos feminista e gay e os discursos de raça e etnia são exemplares desta nova forma de fazer política: cada um desses grupos ganha voz ativa, reivindica a favor de si e, na maioria das vezes, ignora os grupos concorrentes, com o argumento da necessidade premente de sua própria causa.

Agnes Heller (1996) identifica duas razões que favoreceram o surgimento das políticas de identidade: a transformação da economia em instituição pública privilegiada e a erosão da nação como moldura geral para a fundamentação do corpo político³⁰. Luiz Eduardo Soares (1996) considera possível resumirmos tais modificações na suposição de que estamos presenciando um processo de “globalização econômica sem a adequada integração política” (p.15). Na percepção destes autores, a economia e a comunicação contribuem para tornar o mundo menor e mais coeso, aproximando diferentes culturas e povos. No entanto, a ausência de leis e instituições mediadoras globais capazes de estabelecer consensos e normas aceitáveis para todos acaba por inviabilizar a unificação dos discursos e a sustentação do ideal igualitário da democracia.

Bauman (2005) e Richard Rorty (1996) tributam ao declínio das grandes narrativas que compunham o imaginário político da modernidade e à conseqüente descrença na noção de

³⁰ Heller (1996) considera que o movimento das políticas de identidade está intimamente relacionado à noção de biopolítica. Este termo remete às análises de Hannah Arendt e Michel Foucault acerca das formas de organização do Estado moderno e diz respeito à formação de discursos que defendem a diferença entre os corpos e a tomam como fundamento para reivindicações políticas. Para Heller, tanto a biopolítica quanto as políticas de identidade buscam uma fundamentação natural para a pluralidade humana, promovem a homogeneização dos sujeitos em torno do conceito de identidade e declaram como verdadeira e, portanto, indiscutível, a sua própria posição. O que resulta do modo de funcionamento de tais discursos é a transformação da reivindicação política em necessidade natural, do debate livre e argumentativo em declarações de verdade absolutas, do reconhecimento dos outros como participantes iguais de um diálogo em oponentes a serem combatidos ou, no mínimo, ignorados. Deste modo, a política de identidade e a biopolítica enfraquecem o espaço político e corrompem a noção de democracia. Sobre esta discussão, ver Ortega (2004).

progresso, a criação das condições ideais para o surgimento de movimentos como o das políticas identitárias. Com o enfraquecimento das principais instituições normativas da modernidade, torna-se extremamente difícil sustentar a utopia igualitária de construção de um futuro melhor do que o presente³¹, e, deste modo, parece cada vez mais inviável a crença de que testemunharemos uma sociedade global igualitária, na qual haja justiça social e estejam extintas as diferenças entre as classes.

O ceticismo e a desesperança gerados por este contexto acabaram por fragmentar os discursos e as reivindicações políticas acerca do descontentamento social, que passou a estar representado em ressentimentos particularizados e locais, remetidos a uma enorme variedade de categorias e grupos específicos da população. Para Bauman, o movimento das políticas de identidade está em consonância com a realidade dos marginalizados, daqueles que foram excluídos do processo de globalização. Para fazer frente à “invasão” das forças da globalização e preservar do desaparecimento as identidades culturais ameaçadas pelo desenvolvimento econômico, certos setores da sociedade passam a enfatizar o recurso à afirmação da identidade como forma de luta e resistência política.

O discurso em favor da política de identidade revela ambigüidades, caracterizando-se como uma espécie de solução que concilia um retorno nostálgico à segurança das comunidades de pertencimento tipicamente modernas e uma acentuada sintonia com o modo de funcionamento “pós-moderno” da contemporaneidade. Para Bauman, a mesma lógica ambígua presente no comunitarismo, aparece no movimento das políticas de identidade. Ambos os grupos se apresentam como alternativa de pertencimento aos sujeitos sem referências estáveis ou lugar social, para os quais a inserção em um grupo específico parece não apenas sedutora, mas mesmo pacificadora, ao abrandar os sentimentos de inadequação ou de marginalização social.

³¹ Ver capítulo 1.

No entanto, Bauman condena a solução oferecida pelo movimento das políticas de identidade. Em sua avaliação, estes discursos acabariam por favorecer as forças fragmentárias da globalização, que se nutrem da desarticulação dos movimentos e das reivindicações políticas para dar seguimento e intensificar o seu processo de expansão. Ainda, o lema adotado pelos autores da política de identidade, “pense globalmente, aja localmente” seria mal concebido e mesmo falacioso, já que não é logicamente possível encontrar soluções locais para problemas gerados no nível global³². Do mesmo modo, as conseqüências políticas da difusão desta nova forma de reivindicação social são percebidas como prejudiciais à construção de uma sociedade global verdadeiramente democrática, na qual haja igualdade, justiça social e pluralidade cultural³³.

Ainda que traga tantas conseqüências indesejáveis para o debate político e que cumpra de maneira frágil e com dificuldades a promessa de oferecer pertencimento – e, deste modo, um pouco de paz – aos sujeitos, o discurso da política de identidade ocupa espaço relevante no imaginário coletivo. Podemos supor que o seu aparecimento, e, principalmente, o cenário cultural por ele estimulado, tenham favorecido a consolidação da terceira idade como identidade específica e relevante, criando condições mais amplas que tornariam possível à nova identidade que surgia a aquisição de “voz” própria e de legitimidade no espaço social. Ao lado das demais identidades, a terceira idade adquiria o seu espaço delimitado e agregava à sua definição uma série de especificidades.

³² Ver nota 4, capítulo 1.

³³ O debate acerca das conseqüências políticas do movimento das políticas de identidade é amplo e polêmico. Para Heller (1996), os discursos que enfatizam a diferença, como a política de identidade e todas as formas de biopolítica, se opõem ao discurso universalista dos direitos humanos e, ao reivindicarem direitos exclusivos e diferenciados, não contribuem para a construção do bem comum, mas geram exclusão e intolerância. Por meio de sua estratégia, a política de identidade põe em suspensão o espaço político – no sentido de arena aberta de contestação e argumentação entre iguais – e, deste modo, equivoca-se quanto ao que seriam a pluralidade e a democracia. Rorty (1996) prefere não conceder tanta importância às políticas de identidade, cujo surgimento não significaria a introdução de nada inédito ou especialmente interessante no cenário político. De acordo com sua análise, conceitos como “identidade” e “diferença” não são capazes de se tornar relevantes para a deliberação política; podem apenas acrescentar elementos concretos à nossa descrição de utopia, que não seria, portanto, revisada ou redescrita, mas apenas expandida a partir da inclusão das novas reivindicações. Deste modo, Rorty deflaciona o impacto político das políticas identitárias e sugere a preservação da descrição liberal de utopia, que prevê a liberdade humana e a justiça social como valores a serem privilegiados na construção das sociedades.

O caráter eminentemente político das identidades surgidas a partir dos movimentos feminista, gay e negro não está presente na identidade da terceira idade. Ainda que os autores da gerontologia social tenham reivindicado politicamente mudanças, privilégios e direitos especiais aos “idosos”, não parece ter havido a consolidação de movimentos políticos organizados em torno da noção de terceira idade³⁴. Por outro lado, como discutimos anteriormente, o seu surgimento trouxe consigo uma série de imagens, hábitos, termos e práticas de consumo que, articulados, compõem um novo estilo de vida³⁵, contribuindo para a segmentação, a especialização e a fragmentação cada vez mais ampla das possibilidades de filiação identitária dos sujeitos.

Tendo analisado o surgimento histórico das noções de velhice e terceira idade, podemos agora questionar a relação entre as referidas identidades: a terceira idade teria substituído por completo a identidade da velhice ou haveria a coexistência de ambas as identidades no imaginário cultural contemporâneo? A terceira idade pode efetivamente ser entendida como uma nova identidade, ou trata-se de uma reformulação da antiga identidade da velhice? Ou ainda, a sua importância no cenário cultural e as suas características identitárias não justificam que a mesma seja entendida como uma nova identidade, mas apenas como a experiência subjetiva particular de um determinado grupo da população? A seguir, apresentaremos as principais hipóteses encontradas na literatura acerca da relação entre as noções de terceira idade e velhice, bem como uma primeira tentativa de qualificar o estatuto dessa nova experiência que surge.

³⁴ No Brasil, Simões (1998, 2004) identifica a formação de um movimento político de aposentados organizado e consistente. Este dialoga ativamente com outros movimentos sociais organizados, engajados na luta por direitos sociais e pela redistribuição de renda. O Estado é alvo direto de suas reivindicações e a argumentação está centrada no discurso sobre os desfavorecidos, na denúncia de injustiças sociais e na conquista de ganhos econômicos. No entanto, a identidade dos aposentados inseridos neste movimento não se fundamenta nas noções de velhice ou de terceira idade, mas, sobretudo, nas imagens de aposentado, ex-trabalhador, provedor do lar, responsável pelo sustento de suas famílias. De acordo com Simões, os líderes e principais atores do movimento dos aposentados se opõem aos programas e à identidade de terceira idade por considerar que ambos favorecem a segregação e a infantilização dos idosos e, deste modo, contribuem para desmobilizá-los como categoria política.

³⁵ Sobre a noção de estilo de vida, ver capítulo 1, especialmente a nota 12.

2.3 - Terceira idade: nova identidade, reinvenção da velhice ou experiência geracional?

A discussão acerca da qualificação da categoria terceira idade é ainda bastante polêmica no campo dos estudos acadêmicos sobre a velhice, bem como nas diversas manifestações culturais que a tomam como objeto e que contribuem para formar o nosso imaginário em torno do tema. A compreensão da terceira idade como uma nova e diferenciada etapa da vida aparece em diversos estudos, mas não é unanimidade no universo acadêmico e gera discussão. Supomos que a particularidade das características que a compõe, a sua inserção no imaginário cultural e a sua acentuada capacidade de ser utilizada como fonte para a descrição da experiência subjetiva dos sujeitos permite que adotemos a hipótese de que a terceira idade é uma nova identidade etária que surge no cenário contemporâneo. Supomos também que a adequada definição do estatuto da terceira idade inclui o posicionamento dessa nova identidade em relação à identidade da velhice e o questionamento de sua inter-relação.

Laslett (1989) foi um dos primeiros autores a propor o entendimento da terceira idade como uma nova e diferenciada etapa da vida, que se interpõe entre a idade adulta e a velhice propriamente dita³⁶. Para o autor, as mudanças demográficas e, principalmente, o aumento da expectativa de vida trouxeram transformações surpreendentes para o curso da vida e exigiram a criação de novos “mapas de vida” (idem, p.viii). De fato, a extensão do curso da vida torna disponível aos sujeitos algumas décadas, ou, no mínimo, anos de vida, cujo sentido deve ser formulado. Laslett questiona “como iremos utilizar essa inesperada, surpreendente liberação da mortalidade? Como iremos nos comportar agora que todos nós

³⁶ Laslett é um historiador social inglês muito influente no campo dos estudos sobre envelhecimento. Seu livro, “A Fresh Map of Life: the emergence of the third age” (1989), foi o primeiro estudo acadêmico a defender o entendimento da terceira idade como uma nova etapa da vida e tornou-se referência no campo, possuindo tanto adeptos quanto críticos. As propostas apresentadas por Laslett nesse livro serviram de inspiração e embasaram a formulação da primeira universidade da terceira idade inglesa.

podemos esperar sobreviver a praticamente o limite natural máximo da vida, seja ele qual for?” (idem, p.1).

Esta extensão do curso da vida requereria um questionamento de nossas convicções acerca das etapas e do sentido de cada uma delas, bem como a formulação de uma nova linguagem, de novas instituições e, acima de tudo, de uma nova perspectiva sobre o processo de envelhecimento. De modo a proceder a toda essa reformulação que considera necessária, Laslett sugere o entendimento da terceira idade como pertencente a uma ordem numérica que percorre todo o curso da vida e propõe uma divisão quadripartida do mesmo. Este esquema tem como objetivo rearranjar os fatos por meio da redefinição e da redistribuição do curso da vida, com a particularidade de tomar o envelhecimento como critério privilegiado na orientação de sua realização.

A redefinição de todo o ciclo da vida em função do surgimento da noção de terceira idade transforma a infância em primeira idade, a idade adulta em segunda idade, o novo período que surge em terceira idade, e a velhice nas etapas mais tardias em quarta idade. Neste esquema, a divisão entre as diferentes etapas da vida não se dá por meio de datas de aniversário ou outros critérios biológicos, mas por meio de atividades e características específicas. Deste modo, a primeira idade seria caracterizada como o momento da dependência, da socialização e da imaturidade, no qual as atividades predominantes dizem respeito à formação e à educação. A segunda idade seria o momento da independência, da maturidade e da responsabilidade familiar e social, no qual a criação e a manutenção de uma família e o desenvolvimento de uma profissão seriam as principais atividades. A terceira idade seria o momento da satisfação pessoal. A quarta idade seria a idade da dependência, da decrepitude e da proximidade da morte.

O autor define a terceira idade como o momento privilegiado para a satisfação e a realização pessoais, contrariando a percepção mais geral de que a idade adulta é aquela na

qual o sujeito atinge a sua plenitude, se satisfaz e realiza os seus principais anseios. Em sua argumentação, ele supõe que a realização que os sujeitos perseguem certamente inclui a concretização dos projetos típicos da “segunda idade”, como a formação da família e o desenvolvimento profissional, mas não se esgota nesses termos. As próprias características desta etapa da vida - a dedicação ao trabalho, ao sustento e ao enriquecimento, a formação da família e a acentuada responsabilidade sobre os outros, inclusive com a provisão de modelos para os mais jovens - acabariam por restringir as possibilidades de satisfação pessoal dos sujeitos, adiando-a para as etapas mais tardias da vida. De fato, a plena realização do sujeito viria com a terceira idade, o “coroamento da vida” (idem, p.78), na qual o sujeito estaria dispensado das obrigações típicas da idade adulta e passaria a estabelecer laços, se engajar em atividades ou se submeter a novas obrigações apenas na medida em que estes se harmonizassem com os seus interesses e perspectivas.

Uma das principais características da identidade da terceira idade, destacada por Laslett, é o seu caráter de invenção. Os sujeitos que atualmente vivem a terceira idade não desfrutaram, em nenhum momento de suas vidas, do que os sociólogos chamam de “*role model*”, modelos ideais que pudessem orientar as suas condutas na vivência desta etapa da vida. A experiência, as perspectivas e as suposições de seus pais e avós não podem constituir-se como guias apropriados para o seu comportamento como sujeitos que vivem a terceira idade, visto reportarem-se a contextos sociais que sofreram profundas transformações e a condições concretas de existência – menor expectativa de vida - extremamente diferentes das atuais. Esta ausência de modelo, ao contrário do que poderíamos supor, não é entendida por Laslett como um problema, mas, ao contrário, como uma vantagem que abre diversas possibilidades de criação e inovação, de inteira responsabilidade dos próprios sujeitos. De fato, para esses que estão “criando” a sua terceira idade, não há precedentes a serem

considerados, convenções a serem respeitadas ou experiência a ser consultada, o que torna a tarefa desafiadora e estimulante.

Laslett considera que a terceira idade tem o seu início estabelecido a partir de uma escolha pessoal que o indivíduo tem de realizar. Apesar de atentar para o aspecto coletivo e compartilhado da identidade, ao comentar que para que seja possível a sua vivência é necessário que haja disposição, liberdade e meios apropriados na sociedade, o autor enfatiza e concede mais relevância ao aspecto individual. O momento propício para a entrada na terceira idade, a formulação de suas características e o momento adequado para que seja abandonada, adentrando a quarta idade, são escolhas voluntárias e conscientes do sujeito.

Ainda que se mantenha como referência fundamental para o entendimento da terceira idade, as formulações de Laslett foram alvo de diversas críticas e revisões, tanto por parte de outros estudiosos, quanto do próprio autor, que reconhece alguns dos problemas de sua teoria geral da terceira idade. O principal deles seria a restrição da possibilidade de satisfação pessoal ao momento de vida da terceira idade. No prefácio da edição norte-americana de seu livro, publicada em 1991, Laslett reconhece que não seria uma boa estratégia argumentativa limitar a satisfação aos valores que compõem o modelo ideal da terceira idade. Não nos parece razoável como proposta ética, ou tampouco adequada como descrição da experiência cotidiana dos sujeitos, a suposição do autor de que em outras etapas da vida as possibilidades de satisfação pessoal estão reduzidas, e apenas na terceira encontram-se efetivamente à disposição dos sujeitos.

Do mesmo modo, o seu esquema de revisão do ciclo da vida e a conseqüente redefinição das diferentes idades em função exclusivamente da terceira idade não parece necessário ou conveniente. A delimitação de uma nova etapa provavelmente implicará em revisões das atuais idades da vida, mas, até o presente momento, não parece provável a suposição de que há ou haverá uma completa reformulação do ciclo da vida somente em

função do surgimento da terceira idade, independente das características mais amplas de nosso momento histórico. Ainda, a substituição dos termos de nomeação de cada etapa e a adoção de um vocabulário numérico, como sugerido por Laslett, também não parecem oferecer vantagens em relação às definições do vocabulário atual, dotadas de um percurso histórico, consolidadas no espaço público e carregadas de sentido.

Observamos estreita relação entre a compreensão de Laslett acerca da identidade da terceira idade e os pressupostos individualistas para a construção da identidade que predominam na cultura contemporânea. Esta proximidade se refere à injunção que podemos observar no imaginário cultural impelindo os sujeitos para que “façam” de sua velhice “uma terceira idade”. No entanto, ainda que o aspecto de escolha individual seja predominante nessa identidade, a sua possibilidade de existência é tributária de seu aparecimento no espaço público e de sua legitimidade como categoria e identidade etária. É precisamente o seu estabelecimento como identidade coletiva no imaginário cultural que lhe confere a possibilidade de ser utilizada como fonte para a descrição da experiência, dos ideais e da imagem de si dos sujeitos. As suas características derivam da história de sua formação, das condições sociais que lhe precederam, do espaço que ocupa no imaginário cultural. Portanto, ainda que o aspecto de escolha individual seja ressaltado na percepção de Laslett, o caráter coletivo da identidade está não somente presente, como é fundamental em sua definição.

A teoria geral da terceira idade de Laslett possui o mérito de inaugurar o estudo da terceira idade como nova etapa da vida, concedendo-lhe visibilidade e importância como nova identidade etária, e influenciando todos os estudos subsequentes sobre o tema. Além de precursor, seu estudo é extremamente criativo e suas proposições continuam sendo debatidos no campo de estudos sobre o envelhecimento. Dois aspectos relacionados ao entendimento da terceira idade como nova identidade etária encontram-se presentes em seu estudo, mas não são ressaltados em sua análise, e merecem posterior discussão. São eles: a relação entre as

identidades da velhice e da terceira idade e a experiência geracional que é subjacente à experiência contemporânea da terceira idade.

A relação entre as identidades da velhice e da terceira idade é discutida por Debert (1999), que adota uma postura crítica acerca das conseqüências das imagens positivas veiculadas pela identidade da terceira idade para a vivência e, principalmente, para a compreensão social do envelhecimento. A autora interpreta o surgimento da identidade da terceira idade como um processo de reprivatização da velhice. Por meio desta identidade, inaugurou-se a possibilidade de vivenciar o envelhecimento como uma etapa da vida prazerosa e gratificante, propícia para a realização de projetos e ambições pessoais. Como vimos, tal vivência parece depender quase que exclusivamente do engajamento e da disciplina de cada indivíduo em fazer de sua velhice um momento de atividade e recriação, seguindo adequadamente as prescrições médicas e os modelos sociais, estéticos e afetivos que compõem o referido estilo de vida da terceira idade.

Com o processo de reprivatização do envelhecimento, os sujeitos que não podem, não conseguem ou não querem criar para si uma velhice autônoma, ativa e prazerosa, identificada com os signos da terceira idade, são representados como dependentes, fracos, ausentes, cujo estilo de vida é inadequado. No entanto, ainda que sejam depreciativas, tais imagens representariam uma alternativa de identificação para aqueles que não se enquadram no imaginário composto pela terceira idade, para os quais as imagens de saúde, atividade e vitalidade não seriam apropriadas.

Na compreensão de autores como Blaikie (1999), Debert e Peixoto (1998), entre outros, o predomínio da identidade da terceira idade no imaginário cultural acaba por obscurecer e mesmo excluir do repertório de condutas possíveis outros modos de envelhecer, em especial este cujas principais características seriam o descanso e a inatividade. A visibilidade alcançada pelas imagens positivas constituintes da terceira idade resulta na

ocultação da velhice como decadência fisiológica e cognitiva, e como experiência de solidão e dependência. A exclusão desta imagem da velhice do espaço público acaba por enfraquecer a percepção da mesma como problema coletivo e, conseqüentemente, reduzir a responsabilidade social no seu acolhimento. Portanto, para os referidos autores, o processo de reprivatização da velhice, caracterizado pela noção de terceira idade, retira o tema do envelhecimento do rol de preocupações sociais, restringe a responsabilidade sobre a sua gerência à competência e habilidade individuais e, deste modo, procede a uma espécie de negação da identidade da velhice.

Pode-se observar, nesta interpretação, uma relação de encobrimento e de negação entre as identidades da velhice e da terceira idade. Debert utiliza o termo “reinvenção” para qualificar a nova sensibilidade investida sobre o processo de envelhecimento que caracteriza a identidade da terceira idade. Mas esta reinvenção pela qual passa o processo de envelhecimento significa nada menos que a negação da velhice propriamente dita:

“No contexto em que o envelhecimento se transforma em um novo mercado de consumo, não há lugar para a velhice, que tende a ser vista como conseqüência do descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados”. (Debert, 1999, p.227).

Blaikie e Peixoto preferem enfatizar o caráter de homogeneização da identidade da terceira idade, bem como a relação de encobrimento entre esta e a identidade da velhice. Ambos os autores apontam para a variedade de experiências de envelhecer que estariam capturadas e resumidas sob a identidade da terceira idade. Para Peixoto, a realidade brasileira é extremamente diversa daquelas nas quais o termo terceira idade surgiu e a sua transposição direta para o cenário brasileiro gera distorções de classificação e de sentido. A expressão terceira idade estaria sendo utilizada para tornar homogêneo como categoria social um grupo composto por sujeitos cujas realidades são diversas. Deste modo, a identidade da terceira

idade “mascara uma realidade social em que a heterogeneidade econômica e etária é muito grande” (idem, p.81). Blaikie segue na mesma direção ao chamar atenção para a variabilidade cultural das experiências de envelhecimento que podem estar subjacentes à identidade da terceira idade. Para estes autores, a identidade da terceira idade, ao generalizar diferentes experiências da velhice e resumi-las sob um único conjunto de características e uma determinada identidade, acabaria por encobrir uma possível identidade da velhice, e, deste modo, por limitar a diversidade de modos de vida que seria própria ao processo de envelhecimento.

No que se refere à homogeneização das experiências de envelhecimento sob o signo da terceira idade, pode-se argumentar que a delimitação de determinadas características é condição de possibilidade para a definição de qualquer identidade, ainda mais, de qualquer conceito ou noção. A formação de uma identidade específica exige a seleção de determinadas características, a exclusão de outras e a demarcação de seus limites em relação a outras identidades. Deste modo, não parece equivocado supor que a identidade da terceira idade reúna, em sua definição, uma série de comportamentos, hábitos, crenças e imagens, e exclua outros. Ainda assim, o seu surgimento no espaço social significou a emergência de uma forma de vivenciar o envelhecimento até então inexistente, acrescentando e diversificando as possibilidades de identificação dos sujeitos.

No entanto, se o seu surgimento é acompanhado, ou produz diretamente, a exclusão da identidade da velhice do imaginário cultural, o aumento e a diversificação das possibilidades de existência e identificação dos sujeitos acabam reduzidos. De fato, o predomínio das imagens positivas da identidade da terceira idade pode resultar na ocultação e, até mesmo, na exclusão da identidade da velhice do imaginário cultural. Blaikie questiona o destino da identidade da velhice na contemporaneidade:

“No momento em que o “mercado grisalho” perpetua a busca pela juventude eterna, a realidade biológica da velhice propriamente dita é, cada vez mais, negada. [...] A velhice propriamente dita teria substituído a morte como tema tabu no final do século XX?” (1999, apresentação).

Ainda que tenhamos reunido os principais questionamentos e argumentos encontrados na literatura especializada, não nos parece suficientemente clara a relação entre as identidades da velhice e da terceira idade. A qualificação da relação entre as referidas identidades permanece indefinida, oscilando entre a ocultação, a negação e a exclusão, sem descartar ainda a hipótese de coexistência entre as mesmas. Por hora, reteremos tais questionamentos, almejando aproximarmos-nos de possíveis respostas no capítulo seguinte, e nos direcionaremos ao segundo aspecto da definição da identidade da terceira idade que merece discussão: o caráter geracional de sua experiência.

Os sujeitos que estão vivenciando a experiência contemporânea da terceira idade fazem parte de uma geração específica, comumente conhecida como geração dos *baby-boomers*. As características próprias desta geração certamente influenciam o modo pelo qual a mesma experimenta o processo de envelhecimento, mas elas seriam suficientes para explicar em sua totalidade o fenômeno da identidade da terceira idade? Para Chris Gilleard e Paul Higgs (2002), o caráter geracional deste grupo específico é o fator preponderante para a definição das características desta identidade e pode, efetivamente, responder por sua descrição. Os autores partem da proposta de Laslett de conceber a terceira idade como uma nova identidade e buscam estabelecer os seus limites, tanto como definição conceitual quanto como explicação descritiva da experiência dos sujeitos. Para tanto, analisam três categorias sociológicas que poderiam contribuir para o esclarecimento do tema: classe, grupo de nascimento e geração.

Segundo tais autores, utilizando-se a categoria classe, pode-se entender a terceira idade como a experiência de uma determinada classe social, a dos aposentados que gozam de

boa saúde e que possuem uma situação financeira confortável. No entanto, mesmo que a adoção de estilos de vida e de sistemas de crenças esteja relacionada à situação econômica dos sujeitos, a transmissão de valores atrelados à classe social não é uma característica distintiva desta identidade. Portanto, esta não seria uma explicação adequada para a identidade da terceira idade. Adotando-se a categoria grupo de nascimento³⁷, pode-se supor que a experiência da terceira idade é equivalente ao envelhecimento de uma geração especialmente privilegiada. Ainda que haja controvérsias acerca da delimitação de diferentes grupos de nascimento, os *baby-boomers* – nascidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial – seriam a geração que agora envelhece e goza de saúde e recursos financeiros em sua aposentadoria. A importância política, econômica, social e cultural deste grupo torna-o signatário da nova terceira idade.

A consideração do grupo de nascimento é subjacente à perspectiva adotada por Gilleard e Higgs, mas não é abrangente o suficiente para contemplar as profundas transformações culturais que se difundiram pela sociedade na segunda metade do século XX. São essas transformações culturais do pós-guerra que responderam pela transformação de um grupo de nascimento em uma geração, esta sim a categoria mais adequada para qualificar a experiência da terceira idade. Para fundamentar uma abordagem geracional da terceira idade, os autores recorrem à definição de geração de Karl Mannheim (*apud* Gilleard e Higgs, 2002). Para este autor, os elementos que definem uma geração são os compartilhamentos de localização temporal, de localização histórica e sócio-cultural. O grupo de nascimento é, portanto, condição necessária, mas não suficiente para que se estabeleça a experiência geracional. É a combinação entre a exposição a um conjunto determinado de experiências e a consciência de se ocupar um nicho geracional específico que constitui a base para a experiência geracional.

³⁷ No original em inglês, *cohort*.

A geração que envelhece no final do século XX e início do século XXI e que experimenta a possibilidade de vivenciar a terceira idade possui características específicas bastante delimitadas. Debert (1999) comenta que “os *baby-boomers* têm sido pensados como uma geração feliz” (p.240). Nascidos em um momento histórico no qual as sociedades européia e norte-americana floresciam e experimentavam a abundância, os *baby-boomers* foram favorecidos pelo crescimento do *Welfare State*, pela difusão do sistema educacional e pela ampla oferta de emprego nos anos sessenta. Constituíram a primeira geração a receber a influência dos meios de comunicação de massa, como a televisão, e a estar exposta à cultura de consumo. Devido a essa condição histórica, os *baby-boomers* se tornaram um numeroso e potente grupo social, bem como um amplo mercado consumidor de bens e de serviços.

No entanto, são as características comportamentais dessa geração que se destacam como experiência cultural e podem exercer notável influência na determinação da identidade da terceira idade. As marcas distintivas desta geração são a transformação, a renovação e o desafio, em todas as esferas da vida dos sujeitos, desde a política, a cultura, até as esferas de intimidade. A cada nova etapa do curso da vida que alcançavam, os *baby-boomers* imprimiam mudanças, contestavam antigas crenças e criavam novos hábitos.

“Seu avanço em cada uma das etapas da vida corresponde à divulgação de imagens de que essas etapas poderiam ser vividas de maneiras inteiramente inovadoras. Assim, uma poderosa cultura jovem, formadora de gostos e novos estilos de vida (os *teenagers*, os *rock n’roll*), antecedeu a transição desta coorte geracional para a vida adulta; transição essa que foi prorrogada em uma fase de educação superior e ativismo político de oposição, com os movimentos de contracultura, o feminismo, etc.”. (Debert, 1999, p.240).

Não seria diferente com o momento do envelhecimento. O fato de que esta geração possui como uma de suas principais características comportamentais a transformação, exerce influência considerável sobre a formação da identidade da terceira idade. Ao atingir as etapas

mais avançadas da vida, que até então chamaríamos de velhice, estes sujeitos - beneficiados pelos avanços na expectativa de vida e nos recursos médicos, adentrando o universo da aposentadoria, alvo de estratégias de marketing sedutoras e estimuladoras - começam a experimentar novas formas de agir e sentir. A chegada desta geração à velhice produziu a transformação da mesma em uma nova experiência, a terceira idade.

Para Gilleard e Higgs, o fato de que a geração atual é a primeira a envelhecer carregando consigo os valores de uma “cultura jovem”, produzidos nos anos sessenta, gera importantes conseqüências para a formação e para a caracterização da identidade da terceira idade. Do mesmo modo, esta geração seria portadora de uma consciência intergeracional que preza a liberdade pessoal, permitindo aos novos aposentados a adoção de comportamentos progressivamente mais próximos dos jovens. Para esses autores, a identidade da terceira idade é fruto da experiência transgressora da geração dos *baby-boomers*, que alteram as características de cada etapa do curso da vida que atingem. Deste modo, a identidade da terceira idade não caracterizaria uma nova identidade etária propriamente dita, mas seria fruto desta consciência geracional – parte de sua inteligibilidade – e somente expressão da mesma.

De fato, as características da identidade da terceira idade podem ser tributárias, em grande parte, do caráter inovador próprio à geração dos *baby-boomers*. No entanto, reduzir a sua caracterização à expressão da consciência geracional destes sujeitos, como o fazem Gilleard e Biggs, bem como outros autores críticos de Laslett, pode significar uma desvalorização de sua importância como identidade etária no imaginário coletivo. Neste sentido, podemos considerar como critério diferenciador, no que se refere à sua definição, a relevância cultural de seu surgimento, a sua capacidade de formar novas experiências subjetivas e o caráter amplo que vem adquirindo na contemporaneidade.

Capítulo 3 - Terceira idade e curso de vida contemporâneo

A partir do momento em que surge e se estabelece no imaginário coletivo, a identidade da terceira idade torna-se capaz de ser utilizada como recurso para a descrição da experiência subjetiva daqueles que envelhecem. De um lado, as suas características expressam novos modos de agir e sentir que surgem no cotidiano dos sujeitos e que inovam as suas possibilidades de existência, transformando a maneira pela qual se vivenciava o processo de envelhecimento até então; de outro, são esta descrição, a sua legitimidade como identidade e a sua difusão no imaginário cultural os fatores que, em conjunto, dão ensejo à propagação deste novo modo de vida por diversas camadas da população, e consolidam a inovação que o mesmo representa.

No entanto, ainda que a identidade da terceira idade expresse e torne possível um modo inédito de vivenciar o processo de envelhecimento e crie uma nova etapa da vida, ela também é fruto, se articula e promove formas de subjetividade que vem se tornando hegemônicas na contemporaneidade. As condições históricas que determinaram o seu surgimento, descritas no segundo capítulo, não são apenas “pano de fundo” ou causa de sua existência, mas delimitam em grande parte as suas características como identidade e os desdobramentos éticos que dela advém. Neste sentido, supomos que o cenário contemporâneo não é somente o contexto histórico no qual a identidade da terceira idade se insere, mas é também o propiciador de uma determinada forma de identidade com a qual a identidade da terceira idade mantém estreita vinculação.

O fator geracional também parece contribuir de forma intensa para a definição das características da nova identidade. Os sujeitos que envelhecem na contemporaneidade compartilham determinados hábitos, crenças e ideais, cujas características específicas são bastante delimitadas e sugerem a existência de uma identidade geracional. Como dito no

capítulo anterior, supomos que tal identidade não só influencia de forma determinante o modo pelo qual estes sujeitos vivenciam o processo de envelhecimento, contribuindo para a delimitação das características da identidade da terceira idade, como também favorece a sua dinâmica reflexiva e crítica, formando e reformando continuamente a nova identidade etária.

3.1 – Descrevendo a experiência da terceira idade

Como os sujeitos estão vivenciando a terceira idade? O que significa dizer que se está na terceira idade? Quais são as características desta nova etapa da vida? Como os sujeitos definem a sua experiência? Quais são as suas vantagens e desvantagens? A formulação destas perguntas significa, de fato, uma interrogação acerca das características da identidade da terceira idade. Devido a sua difusão no imaginário coletivo, descrições referentes à identidade da terceira idade encontram-se presentes em variadas expressões da cultura, desde o campo de estudos acadêmicos, que vimos no segundo capítulo, passando pela mídia, na qual ganha cada vez mais destaque³⁸, por livros destinados ao público leigo – em especial, manuais de conduta, ou livros de auto-ajuda³⁹ -, chegando a manifestações artísticas como a literatura⁴⁰.

Com o intuito de esboçar uma descrição das características da identidade da terceira idade, recorreremos ao discurso daqueles que estão vivendo esta etapa da vida. Os relatos em primeira pessoa permitem que tenhamos acesso à forma pela qual os sujeitos descrevem a sua própria experiência a partir do rótulo “terceira idade”. Adotando o termo ou posicionando-se

³⁸ As reportagens acerca da terceira idade veiculadas pela mídia ora expõem a experiência inovadora dos que envelhecem sob o signo da nova identidade, ora apresentam estratégias, tratamentos e “dicas” para retardar, driblar ou evitar o processo de envelhecimento, recorrendo ao conhecimento de especialistas e ao relato das experiências bem-sucedidas daqueles que envelhecem “sem envelhecer”.

³⁹ A quantidade de livros de auto-ajuda destinados ao tema do envelhecimento e, particularmente, ao tema da terceira idade é enorme. Alguns dos autores são profissionais especializados no tratamento da velhice, como psicólogos, gerontólogos, médicos, enfermeiros, etc; outros são os próprios sujeitos que vivenciam o processo de envelhecimento e, deste modo, consideram-se aptos para relatar e aconselhar aqueles que o viverão.

⁴⁰ “Perdas e Ganhos” da autora Lya Luft é um exemplo de livro destinado ao tema que alcançou grande projeção na mídia e sucesso no mercado editorial. Ainda que a autora não defina a sua obra deste modo – e mesmo abomine o termo terceira idade – pode-se considerá-lo uma ode às novas maneiras de envelhecer, e caracterizar o interesse do público em consumi-lo como um manual de conduta, muito próximo dos livros de auto-ajuda.

de forma crítica em relação a ele, relatando as benesses da maturidade ou lamentando as limitações corporais, enfatizando as diferenças em relação às outras idades ou enaltecendo as similaridades, o fato é que se tornou praticamente impossível envelhecer na contemporaneidade sem considerar a noção de terceira idade e as características que a definem. É a participação desta identidade na descrição das histórias de vida dos sujeitos que pretendemos acompanhar.

Inicialmente cabe destacar o caráter individual e individualista da identidade da terceira idade. Para os sujeitos que a vivenciam, a terceira idade é um projeto individual, que deve ser levado a cabo a partir de uma escolha ativa do sujeito, que “faz” da velhice “uma terceira idade”. De fato, engajar-se nesta identidade é um acontecimento cuja responsabilidade não é partilhada pelo sujeito com nada ou ninguém, não é tributário de nenhum evento específico que escape ao seu domínio ou de qualquer institucionalização imposta pela sociedade. As outras etapas da vida são delimitadas por diversos rituais, padrões e hábitos institucionalizados pela sociedade, bem como por diferenciações biológicas razoavelmente definidas – como é o caso da infância e da adolescência. Na percepção dos sujeitos que a vivenciam, a terceira idade difere fundamentalmente das outras idades por não estar rigidamente demarcada por institucionalizações da sociedade, não conter em sua definição atividades obrigatórias ou a manutenção de vínculos que não sejam aqueles livremente escolhidos pelo sujeito. Mais do que isso, viver a terceira idade não parece ser uma obrigação nem mesmo ética ou moral, visto depender exclusivamente da motivação do próprio sujeito, da escolha de um estilo de vida dentre outros possíveis⁴¹.

“Hoje, com meus bem ou mal vividos 58 anos, me sinto outra pessoa. Mais jovem, verdadeira, feliz e criativa. E aprendi um ensinamento primordial para a vida: se você tem uma vida ruim, é um problema seu e não do outro; portanto, se você não está feliz, busque a

⁴¹ Discutiremos este e outros aspectos da identidade no próximo tópico deste capítulo.

felicidade dentro de você. Acreditar que sua infelicidade está fora de você é mentir para si próprio. Escrevi este e-mail para compartilhar um ensinamento que me parece o mais sincero de todos que já aprendi” (A. L.)⁴².

A exigência de escolher ativamente e se responsabilizar pela terceira idade não parece ser percebida pelos sujeitos como um fardo ou como produtora de mal-estar, mas, ao contrário, é louvada como uma das principais vantagens desta etapa da vida. Para os sujeitos identificados com a identidade da terceira idade, o sentido que será conferido aos anos conquistados é de sua inteira responsabilidade, depende de uma decisão a ser tomada e da determinação em cumpri-la, e parece ser gratificante que seja assim. A responsabilização individual é encarada como um privilégio desta etapa da vida, alcançado depois de anos de dedicação obrigatória às atividades inevitáveis da idade adulta.

O cerne da experiência da terceira idade é, ou se propõe a ser, a satisfação pessoal do próprio sujeito, a realização de seus projetos frustrados ou impedidos pelas obrigações da idade adulta, a expressão de seus desejos, intuídos e traços de personalidade que porventura permaneceram apagados no decorrer da vida adulta. A busca de sentido para a sua experiência deve se orientar somente pela satisfação pessoal – se, casualmente, o sentido de sua existência incluir atividades destinadas ao cuidado com o outro, como atividades voluntárias, filantrópicas e assistenciais ou religiosas, estas serão bem vindas, mas apenas na medida em que tragam grande satisfação para os sujeitos.

No entanto, para que seja possível executar este projeto de vida, outras características da identidade devem estar presentes e são convocadas para viabilizar o empreendimento. Trata-se da disponibilidade de tempo e de uma “sabedoria” específica para aproveitá-lo. Estas

⁴² Os depoimentos apresentados neste capítulo foram retirados de sites da internet, preferencialmente daqueles destinados ao público da terceira idade. Estes sites, em sua maioria, são produções de grupos de pesquisa vinculados a universidades, instituições filantrópicas ou grupos com interesses comerciais. O conteúdo mescla informação, entretenimento, aconselhamento e, em alguns casos, depoimentos dos próprios sujeitos. Alguns exemplos de sites desse tipo são: www.portaldoenvelhecimento.com.br, www.maisde50.com.br, www.senioridade.com.br, www.maturidaderevista.com.br, www.deidade.com.br, entre outros. Optamos por expor apenas o discurso dos sujeitos, sem fazer referência a sua identificação.

características são fundamentais para a adequada inserção do sujeito na identidade da terceira idade, e são descritas como as duas principais vantagens da maturidade. A liberdade de tempo é conquistada a partir da cessão das obrigações típicas da vida adulta, em especial a atividade profissional e os compromissos familiares inevitáveis. O fim destas atividades abre espaço concreto para o surgimento de novos comportamentos, para a criação de laços sociais diversos e para o investimento do sujeito em outras ocupações. O tempo livre conquistado é muito valorizado, e não é entendido como oriundo de uma ausência de responsabilidades, mas como mérito resultante do cumprimento satisfatório das obrigações ao longo da vida adulta.

Para que o sujeito vivencie a terceira idade, não basta livrar-se das antigas obrigações e possuir tempo disponível. É preciso que saiba aproveitá-lo utilizando-se de uma sabedoria específica, adquirida ao longo da vida. Neste sentido, o passado é valorizado, mas não devido ao seu conteúdo ou por meio da atividade de rememoração, mas por ser o propiciador deste acúmulo de experiência que permite ao sujeito agir de forma mais satisfatória no mundo, reduzindo as possibilidades de frustração e aumentando as de satisfação pessoal. É desta sabedoria que não se pode prescindir para vivenciar a terceira idade em toda a sua plenitude; é ela que realmente permite ao sujeito aproveitar intensa e corretamente a liberdade de tempo conquistada e as diversas oportunidades que se descortinam à sua frente.

“Nossa mente, se bem cuidada, permanece ágil, mas adquire uma perspicácia antes inacessível aos impulsos da juventude. Mantemos a mesma energia criativa, que se potencializa pela autoconfiança e pelo olhar voltado para o futuro, talvez por termos mais claramente a noção de que ele está cada vez mais próximo. E o que dizer da assertividade conquistada? Resultado de anos de vivências, aprendemos a dizer “não” com uma clareza indubitável. E dizer “sim” passa a ter um sabor irresistível, principalmente se nos permitirmos viver nossas possibilidades, sem inseguranças ou preocupações com as opiniões alheias...” (M. N.).

A combinação das duas características que, em conjunto, constituem as vantagens da

maturidade, resulta na definição de uma etapa da vida que pode ser entendida como um momento de plenitude do desenvolvimento pessoal do sujeito. Como pode ser observado no depoimento acima, esta sabedoria foi arduamente conquistada ao longo dos anos e, agora, permite que o sujeito exprima toda a sua potencialidade, antes constrangida pela imaturidade típica da juventude. Liberdade somada à sabedoria compõe a combinação ideal nesta etapa da vida, percebida não só como um momento de satisfação, mas, em alguns casos, como o momento no qual a mesma se dá de forma mais intensa e completa. A terceira idade é enaltecida como, senão a melhor, das etapas da vida.

“Enquanto a maioria das pessoas se preocupa com o avanço da sua idade cronológica, tenho encontrado motivos que cada vez mais sedimentam minha crença de que a maturidade pode ser “a melhor idade”⁴³ ... Nossos jovens temem chegar aos trinta... e eu digo que ter mais de quarenta é um privilégio. Estar viva, aqui e agora, é reconhecer o que posso ter e o que quero Ser. É vislumbrar uma infinidade de páginas em branco, à espera de uma história que valha a pena ser escrita...” (M. L. M.)

A liberdade de tempo também favorece as novas relações amorosas que se estabelecem na terceira idade, caracterizando-as como vínculos inteiramente destituídos de obrigações – visto raramente ocorrer a formação de novas famílias, mas apenas de novos casais - e abertas a uma vivência tranqüila e satisfatória. Do mesmo modo como permite aos sujeitos exercitarem as suas potencialidades sem os excessos da imaturidade, a citada sabedoria própria da terceira idade também incide sobre estas novas relações, que não incluem o efeito arrebatador típico da paixão juvenil. Estas relações freqüentemente se pautam em valores como companheirismo, afeição e sensualidade, mas não excluem a motivação e o entusiasmo que comumente acompanha também os casais amorosos da idade adulta.

⁴³ “Melhor idade” é um termo utilizado nos programas de políticas públicas do Estado de São Paulo destinados à terceira idade.

“Na idade madura, o amor é mais tranqüilo; sobra mais tempo para passear, você tem menos preocupação, os filhos já estão casados, e o tempo é só nosso. Fazemos dele o que bem quisermos... Quando a gente chega nessa idade merece isso”. (R. L.).

Para que o sujeito tenha condições efetivas de aproveitar todas as vantagens da maturidade, é necessário que ele adote uma postura ativa, aberta e, principalmente, dinâmica frente aos acontecimentos da vida. Na terceira idade deve-se agir, ter atividades, estar sempre produzindo e movimentando-se. O sossego e a tranqüilidade podem ser considerados por alguns como prazerosos, mas a inatividade equivale a uma paralisia do sujeito frente à vida, um desperdício do tempo de vida conquistado. Este imperativo à atividade é inequívoco, incontestável e uma das principais características desta etapa da vida. Por vezes, este imperativo à atividade aparece como característica intrínseca à identidade da terceira idade, presente no cotidiano dos sujeitos como uma conseqüência “natural” de sua disposição física e afetiva para viver esta etapa da vida. Mas esta naturalidade não é unânime, e por vezes a atividade aparece como um imperativo que o sujeito deve esforçar-se por cumprir, ultrapassando uma tendência “mais comum” à estabilidade e mesmo ao sossego típica do processo de envelhecimento. Neste caso, a atividade deve ser encarada como uma necessidade para uma vivência adequada e satisfatória, imprescindível para a manutenção da saúde e para a evitação da solidão e de estados depressivos.

“É muito bom trabalhar e chegar a uma aposentadoria. É bom se aposentar. Mas também não pode parar tudo e não fazer nada. Tem pessoas que tem tendência à depressão, principalmente quando ficam muito dentro de casa. Quando ficamos muito paradas, em casa, ficamos muito exigentes... Eu não queria isso. Tinha saúde e vontade de ser útil. Eu fico pouco em casa porque tenho muitas atividades”. (O. F.).

As atividades às quais os sujeitos se dedicam variam dentro de um espectro que

contempla exercícios físicos, cursos sobre temas diversos, programas culturais e atividades de convívio social. O exercício físico é especialmente valorizado como a atividade que dará ao sujeito disposição, vitalidade e saúde adequada para que o mesmo adquira condições de “viver a terceira idade”. A prática de realizar exercícios físicos está harmonicamente inserida na rotina destes sujeitos e, mais do que isso, é entendida não somente como uma obrigação no que se refere ao cuidado com a saúde, mas como hábito prazeroso e parte constituinte de suas vidas. As atividades lúdicas também ocupam espaço privilegiado na rotina de muitos destes sujeitos, que vêm se dedicando de forma inédita ao cultivo de artes, especialmente pintura e poesia, e a programações culturais. Nestas atividades, o sujeito encontra não somente distração, mas também a possibilidade de descobrir novas habilidades e de exercitar a sua sensibilidade, o que contribui para o seu “desenvolvimento interior”, ou seja, para a intensificação da sabedoria própria a esta etapa da vida.

O convívio social também faz parte da rotina daqueles que vivem a terceira idade. Seja nos numerosos ambientes e eventos especificamente destinados ao convívio dos mesmos – como bailes, cursos e viagens, disponíveis no mercado de serviços e programados para a terceira idade -, seja em ambientes íntimos e círculos de amizade pessoais, a vivência da sociabilidade está presente na terceira idade e é uma das grandes fontes de satisfação para os sujeitos. Assim como os novos laços amorosos, os laços de amizade na terceira idade são louvados por se caracterizarem como vínculos inteiramente destituídos de obrigações ou de justificativas que não se fundamentem no próprio interesse e na satisfação dos sujeitos.

O imperativo à atividade se articula a duas outras características presentes na identidade da terceira idade: flexibilidade e disponibilidade para aprendizagem. A flexibilidade é uma característica fundamental para o sujeito que pretende engajar-se na terceira idade. Ela permite o adequado aproveitamento das novas e diversas possibilidades de comportamento que estão à disposição dos sujeitos; torna menos árduo o processo de

aceitação das transformações corporais inerentes ao envelhecimento; favorece o surgimento do interesse por atividades até então ausentes do repertório mais comum a esta faixa etária, que irão contribuir para a própria caracterização daquele momento da vida como “terceira idade”; finalmente, posiciona o sujeito em um estado geral de abertura para transformações e acontecimentos inéditos e imprevistos.

Assim como o imperativo à atividade, a flexibilidade ora aparece como característica intrínseca aos sujeitos que vivenciam a terceira idade, ora aparece como uma característica necessária de comportamento que se deve esforçar para alcançar. Nos casos em que a atividade e a flexibilidade aparecem como imperativo mais do que como características presentes de antemão e incluídas na conduta dos sujeitos, o mesmo deve se motivar e estimular a partir de seus recursos internos, trabalhando ativamente contra a inércia e a tendência a manter os hábitos e as crenças conservadas do passado. Deste modo, pode-se cumprir com o projeto de vida de viver a terceira idade.

A identidade comporta uma valorização intensa da disponibilidade para a aprendizagem, que deve estar presente em todos os campos da vida do sujeito e caracterizar a maioria de suas atividades e ocupações. De fato, as principais atividades que ocupam os sujeitos na terceira idade não são aquelas com as quais os mesmos estavam habituados ou das quais possuíam domínio; são atividades inéditas, nas quais se desenvolve habilidades até então desconhecidas e se descobre preferências e prazeres inesperados. Nestas atividades, efetivamente diversas daquelas em curso na vida adulta, o conteúdo das experiências passadas desempenha um papel discreto e não é capaz de garantir uma performance bem sucedida ao sujeito. Donde se retorna à necessidade de flexibilidade para que a aprendizagem possa fazer parte da vida do sujeito.

A identidade da terceira idade não só inclui como exige a aceitação tanto das limitações corporais como da “idade” em sua acepção mais completa. Os sujeitos enfatizam

intensamente a necessidade de reconhecimento e convivência com as transformações corporais que fazem parte do processo de envelhecimento. O diferencial entre a postura própria à terceira idade e aquela que poderia ser tributada à velhice residiria no modo pelo qual estas transformações são percebidas e elaboradas, e no quanto as mesmas são percebidas como limites ou limitantes. Doenças, dores, desgaste, cansaço, algumas incapacidades, são realidades corporais das quais não é possível escapar, são inerentes ao processo de envelhecimento e devem ser incorporadas à dinâmica de vida do sujeito.

Em alguns casos, as limitações corporais aparecem explicitamente no discurso dos sujeitos e são caracterizadas como a grande desvantagem da maturidade, do avanço dos anos. Nestes casos, o corpo parece andar em descompasso com a mente: o primeiro começa a declinar e não é capaz de responder aos anseios e iniciativas do sujeito, enquanto o segundo mantém a vivacidade e a agilidade próprias da vida adulta. Em outros casos, esta dissociação não parece presente, e as transformações corporais são acompanhadas por mudanças internas de forma harmônica e recíproca.

“Tenho 75 anos e nunca fiz segredo da minha idade. Você tem a idade que tem; não a idade que aparenta ter. A cabeça falha, a cabeça não falha, você tem dor no joelho, todo mundo que vai envelhecendo tem. Eu me orgulho da minha idade. Eu trabalho, tenho várias atividades e me sinto bem assim”. (R. L.).

“Acho que passando dos cinquenta anos é tudo igual. De ruim, acho que são as deficiências do organismo, que vai se debilitando. Tenho vontade de fazer muitas coisas, mas meu organismo não consegue acompanhar meus pensamentos. É como uma máquina, que vai se desgastando com o tempo. Isto me entristece”. (A. S.).

Frente às dificuldades corporais é possível se abater, tomando-as como fatores limitadores da existência, ou aceitá-las, percebendo-as como limites com os quais se pode viver de modo satisfatório, intenso e criativo. Esta segunda possibilidade é aquela que se

adequaria com mais exatidão ao conjunto de características da identidade da terceira idade. A partir da sabedoria típica desta fase da vida, de que tratamos acima, seria possível ao sujeito se relacionar com a incapacidade de seu corpo sem maiores prejuízos, aceitando-o e compondo os seus anseios e ambições de acordo com esta realidade corporal. No entanto, tal tarefa não parece de fácil realização, e mantém-se como um aspecto delicado da identidade da terceira idade.

A aceitação das limitações corporais está subjacente à aceitação da “idade” de forma mais ampla e completa. Esta aceitação está presente tanto nos casos em que há uma maior lamentação referente às transformações corporais, quanto nos casos em que estas transformações não são relatadas como queixas. A aceitação da “idade”, com todas as vantagens e desvantagens que a mesma acarreta, parece indicar uma tentativa de condenar alguma possibilidade de fuga ou de negação das possibilidades concretas de existência, como também um intuito de conferir dignidade a estas condições das quais não é possível escapar.

A identidade da terceira idade não recebe adesão unânime de todos aqueles que definem a si mesmos como sujeitos “em processo de envelhecimento”. Para alguns, o termo terceira idade não porta nenhum sentido especialmente relevante e não deve ser adotado pelos sujeitos na descrição de sua experiência. Do mesmo modo, a distinção exata entre as características de determinada etapa da vida não deve ser ressaltada, seja ela qual for. Para estes sujeitos, o destaque concedido às características de qualquer identidade etária não favorece a compreensão desta etapa ou uma vivência mais satisfatória da mesma; pelo contrário, parece mais interessante apontar a continuidade entre as etapas da vida do que destacar as suas diferenças.

“Sempre achei o termo Terceira Idade pejorativo. Qual é a primeira, a segunda idade? Há pessoas com vinte sem a capacidade de uma pessoa de sessenta, setenta anos. Para mim, não existe Terceira Idade, e melhor idade é a que estamos vivendo”. (J. E.).

Em outros casos, o termo também é rejeitado, mas parece haver um equívoco no que se refere a sua compreensão. O mesmo acaba sendo utilizado como substituto direto do termo velhice e tem a sua definição agregada à mesma descrição negativa que estava destinada àquela identidade.

“Ainda não me sinto na Terceira Idade, que deve ser: ociosidade por falta de uma ocupação com responsabilidade, falta de condições físicas para determinadas atividades e ser considerado velho ou da terceira idade pelos descendentes”. (A.T.).

A rejeição do termo terceira idade revela a instabilidade da identidade, variação no que se refere à sua adoção como princípio para a descrição da experiência de envelhecimento dos sujeitos e ausência de concordância em torno de sua definição. Para alguns, as vantagens oferecidas pelo rótulo terceira idade não parecem convincentes o suficiente de modo a justificar a sua utilização, e torna-se preferível destacar os sentimentos de continuidade entre as diferentes etapas da vida a adotar, em suas histórias de vida, identidades etárias fixamente definidas.

Em outros casos, a terceira idade é entendida como um termo novo para fazer referência a antigas percepções e, deste modo, não se distingue de forma clara da identidade da velhice. As mesmas características estigmatizadas comumente atribuídas à velhice passam a compor também a identidade da terceira idade; esta transposição provoca a rejeição da categoria como fonte para a filiação identitária dos sujeitos. A sua recente aparição no imaginário cultural pode justificar, de certo modo, estes equívocos que ainda acompanham a sua utilização e geram distorções em torno de sua definição.

3.2 – Terceira idade, geração e contemporaneidade

A identidade da terceira idade possui um percurso histórico, que analisamos no segundo capítulo, e uma série de características que compõe o espectro de sua definição. Mas cabe refletirmos com cuidado acerca destas características e indagar a que fatores, condições ou aspectos da contemporaneidade a mesma se articula. A atenta observação das características da terceira idade permite que elaboremos duas hipóteses: a primeira, supõe que a identidade da terceira idade retira muitas de suas características do contexto mais amplo de construção das identidades contemporâneas; a segunda, supõe que algumas de suas características são controversas e específicas desta identidade, e podem ser tributadas a uma sensibilidade particular que caracteriza a geração dos *baby-boomers*. Nesta análise, partiremos das características mais gerais, que são partilhadas pelas identidades contemporâneas, até atingirmos as características mais específicas, próprias de um determinado grupo geracional.

O primeiro aspecto que se destaca na observação da identidade da terceira idade é o seu nítido e acentuado caráter individual. A terceira idade é entendida pelos sujeitos que a ela se identificam como uma opção de vida, um estilo ao qual podem aderir se lhes parecer conveniente e satisfatório. Ainda que haja atividades, recursos e hábitos oferecidos aos sujeitos como serviços disponíveis ao consumo que, se adotados, podem conduzi-los a esta identidade, não existem marcadores sociais ou rituais institucionais seguros que possam garantir sua definição, seu início e seu fim. Além de ser tributária somente do interesse pessoal, a efetivação da terceira idade é também de responsabilidade única do sujeito, que deve ser capaz de se inserir e adaptar às definições próprias da identidade. A terceira idade é um projeto individual e, deste modo, o seu sucesso depende apenas do próprio esforço do sujeito, de sua capacidade de adaptação, de sua iniciativa em “fazer” de uma possível velhice, uma “terceira idade”.

Como vimos na apresentação das condições para a construção da identidade contemporânea, no primeiro capítulo, esta é uma característica comum às formas de subjetividade atuais, uma injunção destinada a todos os sujeitos que participam deste momento histórico. Bauman destaca com veemência a solidão a que o sujeito está submetido em seu processo de filiação identitária. Desprovido de fontes seguras que possam oferecer estabilidade e parâmetros para uma existência satisfatória, resta ao sujeito contar apenas consigo mesmo para realizar seu projeto de vida. Este individualismo exacerbado, comum às formações identitárias contemporâneas, não só está presente, como constitui uma das principais características da terceira idade.

O cerne da experiência da terceira idade é a satisfação pessoal e o sujeito deve se empenhar para encontrar em si mesmo o sentido que irá conferir aos anos de vida durante os quais estará vivendo a terceira idade. O parâmetro para a avaliação de qualquer conduta, atividade ou vínculo que se estabeleçam é internamente referido, constitui-se como os anseios e aspirações do sujeito. O compartilhamento de experiências, o convívio social e mesmo as atividades voluntárias, filantrópicas ou assistenciais só adquirem sentido, espaço e pertinência no interior deste projeto individualista na medida em que intensifiquem as experiências, produzam satisfação e realizem as ambições estritamente pessoais.

É curioso notar que, enquanto Bauman deriva o aumento do sentimento de incerteza deste estado de coisas, no caso da terceira idade, os sujeitos enaltecem exatamente a possibilidade de responder solitariamente pelo seu projeto de vida. De fato, esta escolha pessoal é entendida como uma das principais vantagens desta etapa da vida e contribui decisivamente para a sua definição como possivelmente a “melhor idade”.

No entanto, ao retornarmos a Bauman, observamos que a busca de sentido pessoal é consequência do declínio dos projetos políticos coletivos, que inviabiliza a construção de uma narrativa comum e a partilha da responsabilidade social entre os sujeitos. A busca de sentido

individual é outro padrão comum na identidade contemporânea, oriunda do colapso da crença no progresso e em qualquer projeto coletivo, perfeitamente sintonizada com os valores difundidos pela dinâmica neoliberal e pela desregulamentação das políticas estatais. Tanto o desenvolvimento individual quanto o bem-estar coletivo deixaram de ser projetos sobre os quais o conjunto da sociedade se dedica. Do ponto de vista individual, o que importa é fazer por si, encontrar um lugar satisfatório no espaço social e investir no seu projeto de vida.

Do mesmo modo, as relações estabelecidas neste contexto, sejam elas afetivas, amistosas ou de qualquer outra natureza, não se reportam a nenhum critério moral exterior a si mesmas ou supra pessoal, mas apenas à satisfação daqueles que delas participam. Na terceira idade, a possibilidade de construir relações deste tipo, cujos vínculos se devem exclusivamente aos interesses individuais, está não somente presente, mas parece prosperar ainda mais devido à ausência de responsabilidades familiares. De fato, os sujeitos descrevem a experiência de construir relações completamente desvinculadas das obrigações típicas da idade adulta como uma “segunda chance” para a felicidade, uma possibilidade de refazer os seus laços afetivos de forma mais satisfatória. Na medida em que não possuem restrições no que se refere à disponibilidade de tempo, à criação dos filhos e, em alguns casos, à garantia de sustento, os sujeitos que vivenciam a terceira idade parecem poder realizar o ideal contemporâneo no qual as relações dos sujeitos são completamente livres, independentes de quaisquer constrangimentos e permanentemente passíveis de reformulação.

Como podemos observar, a contingência das escolhas na terceira idade é enaltecida como uma das grandes vantagens desta etapa da vida e como critério diferencial que a caracteriza como a melhor das idades. De fato, respeitando o ideal contemporâneo de liberdade, a terceira idade oferece aos sujeitos, ao menos em tese, uma série de condições que favorecem o exercício desta liberdade. Ausência de obrigações familiares e, em alguns casos, de compromissos profissionais, disponibilidade de tempo, estímulo à inovação oriundo do

imaginário cultural e prescrição de atividade, movimento e divertimento por parte dos discursos especializados são fatores que contribuem para incentivar o sujeito a ser e sentir-se livre.

No entanto, como exposto no primeiro capítulo, o excesso de liberdade e a falta de referências que incidem sobre o processo de construção das identidades contemporâneas geram dificuldades para o estabelecimento de narrativas identitárias sólidas e coerentes no tempo. No caso da terceira idade, esta dificuldade não se expressa nos depoimentos; de fato, os sujeitos parecem gratificados com a sua responsabilidade e não relatam mal-estar ou dificuldades para cumprir com o ideal de construir solitariamente a sua identidade de terceira idade.

Ainda assim, podemos questionar a tão proclamada liberdade no que refere à adoção da identidade. A partir do momento em que a terceira idade surge e se estabelece no imaginário cultural como um modelo identitário para aqueles que vivenciam o processo de envelhecimento e, na medida em que é valorizada como forma mais adequada, inteligente, e satisfatória de envelhecer, não aderir ao seu roteiro não parece uma opção plausível para os sujeitos. A sua estreita adequação aos moldes ideais da identidade contemporânea torna a sua adoção ainda mais enfatizada como opção - talvez única - para aqueles que desejam envelhecer de forma satisfatória. Neste sentido, a terceira idade estaria se constituindo no imaginário cultural como regra normativa, ou seja, como modelo de conduta a ser adotado por todos aqueles que se encontram em processo de envelhecimento.

No que se refere à sabedoria típica da maturidade, podemos observar também uma estreita proximidade com as regras mais gerais para a construção da identidade contemporânea, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, se valoriza o desenvolvimento e o percurso de vida do sujeito. O conhecimento oriundo do acúmulo de experiências a que os sujeitos se referem como a sabedoria típica da maturidade não corresponde a um resgate do

passado ou a uma lembrança do conteúdo destas experiências – como seria típico na velhice tradicional -, mas a uma habilidade arguta, e por vezes maliciosa, para se adaptar da melhor forma possível às exigências do contexto atual. Esta sabedoria é, portanto, um instrumento orientado para o melhoramento da conduta do sujeito e utilizado somente em seu próprio proveito. Trata-se de um tipo de sabedoria extremamente diversa daquela tipicamente atribuída aos mais velhos em contextos tradicionais, quando a mesma se pautava pela transmissão de conhecimento acumulado pelo coletivo e se destinava, do mesmo modo, à resolução de conflitos e ao aperfeiçoamento do grupo social.

O imperativo à atividade é mais uma dentre as características da terceira idade que se aproxima do ideário do sujeito contemporâneo. Manter-se ativo, em movimento constante, transitando entre as diversas oportunidades de experiência, são prerrogativas para a vivência da terceira idade. Seja como característica intrínseca de comportamento ou personalidade ou como habilidade ausente a ser exercitada, conquistada, produzida, a atividade está presente no cotidiano de todos aqueles que envelhecem de forma positiva, nas mais variadas esferas de atuação do sujeito. Atividade mental, física, social, sexual, lúdica, criativa, independente do adjetivo que a acompanhe, a atividade é uma obrigatoriedade para os sujeitos que pretendem viver a terceira idade.

Katz (2000) discute a relação entre o imperativo à atividade e o envelhecimento positivo, relacionando-a a estratégias mais amplas de gestão e disciplina do cotidiano dos sujeitos. O autor examina o conceito no interior do campo da gerontologia e sugere que, ainda que a atividade pareça ser um bem natural e que, para prová-lo, uma série de estudos demonstrem convincentemente os benefícios das atividades físicas e sociais para aqueles que pretendem evitar doenças, solidão e incapacidade, a mesma é também um conceito

relativamente recente, que ajudou a delinear a própria gerontologia e o seu entendimento acerca da velhice⁴⁴.

Ao analisar a presença do ideal da atividade em estudos comportamentais sobre o processo de envelhecimento, na organização de instituições e em manuais de conduta e protocolos para o tratamento de doenças, o autor sugere que a atividade é utilizada como instrumento para administrar a vida cotidiana dos sujeitos na velhice. A atividade é o ideal sobre o qual se fundamentam uma série de técnicas que, coordenadas, monitoram de forma persistente a conduta corporal e a organização do rendimento temporal dos sujeitos. Ao produzir e celebrar um corpo ativo como recurso por meio do qual se conquista a satisfação na velhice, o ideal da atividade integra uma série de estratégias disciplinares altamente eficientes e gerencia a vida cotidiana dos mais velhos. Atualmente, o ideal da atividade se insere de modo exemplar no bojo de discursos que formam a política neoliberal de organização dos corpos: ao mesmo tempo em que problematiza a vida, a saúde e a felicidade na velhice em termos de análise do risco e evitação da dependência, deposita no registro individual a responsabilidade sobre a sua resolução.

No entanto, além de estratégia disciplinar e discurso afinado com a privatização da responsabilidade sobre as condutas, a atividade tornou-se também um imperativo ético para aqueles que se encontram em processo de envelhecimento. Ultrapassando o campo dos estudos gerontológicos e das prescrições médicas para uma velhice saudável e feliz, o ideal da atividade penetrou no imaginário cultural e passou a compor o vocabulário dos sujeitos na

⁴⁴ Segundo o autor, o conceito de atividade surge no campo de estudos da gerontologia no mesmo momento em que esta se consolida e adquire maior legitimidade como disciplina. Por volta de 1950, os gerontólogos já enfatizavam a importância da atividade para o processo de adaptação saudável na velhice. Posteriormente, diversas críticas foram formuladas em direção à teoria da atividade e aos seus correlatos e conseqüências, mesmo no interior da própria gerontologia; ainda assim, o conceito manteve-se presente como chave para o entendimento e a promoção do envelhecimento saudável. Katz identifica dois fatores que teriam assegurado a permanência e a pertinência do ideal de atividade no interior do discurso gerontológico: de um lado, a atividade expande o terreno social sobre o qual a gerontologia e os profissionais a ela relacionados podem intervir, se articulando a espaços, práticas, tratamentos e toda uma série de “atividades” que visam à atividade dos velhos; de outro, aborda os questionamentos acerca do problema da adaptação na velhice de forma vantajosa – qual seja, deposita sobre os próprios sujeitos a responsabilidade sobre o seu sucesso.

descrição narrativa de suas histórias de vida. Como vimos nos depoimentos apresentados neste capítulo, a atividade é um valor fundamental e inequívoco, presente em todos os discursos citados, critério para uma vivência satisfatória da terceira idade.

A flexibilidade e a disponibilidade para a aprendizagem são duas características da identidade que, em sintonia com o imperativo à atividade, se apresentam como injunções contemporâneas para a construção das identidades pessoais. Oriundas do vocabulário empresarial típico dos contextos de trabalho neoliberal, flexibilidade e capacidade de aprendizagem são habilidades essenciais para todos aqueles que pretendem ser bem sucedidos na contemporaneidade, desde a esfera profissional, até as esferas afetiva e social. Na terceira idade, são estas características que permitirão ao sujeito tirar proveito das possibilidades de conduta inovadora que a ele são oferecidas, adquirir novos hábitos, mais condizentes com esta identidade, e aceitar e elaborar as limitações corporais.

As características até aqui descritas estão inseridas na dinâmica da terceira idade de forma tão profunda, que não são questionadas em nenhum aspecto pelos sujeitos que dela participam. A adesão dos mesmos a estas “prescrições”, além de unânime, inequívoca e irrefletida, revela a concordância entre as normas mais gerais para a construção das identidades pessoais que vem vigorando na contemporaneidade e algumas das características que utilizamos para descrever a experiência da terceira idade. No entanto, outros aspectos desta identidade parecem mais específicos, caracterizam de forma particular e própria a vivência desta etapa da vida, e não podem ser tributados apenas às condições gerais das formações identitárias atuais, mas, ao invés disto, parecem mais próximos das características de uma determinada geração.

Como vimos no segundo capítulo, a experiência geracional dos *baby-boomers* se fundamenta sobre a transformação, a renovação e o desafio às formas tradicionais de conduta, e sobre a criação de novos hábitos e crenças. O avanço desta geração por cada etapa do ciclo

da vida provocou transformações nas identidades etárias que compunham o imaginário cultural e atuavam como recurso para a formação da experiência dos sujeitos. A inovação comportamental, o questionamento de crenças estabelecidas, a valorização da liberdade pessoal, a noção de crescimento e desenvolvimento do sujeito são características que se destacam na experiência da terceira idade e representam a transposição da sensibilidade desta geração específica para a idade da velhice – ou para o processo de envelhecimento.

O questionamento intenso e a constante revisão dos modelos estabelecidos são resultados desta disposição inovadora da geração que envelhece na contemporaneidade. Na experiência da terceira idade, esta propensão resulta na tematização particular e discordante acerca de determinados aspectos da identidade. Mesmo no interior da terceira idade, há dissenso a respeito de algumas representações, condutas a serem adotadas e formas mais adequadas de posicionamento do sujeito. Identificamos dois aspectos da identidade que estariam submetidos à crítica e ao debate, sobre os quais não há consenso: a relação do sujeito com as limitações corporais inerentes ao processo de envelhecimento e a própria adoção do rótulo terceira idade.

Como vimos na descrição da experiência daqueles que vivenciam a terceira idade, a relação dos sujeitos com as limitações corporais oscila entre a aceitação paciente e harmoniosa e a lamentação do desgaste e das incapacidades físicas. De um lado, a fragilidade do corpo é percebida como parte integrante de um processo mais amplo, que provoca transformações tanto físicas quanto afetivas, e que se desdobra de forma específica no envelhecimento; de outro, esta mesma fragilidade é relatada sob forma de lamento, como manifestação de um grande pesar provocado pelas limitações corporais e vivenciado como incapacitante pelo sujeito. Neste segundo caso, parece haver um descompasso entre a vivacidade e a agilidade mental conservadas desde a juventude e a deterioração do corpo, que se torna incapaz, impotente e inapto para realizar os anseios do sujeito.

Ainda que esta relação insatisfatória e produtora de sofrimento não acompanhe a totalidade das experiências de envelhecimento, ao menos no que se refere ao campo de descrições de que tratamos, a sua presença ganha destaque na literatura especializada e obtém diferentes hipóteses explicativas. Os conceitos de máscara e “*ageless*” vêm sendo freqüentemente utilizados para interpretar a dicotomia entre o corpo que envelhece e a disposição interior que permanece jovial. Simon Biggs (1997) entende estas hipóteses como recursos explicativos adequados à compreensão dos problemas relacionados às identidades pessoais de sujeitos que envelhecem no contexto instável e sem referências da contemporaneidade.

Featherstone e Hepworth (*apud* Biggs,1997) foram os primeiros autores a sugerir a hipótese da “máscara da idade”⁴⁵, um recurso utilizado pelos sujeitos no momento em que o corpo envelhecido se torna cada vez mais incapaz de responder às injunções e participar das oportunidades oferecidas pela cultura do consumo, ao mesmo tempo em que os sinais físicos do envelhecimento são extremamente desvalorizados socialmente. Na percepção dos sujeitos, a máscara seria o invólucro que se desgasta com o tempo, inflexível e intransponível, e o seu verdadeiro eu, interior, seria permanentemente jovem; o antagonismo entre a capacidade expressiva do sujeito e as possibilidades concretas de seu corpo teria como resultado a insatisfação e os problemas de identidade no envelhecimento.

Para os referidos autores, a “máscara da idade” não seria um recurso completamente efetivo para lidar com o envelhecimento corporal, visto que, com o avanço dos anos, se torna cada vez mais difícil perceber o suposto “espírito jovem” no interior do corpo envelhecido. Ainda assim, a teoria da “máscara da idade” aparece na literatura gerontológica como uma estratégia afinada com as condições da cultura contemporânea e capaz de promover a inclusão e o aumento da aceitação social dos sujeitos que vivenciam o envelhecimento – basta que,

⁴⁵ No original em inglês, “*mask of age*”.

para isso, se enfatize o “espírito” jovem, o estilo de vida adotado, a construção discursiva das histórias de vida, e, deste modo, se deflacione a importância da concretude corporal.

No entanto, a adoção deste tipo de argumentação como estratégia no campo da gerontologia gera discussão. Autores como Molly Andrews (1999) e H. B. Gibson (2000) criticam veementemente a adoção da teoria da “máscara da idade”, seja como hipótese explicativa da experiência dos sujeitos, seja como possível proposta para solucionar os conflitos relacionados às limitações corporais presentes no envelhecimento. Para Andrews, a aplicação da noção de máscara ao tema do envelhecimento favorece a crença falaciosa de que se pode transcender a idade, ultrapassar a incapacidade física e escapar da concretude do corpo. Gibson identifica na adoção desta metáfora a corroboração por parte do discurso gerontológico de uma atitude “*ageist*”⁴⁶ que deveria ser enfaticamente combatida. No mais, supomos que, em uma cultura que valoriza precisamente os indícios corporais para a definição das identidades pessoais, o argumento de que a velhice é uma máscara desconfortável que se impõe à aparência e esconde um sujeito verdadeiramente jovem em seu interior, se utilizada pelos sujeitos, não parece vantajosa ou adequada como estratégia para minimizar o sofrimento advindo das limitações corporais.

Outro conceito utilizado para compreender a relação do sujeito com as limitações corporais no processo de envelhecimento é o “*ageless*”. Inicialmente utilizado como chave interpretativa para compreender os relatos de sujeitos que declaram sentirem-se jovens “de espírito”, apesar do envelhecimento corporal, rapidamente o “*ageless*” passou a compor o discurso da gerontologia e a ser apresentado como proposta ética e reivindicação política. Para autores como Bill Bytheway (2000), a delimitação de categorias etárias é uma construção social desnecessária, da qual podemos prescindir para tornar a sociedade mais justa e menos propensa a formas de preconceito e discriminação. De acordo com suas

⁴⁶ A língua inglesa contém um termo específico – “*ageist*” - para identificar o preconceito contra o envelhecimento, do mesmo modo como os termos relacionados ao racismo e ao sexismo. Em português, não possuímos um termo equivalente.

suposições, na medida em que a velhice não possui uma definição precisa que indique o seu início e o seu fim – sendo apenas uma atribuição arbitrária formulada a partir de dados estatísticos –, seria conveniente que a gerontologia dispensasse o seu uso na descrição da experiência dos sujeitos e que adotasse como proposta ética o “*ageless*”, ou seja, a suposição de que o eu não está submetido a qualquer marcação etária⁴⁷.

No que se refere à experiência dos que envelhecem na contemporaneidade, o “*ageless*” vem sendo utilizado como hipótese explicativa para compreender toda uma série de relatos que evidenciam uma crítica ao rótulo velho e a sua negação como critério definidor da experiência dos sujeitos. Os relatos do tipo “não me sinto velho, me sinto como sempre fui” são apresentados como indícios da ausência de importância do critério idade na definição identitária. No entanto, acreditamos que se trata de um equívoco de interpretação. Estas descrições sugerem mais uma recusa dos estereótipos depreciativos associados à definição tradicional de velhice e expressam um sentimento de continuidade do eu, o que não equivale à corroboração da hipótese do “*ageless*”. Neste caso, a rejeição da categoria velhice não implica necessariamente a negação da importância da idade para a identidade do sujeito, mas sim a recusa do estigma associado a esta determinada etapa da vida.

No caso da terceira idade, poderíamos supor a participação de certa noção de “*ageless*” na controvérsia em relação à adoção do termo como critério fundamental para a filiação identitária. Como vimos na descrição de sua experiência, para alguns sujeitos, o termo terceira idade e a caracterização do mesmo como indicativo de uma determinada etapa da vida não oferece vantagem ou relevância que justifiquem a sua adesão. Para estes sujeitos, a identificação a uma idade delimitada não representa uma possibilidade de encontrar elementos que contribuam para a descrição de sua história de vida ou que ofereçam oportunidades de experiência inéditas e impensadas. Ao invés disso, estes sujeitos preferem ressaltar, em sua

⁴⁷ Trataremos deste tema no próximo tópico.

descrição, os aspectos de continuidade entre as diferentes idades, minimizando as características mais específicas do processo de envelhecimento.

Diante do que foi apresentado com a noção de “*ageless*”, e considerando aquilo que viemos apresentando até então acerca da identidade da terceira idade, pode-se sugerir que estamos diante de duas tendências opostas e antagônicas: de um lado, o surgimento no imaginário cultural de uma identidade etária inédita e a sua valorização como referência para a filiação identitária dos sujeitos sugere a criação de uma nova etapa da vida, a terceira idade; de outro, alguns discursos importantes no campo dos estudos acadêmicos sobre o envelhecimento e sujeitos que vivenciam exatamente este processo enunciam uma tendência à redução e, em certos casos, à negação da importância do critério idade para a definição das identidades pessoais. A seguir, trataremos deste possível antagonismo, refletindo não só acerca da identidade específica que constitui nosso interesse maior, mas, na medida do possível, sobre o seu impacto na organização de todo o curso da vida e na definição das diferentes identidades etárias que o compõem.

3.3 – Fragmentação ou indefinição: o impacto da terceira idade sobre o curso da vida e o destino das idades na contemporaneidade

As transformações que se sucederam na cultura desde a segunda metade do século XX alteraram significativamente a sua organização social e geraram efeitos em todos os campos da vida humana, desde a política, a economia e as instituições, até atingir esferas que compõem a vida cotidiana dos sujeitos, como a família, o casamento, a educação, etc. Como vimos no primeiro capítulo, no campo das identidades pessoais, entende-se que estas transformações produziram um cenário de crise, no qual diversos desafios se impõem e dificultam os processos de filiação identitária.

Qual seria o impacto destas transformações sobre a concepção corrente acerca do curso da vida humana e das idades que o constituem? Haveria uma redefinição das idades e, conseqüentemente, uma reorganização do curso da vida, ou as citadas transformações não teriam produzido alterações mais específicas em relação às idades? E no que se refere à própria importância do critério idade para a composição das identidades pessoais - que, como vimos no segundo capítulo, se articula ao ordenamento social moderno -, haveria alterações? Caminhamos para uma maior especificação das idades e, deste modo, para um aumento da participação da mesma como critério para a definição das identidades pessoais, ou para uma indefinição que borra as marcações etárias e, deste modo, reduz a importância da idade para a construção identitária?

Estas questões vêm sendo debatidas tanto no campo de estudos da gerontologia, quanto por meio de estudos mais abrangentes de análise e crítica da cultura. Katz (2003) nos mostra que, no interior da gerontologia social, as condições que caracterizam a contemporaneidade são entendidas como causa de profundas transformações das idades. Esta suposição, vigorosa e adotada por diversos autores, entende que as fronteiras cronológicas e geracionais típicas da modernidade, que separaram a infância, a meia idade e a velhice, estão se tornando borradas e indeterminadas de tal modo, que se pode prever uma substituição no que se refere à concepção até então vigente do curso da vida.

O curso de vida moderno, originado a partir da padronização industrial que atingiu instituições e populações no século XIX, daria lugar a um curso de vida pós-moderno, organizado em torno das prioridades da sociedade de consumo do capitalismo tardio, da influência crescente da esfera cultural e do que identificamos como crise e contingência das identidades pessoais. Katz identifica duas condições emergentes na cultura, constituintes do imaginário coletivo contemporâneo, que seriam a base histórica para o desenvolvimento da

redefinição das idades e do curso da vida: a temporalidade pós-moderna e o corpo pós-humano.

Como vimos no primeiro capítulo, a temporalidade pós-moderna é resultado do processo de compressão espaço-tempo, que aproxima as distâncias espaciais e reduz as barreiras temporais. Este processo, função de diversas transformações históricas, alterou a nossa percepção da temporalidade de tal modo que, para alguns autores, como Katz, vivemos em uma temporalidade não só centrada no presente, mas praticamente ausente de tempo. Neste contexto, a impermanência e a simultaneidade se tornaram recursos necessários e centrais para a adequada inserção social dos sujeitos, visto serem qualidades altamente valorizadas na cultura e parte integrante das identidades pessoais tipicamente contemporâneas.

Esta tendência à ausência de tempo inspirou empresas de finanças, cosméticos e lazer a tomar como alvo o grupo de sujeitos considerados “sem idade”, e a redimensionar toda uma série de identidades e estilos de vida em “idade única”. Estes discursos, que propagam a crença de que não importa a idade do sujeito, mas as atividades nas quais ele se insere, os hábitos que cultiva, o estilo de vida que adota, incluem aqueles destinados à terceira idade. Como vimos com Featherstone e Hepworth (1995), estes discursos contribuíram para o surgimento e a consolidação da terceira idade como identidade etária, remodelando a antiga velhice como uma experiência ativa e comercial.

Além de aparecer nos discursos mercadológicos e nas estratégias de marketing para a terceira idade, a temporalidade da “ausência de tempo” também se manifesta no campo da saúde e da política, nos quais o entendimento do envelhecimento bem sucedido é combinado a estilos de vida responsáveis, ao auto-cuidado, à análise do risco e à responsabilização do sujeito – seja por sua segurança econômica, seja pela manutenção de sua saúde. No caso da terceira idade, os indivíduos mais velhos são encorajados a lidar com a impossível tarefa de

acrescentar anos à vida sem envelhecer, ou seja, sem aparentar cansaço, reduzir o ritmo de suas atividades ou se tornarem incapazes, impotentes e fora de forma.

A temporalidade contemporânea atinge também o próprio discurso especializado da gerontologia social, que, como vimos no tópico anterior, adota a perspectiva do “*ageless*” para interpretar relatos de envelhecimento satisfatório, formular reivindicações políticas e argumentar a favor de uma proposta ética que exclua a idade do imaginário cultural e, conseqüentemente, dos processos de filiação identitária. Em conjunto, estes fatores fortalecem a “ausência de tempo” como dimensão ética constituinte da imagem ideal não só da terceira idade, como de todas as etapas da vida. De acordo com todos estes discursos, a idade viria perdendo o papel fundamental que, desde a modernidade, ocupa na definição das identidades pessoais, tornando-se critério irrelevante para a construção das histórias de vida dos sujeitos contemporâneos.

A perspectiva do corpo pós-humano é o segundo fator identificado por Katz como propulsor das alterações que provocam a formação de um curso de vida contemporâneo diverso do curso de vida moderno. A concepção de corpo pós-humano aparece mais claramente em estudos estimulados por pesquisas e invenções científicas arrojadas e pela ficção científica, mas está subjacente a toda a ciência tecnológica que floresce na contemporaneidade, especialmente a biomedicina e a ciência da informação. Paula Sibilia (2003) nos mostra que estes discursos divulgam a promessa de ultrapassagem de todas as limitações naturais da condição humana, ou seja, da libertação dos constrangimentos espacial e temporal.

As principais características deste corpo pós-humano são a sua conexão a tecnologias reprodutivas, máquinas inteligentes, extensões e próteses, e a padrões inovadores da tecnologia da informação. Na medida em que precisa estar efetivamente conectado, o corpo pós-humano não pode mostrar sinais de saturação, envelhecimento ou cansaço na

aparência. Com o intuito de transpor estas características supostamente indesejadas da materialidade corporal, os discursos da biotecnologia e da ciência da informação trabalham pelo abandono deste corpo em prol de um “corpo imaterial”. Inserido no universo digital da informação ou alterado pela técnica da biomedicina, o corpo pós-humano não nasce ou morre, não está submetido à passagem do tempo, não se insere na dinâmica do curso de vida por meio de barreiras temporais e, deste modo, não possui idade.

Ainda que esta perspectiva do corpo pós-humano não seja uma realidade cotidiana para a maioria dos sujeitos, o vislumbre de sua possibilidade e as promessas que o acompanham contribuem para intensificar a tendência de formação de um curso de vida pós-moderno no qual a idade está excluída de seu funcionamento. Para Katz, a conjugação da corporeidade pós-humana à temporalidade pós-moderna acentua uma cultura anti-envelhecimento que vem se constituindo no imaginário cultural e que, de forma mais abrangente, prega a ascensão de uma sociedade unietária, na qual o ideal impossível de que as pessoas vivam fora do tempo é valorizado no mais alto grau.

Ao mesmo tempo em que a tendência de formação de um curso de vida contemporâneo expelle para fora do imaginário coletivo as distinções entre as idades e a importância de sua marcação para o processo de filiação identitária, o mesmo cenário cultural contemporâneo promove novas segmentações do curso da vida. O próprio Katz reconhece em seu artigo que, do mesmo modo como o discurso consumista direcionado à terceira idade promove concepções do tipo “*ageless*”, este mesmo discurso contribui para a criação de novos caminhos para a auto-definição dos sujeitos e inspira grupos da população a inovar as formas de envelhecimento vigentes de tal modo que uma nova identidade etária se forma.

Além disso, como Blaikie (1999) bem nos lembra, a ascensão dos estilos de vida fundamentados especialmente em práticas de consumo acaba por provocar a fragmentação das identidades pessoais. De fato, na medida em que o número de identidades pessoais específicas

aumenta, crescem também as possibilidades de criação de bens, serviços, práticas, e todo tipo de produto que possa ser comercializado e gerar lucro. Bauman (2005) identifica esta mesma tendência de fragmentação das identidades pessoais, visto que, na ausência de referências sólidas para alimentar e ancorar a sua história de vida, os sujeitos se vêem obrigados a recorrer a comunidades cada vez mais sectárias e exclusivistas para compor a sua identidade. Ainda que este autor não aborde especificamente o tema das identidades etárias, podemos derivar de sua análise a hipótese de permanência das mesmas no bojo da multiplicação das “comunidades de destino”⁴⁸.

Marcel Gauchet (2004) realiza análise semelhante à de Katz no que se refere às características do curso de vida contemporâneo, mas identifica outros fatores que contribuíram para a sua formação. Diferentemente da maioria dos autores da gerontologia social adeptos da teoria do “*ageless*”, Gauchet sugere que a idade como critério para a organização social não possui relevância desde a inauguração da época moderna. Para o autor, a constituição do Estado moderno se organiza em torno da política, da economia e do direito e relega ao segundo plano os laços de parentesco que respondiam pela organização social nas sociedades tradicionais. Nestas sociedades, a divisão entre as idades e gerações se combinava à divisão entre os sexos para, em conjunto, formar a organização da própria sociedade. Portanto, nas sociedades tradicionais, a institucionalização das idades desempenhava papel fundamental na sedimentação dos laços sociais.

A sociedade moderna se distinguiria pelo declínio dos laços de parentesco e pelo relaxamento da organização em idades como critérios explícitos e determinantes para a organização e o bom funcionamento da vida social. Com o advento do Estado moderno, os sujeitos passam a se agrupar por meio do contrato social entre indivíduos livres, nas relações políticas e jurídicas, e por meio da troca e da produção, nas relações econômicas. Esta

⁴⁸ Ver capítulo 1.

transposição de papéis não impede que os laços de parentesco e de idade continuem a existir como fatos sociais eventualmente abrangentes e maciços. No entanto, eles não representam mais as referências primordiais em torno das quais as sociedades se organizam e definem a si mesmas.

Na hipótese de Gauchet, pode-se tributar ao início da época moderna a origem de um fenômeno que se intensifica na contemporaneidade: o apagamento, e talvez mesmo a liquidação dos papéis sociais desempenhados pela ordem das idades. A substituição da idade e da diferença entre os sexos pelos critérios surgidos na modernidade para a fundamentação da ordem social teria provocado o início do declínio da importância das distinções etárias. Este processo de indiferenciação se acentua de tal modo na contemporaneidade, que praticamente aniquila a importância das categorias etárias para a organização da vida coletiva.

Estas linhas mais amplas de análise não esgotam, contudo, a importância do critério idade para a formação das identidades pessoais. No que se refere à sua importância para a organização social, a hipótese de Gauchet acerca das idades difere daquela apresentada no segundo capítulo, que não só destaca a importância do ordenamento social que teve curso na época moderna, como atribui a ele o próprio surgimento das noções de idade e ciclo da vida.

Ainda que concordemos com Gauchet que o contrato social moderno se fundamenta no sujeito de direito, indivíduo livre, entendemos que a organização das instituições e da vida social moderna se deu, em grande parte, por meio das divisões etárias e das especializações de funções que a acompanharam. São estas divisões e especializações as condições que propiciaram o surgimento de identidades etárias com as quais os sujeitos passaram a contar para compor a sua história de vida. Podemos supor que a importância do critério idade para a fundamentação, e mesmo para a organização, da sociedade vem se alterando na medida em que as transformações que incidem sobre a cultura desde a segunda metade do século XX se intensificam cada vez mais. No entanto, a redução de sua participação na organização da vida

coletiva não equivale à diminuição de sua importância para a construção das identidades pessoais. Ainda que as categorias etárias deixem de atuar como operadores sociais fundamentais, nada impede que continuem a servir como traço específico ao qual os sujeitos se identificam e utilizam na descrição de sua experiência de vida.

Além do declínio da importância da idade para a fundamentação – mais do que para a organização, em nosso entendimento – da sociedade, Gauchet identifica na contemporaneidade uma transformação da compreensão coletiva do percurso que leva do nascimento à morte, ou seja, uma modificação do próprio entendimento do ciclo da vida e, conseqüentemente, uma redefinição das idades. A causa desta reorganização do ciclo da vida e das idades seria, precisamente, a extensão da expectativa de vida dos sujeitos.

Para Gauchet, a extensão da expectativa de vida dos sujeitos não é somente um fato biológico resultante da eficácia da medicina, mas expressa uma reorientação da atividade coletiva, que culminou na valorização sem precedentes do indivíduo. Se, no século XIX, a atividade predominante era a produção industrial, no século XX, especialmente a partir de 1945, passa a predominar o que o autor chama de “produção de homens”, ou seja, a substituição da produção por serviços, bens e informações que se destinam ao cultivo e ao entretenimento do indivíduo. A extensão da expectativa de vida dos sujeitos seria, além de conquista da medicina, expressão e consagração desta cultura da individualidade.

O aumento considerável dos anos que compõem o ciclo da vida resultou em sua completa reorganização, na redefinição das idades e na criação de uma nova etapa, a terceira idade. Gauchet corrobora a nossa hipótese de que a terceira idade é uma nova e diferenciada etapa da vida, surgida a partir da transformação de condutas tradicionais e da inovação de comportamentos no processo de envelhecimento. Para o autor, esta nova idade se parece com uma segunda maturidade, só que essencialmente libertadora, visto ser desconectada de qualquer responsabilidade social que não seja espontaneamente escolhida. Devido a esta

inovação, a terceira idade apareceria no imaginário coletivo, ainda que de forma difusa, como o ponto culminante da existência dos sujeitos. Esta segunda maturidade é concebida em termos de conhecimento puramente individual, na qual o sujeito goza da privacidade do seu eu e é titular absoluto de sua própria experiência.

O processo de individualização radical da vida humana, que se intensifica na contemporaneidade, é o fator identificado por Gauchet como desencadeador desta profunda redefinição de nossa compreensão acerca do curso da vida. Ele suscita o entendimento da vida humana como história pessoal, na qual o personagem principal entra em cena desde o nascimento e que, até a sua retirada, responde solitariamente pelos conteúdos que compõem a sua história. A experiência da vida humana como existência individual desconecta os sujeitos de qualquer destino partilhado, de sentido comum e suprapessoal.

Este processo contínuo e crescente de individualização, cujos primórdios remontam à inauguração da modernidade, seria intensificado pela extensão da expectativa de vida dos sujeitos. Para Gauchet, a perspectiva de vida longa acentua a individualização na medida em que determina a produção e a escolha de si mesmo como atividade primordial do sujeito, em oposição a todas as atribuições extrínsecas e aos destinos passivamente sofridos. De fato, com a extensão do curso da vida, se multiplicam os momentos nos quais o sujeito deve se refazer, reciclar e recomeçar a sua história de vida, ao mesmo tempo em que surgem anos a serem vividos para os quais não há nenhuma indicação tradicional ou consolidada que possa sugerir a melhor forma de vivê-los. Como vimos no primeiro capítulo, não se trata da escolha definitiva de um estado, carreira, relacionamento ou modo de vida, mas do puro e ilimitado exercício de escolher, cultivar e zelar por si mesmo, independentemente de determinações estrangeiras ou de vínculos obrigatórios.

As conseqüências da extensão da vida se desdobram, além do surgimento da terceira idade como nova idade, para as outras etapas da vida. A definição das outras idades,

especialmente as marcações referentes à entrada dos sujeitos na adolescência e na vida adulta e o sentido das idades da infância e da adolescência começam a sofrer alterações. De acordo com a análise de Gauchet, a redefinição das idades implica o surgimento de novas obrigações relacionadas ao período da infância, a extensão da adolescência como período também de formação pela vida adulta e a aparição de uma nova idade, a terceira idade, que se configura como uma segunda maturidade.

A infância e a adolescência como períodos centrados na educação, nos quais se adquire conhecimento que garantirá o sucesso do sujeito no desempenho das mais variadas tarefas da vida adulta começa a declinar. O projeto individualista contemporâneo exige o reinício constante, a reformulação do sujeito e a sua reinserção em novas atividades. Neste sentido, Gauchet sugere que a educação como instrução começa a ceder lugar à educação como formação, atividade longa, inconclusa e carregada de incerteza. A formação se projeta pelas diferentes idades e está incumbida do desafio de possuir como objeto o próprio sujeito que, além de formar a si mesmo, deve ser capaz de se reformar continuamente e ser agente único de sua história durante toda a sua vida. Para o autor, o alongamento da vida tem por efeito subjetivar e responsabilizar as primeiras idades, encarregadas deste enorme desafio de preparar o sujeito para ser o agente de seu próprio desenvolvimento.

Reunindo os argumentos dos autores que apresentamos até então, podemos supor que a acentuação do processo de individualização, em curso na contemporaneidade, acaba por provocar o fenômeno do “*ageless*”, ou seja, reduz a distância e apaga as diferenças entre as idades, e, deste modo, produz uma cultura na qual os sujeitos não se identificam por meio de identidades etárias. Na cultura do “*ageless*”, as diferenças etárias não limitam ou constroem os sujeitos em nenhum aspecto, mas são superadas por meio de atitudes, estilos de vida e práticas de consumo comuns e indiferenciadas.

No entanto, podemos questionar esta suposição a partir das informações que reunimos acerca da identidade da terceira idade. Como vimos, o critério etário continua participando ativamente da descrição da experiência dos sujeitos e, no caso específico da terceira idade, é responsável pelo cerne de sua definição. O suposto apagamento da diferença entre as idades não se configura, ao menos no que se refere à sua utilização como recurso para a composição das identidades pessoais.

Paralelo à permanência das categorias etárias no imaginário cultural, observamos o processo de intensificação da individualização radical de que falam tanto Gauchet e Katz, quanto os autores apresentados no primeiro capítulo, Bauman, Giddens e Dufour. De fato, a radicalização do individualismo parece provocar uma espécie de achatamento das diferentes idades, que se aproximam e têm as suas características unificadas por meio da responsabilização do sujeito. Este individualismo exacerbado caracteriza-se como uma injunção poderosa que perpassa as diferentes idades e, desde esta perspectiva, torna-as homogêneas. Desta incidência do ideal individualista sobre as categorias etárias resultaria a noção de “*ageless*”.

No entanto, não acreditamos que esta aproximação das idades por meio da exacerbção do individualismo acabe, de fato, por unificar e tornar indistintas as identidades etárias. Em um cenário de incerteza e fluidez, a possibilidade de encontrar no imaginário cultural recursos que possam participar da construção de suas histórias de vida é valorizada, representa um alento para os sujeitos, e lhes oferece uma forma com a qual é possível encontrar um pouco de estabilidade em meio a tanta fragmentação. A adesão - ainda que não unânime - adquirida pela identidade da terceira idade sugere que, enquanto se mostrarem capazes de atuar como solo para os processos de filiação identitária, as categorias etárias permanecerão no imaginário cultural. Se as mesmas forem capturadas pelo discurso consumista e reformuladas como estilos de vida valorizados, a possibilidade de continuarem a

ser utilizadas como critério para a formação das identidades pessoais torna-se ainda mais provável.

A identidade da terceira idade parece se inserir de modo exemplar neste jogo de forças: a sua aparição e legitimidade no imaginário cultural e a sua presença na descrição da experiência de envelhecimento dos sujeitos evidencia a permanência das identidades etárias no cenário coletivo; oferece uma possibilidade de filiação para sujeitos que envelhecem em um mundo no qual as referências se desfazem e as injunções coletivas se fragmentam cada vez mais; ainda, constitui-se como um modelo normativo para um determinado período da existência que, de fato, não existia e, deste modo, não possuía qualquer indicação capaz de garantir sua vivência satisfatória; por fim, contém, no cerne de sua própria definição como identidade, as regras mais gerais que permeiam não só os processos de construção identitária, mas a totalidade da cultura contemporânea.

Conclusão

Ao longo deste estudo, buscamos construir e sedimentar a hipótese que considera a terceira idade uma nova identidade etária que se soma às identidades da infância, adolescência, idade adulta e velhice na composição do curso de vida contemporâneo. Considerar a terceira idade uma identidade etária implica entendê-la como critério primordial por meio do qual os sujeitos descrevem a sua experiência no decorrer do processo de envelhecimento. A configuração de uma identidade deste tipo é tributária de transformações específicas da vida coletiva, que produzem determinadas condições de possibilidade, cuja confluência culmina no surgimento de experiências e modos de subjetivação antes inexistentes. Ainda, para que uma identidade deste tipo se estabeleça como recurso efetivo para a formação das identidades pessoais, é necessário que adquira legitimidade, se solidifique e se dissemine no imaginário cultural, de modo a tornar-se referência para um grande número de sujeitos.

Na elaboração que propomos acerca da terceira idade, supomos que a mesma percorreu este processo e possui características que permitem a sua compreensão como uma identidade etária autônoma, que faz referência direta a uma nova etapa da vida. No entanto, esta suposição não exclui o entendimento da experiência que cerca esta identidade como um exemplo de experimentação cultural, ou seja, de renovação e transformação ainda inacabadas. Devido ao seu recente surgimento e à instabilidade própria de nosso momento histórico, não descartamos a possibilidade de que a identidade da terceira idade ainda venha a sofrer modificações, inversões e acréscimos que alterem sua definição, importância ou legitimidade no imaginário cultural.

Para que pudéssemos efetivar o nosso entendimento da terceira idade como identidade independente, fazia-se necessário diferenciá-la da identidade da velhice e compreender a

conexão entre as mesmas. Com este intuito, elaboramos o percurso histórico das categorias de velhice e terceira idade, que dão ensejo às imagens ideais que compõem a experiência de habitar cada uma destas etapas da vida. No que se refere à diferenciação entre as duas noções e identidades, parece que foi possível demonstrá-la com clareza. No entanto, no que se refere à relação estabelecida no imaginário cultural entre as referidas identidades, não foi possível definir com precisão se a mesma se caracteriza como encobrimento, negação ou coexistência. Para autores como Blaikie (1999), Debert (1999) e Peixoto (1998), a hipótese da ocultação, e mesmo da exclusão da velhice a partir do surgimento da terceira idade é a que parece revelar com mais consistência a dinâmica do processo de envelhecimento em curso na contemporaneidade.

De fato, a dinâmica entre as duas identidades ainda não nos parece suficientemente clara. No entanto, se a ascensão das imagens positivas que compõem a terceira idade produzirem, como consequência de sua extrema valorização, a exclusão da possibilidade de vivenciar o envelhecimento por meio da quietude, do descanso e da inatividade, certamente perderemos diversidade no que se refere aos modos de vida e aos caminhos de satisfação dos sujeitos. Neste sentido, ainda que não possamos afirmar com exatidão o destino da velhice na contemporaneidade, apostamos na coexistência entre as referidas identidades etárias no imaginário cultural, de modo a ampliar tanto as descrições quanto as possibilidades de experiência satisfatória dos sujeitos.

Passando à caracterização propriamente dita da nova identidade etária, pudemos identificar dois fatores que parecem contribuir para sua definição e delimitar seus contornos: as regras mais gerais que compõem as identidades contemporâneas e as características específicas da geração dos *baby-boomers*. A terceira idade compartilha com as demais identidades que compõem a experiência atual características como atividade, flexibilidade, disponibilidade para aprendizagem, investimento em vínculos destituídos de obrigações

morais, sociais ou familiares, valorização da satisfação e do desenvolvimento do próprio sujeito e auto-responsabilização. Esta última característica, essencial para a definição da terceira idade, esteve presente em diversos momentos deste estudo, seja na contextualização do processo de formação das identidades pessoais na contemporaneidade, que vimos no primeiro capítulo; nos discursos da gerontologia social e da cultura de consumo, apresentados no segundo capítulo, que tomam como alvo a terceira idade, assim como contribuem para o seu surgimento; ou na descrição que os próprios sujeitos apresentam como relato de sua experiência de envelhecimento e nas apreciações críticas acerca da terceira idade, que expomos no terceiro capítulo.

A auto-responsabilização, fenômeno que aparece em diversos campos da cultura contemporânea – da formação das identidades pessoais à segurança econômica e manutenção da saúde -, impele os sujeitos a monitorar constantemente suas vidas, analisar os possíveis riscos a que estão submetidos, escolher, entre as diversas ofertas disponíveis para consumo, o estilo de vida mais apazível. Trata-se de formar as identidades pessoais por meio da consideração e da execução de todas estas tarefas. Supomos que seja a incidência deste ideal de auto-responsabilização, que muitos autores entendem como a exacerbação do individualismo moderno, o que provoca o encurtamento da distância entre as idades e dá ensejo à sua indefinição.

Além dos padrões culturais que compõem as identidades contemporâneas, a terceira idade retira algumas de suas características da sensibilidade particular da geração que nasceu no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Ao destituir os modelos tradicionais associados a cada idade e criar novos hábitos, crenças e imagens, antes impensados, a geração dos *baby-boomers* transforma cada etapa do ciclo da vida por que passa. No caso do envelhecimento, a disposição inovadora, crítica e reflexiva desta geração contribui não só para a definição de muitas das características da identidade da terceira idade, como submete

ao questionamento certos aspectos da experiência dos sujeitos em processo de envelhecimento. Como vimos no terceiro capítulo, a adoção da etiqueta terceira idade não satisfaz ou interessa a todos os sujeitos que vivenciam momentos tardios da existência, e acaba sendo rechaçada por alguns que a consideram desnecessária, inútil ou indiferenciada em relação à identidade da velhice. As limitações corporais são também alvo de crítica e geram controvérsia no interior da própria identidade etária, visto que, ora se caracterizam como uma realidade com a qual se pode conviver sem maiores sofrimentos, ora produzem lamentações e queixas que evidenciam o desconforto e a insatisfação dos sujeitos.

De todo modo, o que nos interessa ressaltar é a contribuição desta geração para a caracterização da terceira idade. Para autores como Gilieard e Higgs, a influência da geração dos *baby-boomers* sobre a formação da identidade da terceira idade é tão decisiva que os autores optam por compreender a nova identidade apenas como expressão da consciência geracional destes sujeitos e questionam a sua permanência como identidade etária para as gerações futuras. De fato, como explicitamos nesta conclusão, supomos que o destino da terceira idade como identidade etária, incluindo sua adoção pelas gerações futuras, não pode ser inferido com segurança a partir das condições atuais. No entanto, ao invés de reduzir a sua definição à expressão da sensibilidade de uma determinada geração, preferimos compreendê-la como resultado complexo da confluência de diversas transformações históricas e lhe conceder autonomia como identidade etária e etapa da vida.

Uma ambigüidade se destaca em nossa análise da terceira idade: de um lado, suas características a aproximam dos padrões gerais das identidades contemporâneas e, deste modo, favorecem e enfatizam os modos de subjetividade que vem se tornando hegemônicos nos dias atuais, especialmente aqueles atrelados aos interesses da cultura do consumo e à acentuada responsabilização dos sujeitos; de outro, esta mesma identidade, ao alterar profundamente as condutas, imagens e crenças próprias ao processo de envelhecimento e

formar um modelo ideal inteiramente inédito para a vivência dos momentos mais tardios da vida, contribui para a expansão, diversificação e inovação das possibilidades de existência dos sujeitos.

No que se refere ao contexto atual de transformação, crise e redefinição das identidades pessoais, a terceira idade se insere em um cenário no qual as diferentes idades se reagrupam e redefinem, e o critério etário sofre críticas e tem a sua importância para a filiação identitária questionada. Ainda que tenhamos poucos elementos para analisar com mais precisão estas transformações e, especialmente, para revelar com clareza em que direção caminham as identidades etárias e as idades da vida, alguns indícios tornam possível reconhecermos certas tendências.

Como vimos no terceiro capítulo, as identidades etárias e as idades da vida oscilam entre a indefinição e a fragmentação. Em nosso entendimento, a incidência cada vez mais acentuada do ideal do individualismo sobre a totalidade das experiências de vida provoca a homogeneização das diferentes idades. Este nivelamento das etapas da vida por meio da auto-responsabilização resulta na noção de “*ageless*”, seja como hipótese explicativa adotada para interpretar relatos de envelhecimento satisfatório, seja como proposta ética e reivindicação política da gerontologia social para sanar o sofrimento e os problemas de identidade que surgem no processo de envelhecimento. A noção de “*ageless*”, por sua vez, dá ensejo à dedução de que a importância do critério etário para a formação das identidades se reduz na contemporaneidade de tal modo que tende, cada vez mais, a desaparecer do imaginário cultural.

Paralelamente à tendência de indefinição, observamos a tendência de fragmentação das identidades etárias e etapas da vida. O próprio surgimento da terceira idade como nova identidade, e sua elevada importância como critério central por meio do qual os sujeitos descrevem a sua experiência de envelhecer, revelam não só a permanência do critério etário

na formação das identidades, como também, o surgimento de novas segmentações do curso de vida contemporâneo. O cenário de incerteza e ausência de referências morais definitivas que predomina na contemporaneidade acaba por favorecer a multiplicação das possibilidades identitárias, que povoam o imaginário cultural como estilos de vida aos quais praticamente todos os sujeitos podem aderir. Ao perceberem o terreno fértil que se descortina a partir da crise das identidades pessoais, os planejadores da cultura do consumo prontamente oferecem uma enorme variedade de produtos, serviços, atividades e conhecimentos devidamente diferenciados de acordo com cada nicho identitário. São estes fatores que, em conjunto, acabam oferecendo resistência à indefinição e à homogeneização completa entre as idades e indicam que a suposta exclusão do critério etário do imaginário cultural, ao menos por enquanto, não parece ocorrer. Além de frear o achatamento da diferença entre as idades, estes mesmos fatores terminam por fragmentar e especificar ainda mais o curso de vida contemporâneo de modo que, ao que tudo indica, este vem se dividindo em infância, adolescência, idade adulta, terceira idade e velhice.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, M. The seductiveness of agelessness. **Ageing and Society**, Cambridge, v.19, p.301-318, 1999.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BECK, U. **Liberdade ou Capitalismo**. São Paulo: UNESP, 2003.

BECK, U., GIDDENS, A. e LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

BIGGS, S. Choosing Not To Be Old ? Masks, Bodies and Identity Management in Later Life. **Ageing and Society**, Cambridge, v.17, p.553-570, 1997.

BLAIKIE, A. **Ageing and popular culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BYTHEWAY, B. Youthfulness and agelessness: a comment. **Ageing and Society**, Cambridge, v.20, p.781-789, 2000.

COSTA, J. F. **O Vestígio e a Aura**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DEBERT, G. **A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Fapesp, 1999.

DUFOUR, D. R. **A arte de reduzir as cabeças**. Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

FEATHERSTONE, M., HEPWORTH, M. Images of Positive Aging: a case study of Retirement Choice magazine. In: Featherstone, m. e Wernick, A. (orgs.) **Images of Aging**. Cultural representations of later life. Londres: Routledge, 1995.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998, 5ª edição.

GAUCHET, M. La redéfinition des âges de la vie. **Le Débat**, n.132, novembre-décembre, p.27-44, 2004.

GIBSON, H. B. It keeps us young. **Ageing and Society**, v.20, p.773-779, 2000.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GILLEARD, C., HIGGS, P. The third age: class, cohort or generation? **Ageing and Society**, v.22, p.369-382, 2002.

GROISMAN, D. Velhice e História: perspectivas teóricas. **Cadernos do IPUB**, v.1, n.10, 1999.

HAREVEN, T. Changing images of aging and the social construction of the life course. In: Featherstone, m. e Wernick, A. (orgs.) **Images of Aging**. Cultural representations of later life. Londres: Routledge, 1995.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, A. Has Biopolitics Changed the Concept of the Political? Some Further Thoughts About Biopolitics. In: Heller, A. e Riekman, S. (orgs.). **Biopolitics**. The Politics of the Body, Race and Nature. Viena: Avebury, 1996.

KATZ, S. New sex for old: lifestyle, consumerism, and the ethics of aging well. **Journal of Aging Studies**, v.17, p.3-16, 2003.

_____. Busy Bodies: Activity, Aging, and the Management of Everyday Life. **Journal of Aging Studies**, v.14, p.135-152, 2000.

_____. **Disciplining Old Age**. The Formation of Gerontological Knowledge. United States of America: University Press of Virginia, 1996.

_____. Imagining the Life-Span: from premodern miracles to postmodern fantasies. In: Featherstone, M. e Wernick, A. (orgs.) **Images of Aging**. Cultural representations of later life. Londres: Routledge, 1995.

LASLETT, P. **A Fresh Map of Life**. The Emergence of the Third Age. United States of America: Harvard University Press, 1989.

LENOIR, R. L'invention du "troisième âge" et la constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse. **Actes de La Recherche en Sciences Sociales**, n.26-27, mars-avril, 1979.

LUFT, L. **Perdas e Ganhos**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MELMAN, C., LEBRUN, J-P. **O Homem sem Gravidade**. Gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

ORTEGA, F. Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. **Interface** – Comunicação, Educação e Saúde, v.8, n.14,p.9-20, 2004.

_____. Da ascese à bio-ascese: ou do corpo submetido à submissão ao corpo. In: Rago, M., Orlandi, L. e Veiga-Neto, A. (orgs.) **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PEIXOTO, C. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: Peixoto, C. (orgs.). **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

RABINOW, P. Artificialidade e Iluminismo: da sociobiologia à biossociabilidade. In: **Antropologia da Razão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

RORTY, R. **Philosophy and Social Hope**. United States of America: Penguin Books, 1999.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SFEZ, L. **A Saúde Perfeita**: crítica de uma nova utopia. São Paulo: Unimarco e Loyola, 1996.

SIBILIA, P. **O Homem Pós-Orgânico**. Corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

SIMÕES, J. “A maior categoria do país”: o aposentado como ator político. In: Barros, M. M. L. (org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: Peixoto, C. (org.) **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

SOARES, L. E. Introduction. In: Soares, L. E. (org.). **Cultural Pluralism, Identity and Globalization**. Rio de Janeiro: UNESCO/ISSC/EDUCAM, 1996.

TURNER, B. Aging and Identity: some reflectios on the somatization of the self. In: Featherstone, m. e Wernick, A. (orgs.) **Images of Aging**. Cultural representations of later life. Londres: Routledge, 1995.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)